

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

JULIO CESAR PEREIRA MONERAT

POTENCIALIDADES E LIMITES DA TERRITORIALIDADE CAMPONESA
AGROECOLÓGICA FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DO CAPITAL

Juiz de Fora

2014

JULIO CESAR PEREIRA MONERAT

POTENCIALIDADES E LIMITES DA TERRITORIALIDADE CAMPONESA
AGROECOLÓGICA FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DO CAPITAL

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Espaço e Ambiente.
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Sócio-espaciais.

Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro

Juiz de Fora

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Monerat, Julio Cesar Pereira.
Potencialidades e limites da territorialidade camponesa agroecológica frente à insustentabilidade do capital / Julio Cesar Pereira Monerat. -- 2014.
171 p.

Orientador: Leonardo de Oliveira Carneiro
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

1. Campesinato. 2. Agroecologia. 3. Sustentabilidade. 4. Capital. 5. Trabalho. I. Carneiro, Leonardo de Oliveira, orient. II. Título.

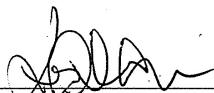
POTENCIALIDADES E LIMITES DA TERRITORIALIDADE CAMPONESA
AGROECOLÓGICA FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DO CAPITAL

JULIO CESAR PEREIRA MONERAT

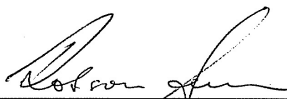
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Espaço e Ambiente, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 28/08/2014

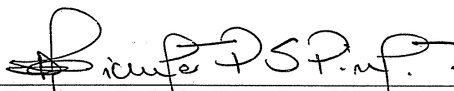
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Robson Amâncio (Membro externo)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto (Membro interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora

À tia Rita, pelos livros
que me apresentaram
o prazer da leitura.

A meus pais: João Luiz – meu crítico literário mais atento
e Cidoca, minha defensora em todas as ocasiões.

À Cinara, de quem eu orgulho de ter
como companheira nessa vida de aventuras.

À Alice e Cecília,
filhas e sementes cujas sementeiras
sairam muito melhor que nós, os semeadores,
éramos capazes de fazer.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que contribuíram para que eu pudesse estar concluindo esse trabalho. A todas elas, nomeadas ou não aqui, estendo meus mais profundos agradecimentos. Como é costume dizer, ainda que tenham contribuído, não podem ser responsabilizados pelas opiniões aqui expressas. Porém, devo dizer que, com matizes diferentes, é claro, somos todos cúmplices da luta por um mundo mais humano. Daí minha satisfação com o fato de nossos caminhos terem um dia se cruzado.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial aqueles que, com suas observações contribuíram para que eu pudesse construir o conhecimento aqui apresentado. São eles: o Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto, a Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Pires Menezes, a Prof^a. Dr^a. Clarice Cassab Torres. Notadamente saliento a fundamental importância da orientação do Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro que foi capaz de exercer um papel de educador nos moldes daquilo que Paulo Freire entedia como tal: problematizando conhecimentos e possibilitando a autonomia do educando. Cabe ainda o agradecimento à secretária do Programa, Josefa Ferreira por sua permanente disponibilidade.

Também os colegas discentes do Mestrado foram parceiros inesquecíveis nessa caminhada. A todos eles meus agradecimentos. Certamente entre mim e alguns deles fica mais que as marcas de uma convivência acadêmica. Portanto, cabe uma saudação especial aos amigos Carlos Magno Adães de Araujo, Gabriel Lima Monteiro e Ricardo Bakunin Antonio Santos da Silva pelas conversas para além da sala de aula.

Os colegas de trabalho Fábio Aparecido Martins Bezerra, Edivânia Maria Gourete Duarte, José Luiz Paixão e Carlos Paulo de Assis Pereira foram importantes pela convivência fraterna e marcada pelo debate de ideias e projetos. A eles se juntam os grandes amigos Daniel Monteiro, Natania Nogueira, Gabriel, Márcia e Márcio Toledo que, com suas presenças, tornam a vida mais leve e alegre.

Menciono ainda com carinho e admiração os companheiros de luta política com os quais tenho a honra de partilhar das vitórias (e também das derrotas), em especial: Reinaldo Barberine, Adriana Morais e Isaías Clóvis de Freitas, Santinha Leite, Waldeci Campos de Souza, dentre tantos outros lutadores do povo. Continuemos firmes!

Aos meus pais, Cidoca e João Luiz, aproveito para agradecer a convivência carinhosa que possibilitou que a gente se construísse como “gente boa”, que é o mais importante. Nesse agradecimento familiar também incluo com carinho minha irmã Ana Paula e meu irmão Patrick, minha sobrinhas Marina, Clarice e Ana Clara e meu sobrinho Rômulo, meu cunhado Cláudio e minhas cunhadas

Olga e Giselle, os primos Sebah e Adriano juntamente com os tios Cacá e Joacyr e toda nossa família. Partilhar do convívio de vocês é um presente da vida. Que tenhamos sempre muito que viver e comemorar juntos.

Para minha mulher, Cinara, um beijo carinhoso de agradecimento pelo carinhoso companheirismo. Devo dizer que você me ensinou muitas coisas nessa nossa convivência, dentre as quais a disposição de não desistir, seja dos projetos ou das pessoas, em quaisquer condições. Com amor te agradeço por isso e tudo o mais.

Às minhas filhas agradeço por serem as pessoas maravilhosas que são. Eu, que pensei em “moldá-las” a partir de um modelo de filhas que eu tinha na cabeça, acabei por ser continuamente surpreendido para melhor, porque vocês saíram muito mais bacanas que a encomenda. Aliás, vocês são especiais justamente por terem escapado do modelo que eu tinha planejado. Obrigado por me ensinarem a importância do poder criativo das forças da vida e a possibilidade de um futuro mais feliz. Daí que vocês sejam a inspiração da minha esperança. Sejam sempre “gente boa”.

Ao Daniel que geograficamente se juntou ao time, minha satisfação em saber que temos mais um companheiro na caminhada. À República do Pânico (Helena Venceslau, Marina, Lika e Cebes) agradeço a colhida em JF. Aos funcionários do “xerox” e da cantina do ICH, uma saudação pelo sorriso sempre no rosto.

Aproveito para agradecer aos sempre presentes: Zizi, Soninha, Lourdes e Paramahansa Hariharananda.

Ao Campus Muriaé do IF Sudeste MG, agradeço o apoio nas diferentes etapas do dessa minha formação acadêmica e profissional.

À FAPEMIG aproveito para reconhecer a importância do apoio financeiro em parte desse projeto.

A todos vocês, mais que o agradecimento, fica a satisfação da convivência. Espero poder retribuir a felicidade que o convívio com vocês me proporciona.

Mas nos deram espelhos
E vimos um mundo doente.

(...)

Quem me dera, ao menos uma vez,
Explicar o que ninguém consegue entender:
Que o que aconteceu ainda está por vir
E o futuro não é mais como era antigamente.

Renato Russo - Índios

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos, não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio.

Caetano Veloso – Um Índio

RESUMO

O debate sobre a sustentabilidade tem se pautado em diferentes elementos ao longo do tempo, incluindo preocupações técnicas, econômicas, sociais, ambientais e no contexto do metabolismo do capital assume diferentes abordagens que vão do reformismo aos processos que apontam para sua superação. Objetiva-se verificar os limites de tais entendimentos através de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema a partir da categoria trabalho entendido enquanto relação entre o homem e a natureza mediada pela técnica e por uma dada sociabilidade que se transforma no decorrer da processualidade histórica.

Verifica-se como o trabalho tem se efetivado historicamente na sociedade capitalista articulado à reprodução do capital através da exploração da força de trabalho. No campo, por conta do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, além da extração da mais-valia do proletariado rural, a relação do capital com o campesinato se dá através da expropriação da renda da terra camponesa, o que possibilita a atualização das formas de acumulação de capital. Baseando-se em diferentes formas de expropriação do excedente através da exploração do trabalho o metabolismo do capital mostra sua insustentabilidade fundante.

Contraopondo-se a essa insustentabilidade estrutural do modo de produção capitalista coloca-se o trabalho camponês enquanto metabolismo sociedade e natureza fundado no sentido de coevolução. Contraposição que se desenvolve simultaneamente como conflito espacial e de classe, caracterizando-se como conflituosidade territorial, na qual o campesinato pode desenvolver identidades de legitimação, resistência ou de projeto de superação da sociabilidade capitalista. Os limites e as potencialidades de uma identidade camponesa agroecológica de projeto são verificados com base em estudos camponeses e agroecológicos fundamentados no trabalho com sentido de coevolução.

Palavras-chave: Campesinato, capitalismo, Agroecologia, território, trabalho.

ABSTRACT

The debate about sustainability has been ruled by different elements over time, including technical, economic, social, environmental and in the context of the capital metabolism concerns takes different approaches ranging from reformism to the processes that link to their resilience. The objective is to verify the limits of such understandings through a literature search on the subject from work category understood as a relationship between man and nature and mediated technique for a given sociability that transforms throughout the historical processuality.

It appears as if the work has historically effected in capitalist society articulated to the reproduction of capital through the exploitation of labor power. In the field, because of uneven and combined development of capitalism, beyond the extraction of surplus value from the rural proletariat, the ratio of capital and the peasantry is through the expropriation of peasant land income, which enables the update of the forms of capital accumulation. Based on different forms of expropriation of surplus through the exploitation of labor metabolism capital shows its founding unsustainability.

Opposed to this structural unsustainability of the capitalist mode of production puts up the metabolism while peasant society and nature work based on the meaning of coevolution. Contrast that develops as both spatial and class conflict, characterized as territorial bickering, in which the peasantry can develop identities of legitimation, resistance or project of overcoming the capitalist sociability. The limits and potential of agroecological peasant identity project are checked against farmers and agro-ecological studies based on work with a sense of coevolution.

Keywords: Peasantry, capitalism, Agroecology, territory, work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Agricultura camponesa, empresarial e capitalista	99
Figura 2: Condição camponesa	99
Figura 3: Trocas econômicas e trocas ecológicas	101
Figura 4: Modo de apropriação	117
Figura 5: Eixo da espacialidade e eixo da temporalidade	119
Figura 6: Eixo das espacialidades e eixo das temporalidades	120
Figura 7: Eixo das espacialidades e eixo das temporalidades e relações territoriais	121
Figura 8: Espaço e tempo distorcidos	125

SUMÁRIO

MOTIVAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	16
1- APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	20
2- CAPITALISMO E INSUSTENTABILIDADE	31
2.1- TRABALHO E MODO DE PRODUÇÃO	31
2.2- A TRANSIÇÃO AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	37
2.3- A DINÂMICA CAPITALISTA: CONTRADIÇÃO	43
2.4- APROFUNDAMENTO O ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO	
CAPITALISMO E CRISE	51
2.5- CAPITALISMO E DESAFIO SOCIAMBIENTAL	54
3- A QUESTÃO AGRÁRIA	61
3.1- A QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS PARADIGMAS	62
3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	70
3.3- IDENTIDADES CONFLITUOSAS NO CAMPO E	
SUSTENTABILIDADE	83
4- CAMPESINATO E SUSTENTABILIDADE	98
4.1- CAMPESINATO: CLASSE, MODO DE PRODUÇÃO,	
IDENTIDADE	98
4.2- TRABALHO, MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE: O	112
TERRITÓRIO	
4.3- TERRITÓRIO, IDENTIDADE, CAMPESINATO E AGROECOLOGIA	127
5- AMARRANDO OS PONTOS	147
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
5- BIBLIOGRAFIA	166

MOTIVAÇÃO

No ano de 2011, quando comecei a lecionar no Campus Muriaé do IF Sudeste MG tive a oportunidade de reencontrar velhos companheiros do movimento social, sindical e pastoral com os quais eu já havia desenvolvido trabalhos de mobilização e organização popular na Diocese de Leopoldina, em Minas Gerais. Logo fui convidado por esses parceiros a me envolver em mais uma dessas ações de mobilizar e organizar determinada comunidade. A ação a ser desenvolvida em conjunto dessa vez consistia em acompanhar a Comissão dos Atingidos pela Mineração na região do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e logo foi inserida entre as ações de extensão por nós desenvolvidas no Campus Muriaé. Isso se justificava justamente pelo fato de grande parte dos envolvidos com as ações de resistência à mineração serem atores sociais rurais, em especial os sindicatos de trabalhadores rurais e a Comissão Pastoral da Terra, CPT da Zona da Mata de Minas Gerais, além das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e também pela circunstância de eu estar lecionando no curso Técnico Integrado em Agroecologia. Dessa forma era possível que eu desse um caráter institucional – através do projeto de extensão – e também uma dimensão pedagógica – através do curso de Agroecologia – às atividades de organização popular com parceiros de uma caminhada de mais de década.

O acompanhamento da Comissão contribuiu fortemente para motivar uma maior capacitação para que eu pudesse entender a dinâmica conflituosa que opunha, de um lado, as comunidades geograficamente localizadas no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e praticantes de uma agricultura camponesa e, do outro, a mineradora CBA-Votorantim, detentora dos direitos de lavra da bauxita na região. Tendo em vista a trajetória da Comissão dos Atingidos pela Mineração marcada pela oscilação entre momentos distintos que iam da mobilização à apatia dos agentes participantes - por motivos que se relacionam ao envolvimento dos agentes em processos eleitorais, dificuldades de agenda, cooptação, dentre outros – indiquei, em uma de nossas reuniões, que a construção de um fórum permanente para discutir a questão da

mineração seria capaz de fortalecer e melhor articular os sujeitos ligados à defesa da agricultura camponesa na região. Após a concordância dos demais membros e entidades envolvidas, minha proposta teve sua implementação iniciada no ano de 2012. Dentre as ações desenvolvidas pelo Fórum Permanente de Defesa da vida e do Meio Ambiente da Zona da Mata de Minas Gerais destacamos a produção de um vídeo documentário com os principais atores do processo de luta contra a mineração – especialmente aqueles ligados à Comissão – para ser exibido nas comunidades através de uma ação de resgate do trabalho de organização popular de base que, por sua vez, acabava se configurando como missão primordial do Fórum.

Nossa convivência na Comissão e participação em sua articulação enquanto Fórum possibilitou-nos um contato direto com as comunidades ameaçadas e o convívio com os dilemas enfrentados pelas organizações sindicais e sociais envolvidas. Mostrava-se a necessidade de um entendimento mais aprofundado das dinâmicas conflituosas em andamento: de um lado a mineração e sua busca do lucro colocando sob ameaça não somente a natureza a ser explorada, mas também as comunidades camponesas e seu modo de vida; do outro lado, justamente esses camponeses com seus conhecimentos e práticas que há gerações estabelecem uma relação de convivência entre si e com o ambiente natural.

Ao encaminharmos nossos estudos para a questão camponesa na história fomos levados a identificar que a situação fundiária é resultado da luta travada por camponeses/sem-terras e latifundiários nos mais diversos espaços (ALENTEJANO, 2012). Dessa forma, assim como o latifúndio, também a mineração faz parte dessa disputa espacial (HARPER, 2006), bem como diversas outras situações em que um processo de valorização ou acumulação de capital se defronta com convivências coevolutivas com a natureza (SILVA, 2007). Assim é que podemos identificar do lado do capital as forças do agronegócio, da mineração, do hidronegócio (MALVEZZI, 2012) e outras modalidades de mercantilização da natureza. Por outro lado, identificamos o campesinato, com todas as contradições decorrentes de sua inserção no

capitalismo, como portador de um projeto em que natureza e sociedade compartilham a coevolução (SILVA, 2007).

Buscamos articular história e conceito como condição para uma reflexão efetivamente dialética capaz de identificar no concreto vivido as contradições para reproduzi-las teoricamente no concreto pensado. É nesse conhecimento assim construído que partimos das aparências para atingir a essência da dinâmica social em um processo de abstração que nos leva a investigar e refletir sobre o trabalho enquanto relação metabólica entre sociedade-natureza. No uso da dialética, porém, voltamos ao histórico-concreto e investigamos o trabalho sob diferentes modos de produção, em especial no capitalismo e no campesinato. Identificamos, como já assinaladas, as finalidades essenciais do trabalho em cada uma dessas relações sociedade-natureza: valorização e coevolução.

Esse estudo, porém, não objetiva apenas uma reprodução teórica da conflituosidade, mas sim dialeticamente atualizar-se como práxis. Por isso, ainda mantendo o caráter de um estudo teórico e bibliográfico, nosso trabalho articula-se a um projeto de transformação social justamente ao retornar como possibilidade formativa para os agentes que na prática vivenciam o conflito entre diferentes modos de apropriação/coevolução com a natureza. Renovamos dessa maneira nossos compromissos iniciais com os sujeitos camponeses que nos convocaram à militância. Que nossa singela contribuição, ao desenvolver-se como reflexão objetiva, possa fortalecer suas organizações e lutas.

INTRODUÇÃO

No decorrer desse trabalho estaremos desenvolvendo um estudo bibliográfico cujo foco é a sustentabilidade. Mesmo sendo um estudo teórico, não se limitará a discutir abstratamente a ideia de sustentabilidade, mas sim entendê-la como possibilidade concreta. Para isso, partimos da categoria do “trabalho” enquanto fundamento do ser social a partir de um referencial maxiano e marxista – nesse caso, notadamente luckasiano. Assim é que identificamos o trabalho como relação metabólica entre sociedade e natureza mediado pela técnica e por uma determinada sociabilidade que faz com que, no decorrer da história humana, diferentes formas desse metabolismo socioambiental tenham se desenvolvido.

Partimos, então, da indagação a respeito da efetiva sustentabilidade dessas diferentes formas de metabolismo socioambiental. Reconhecendo que há múltiplos entendimentos sobre o que é sustentabilidade, estaremos considerando, a partir da categoria trabalho, que as diferentes insustentabilidades discutidas por diversos autores com posturas críticas em relação ao capitalismo acabam se referenciando em última instância à contradição básica do capital, ou seja, a exploração da força de trabalho e à apropriação privada dos meios de produção e de vida. Dessa maneira, entendemos que qualquer metabolismo socioambiental fundado na exploração da força de trabalho seja necessariamente insustentável. Ao contrário, a sustentabilidade se constitui naquela condição em que a exploração de um ser humano por outro é superada e, articuladamente a esse processo, também os meios de produção e de vida deixam de ser privativamente controlados.

Enfim, por sustentabilidade estamos entendendo a emancipação social e a coevolução sociedade e natureza. A categoria trabalho nos orienta nesse debate ao abranger dialeticamente a relação da sociedade consigo mesma e com a natureza. Somente o trabalho emancipado é capaz de garantir a coevolução. É isso que identificamos como sustentabilidade.

O primeiro momento será dedicado a discutir as (im)possibilidades de sustentabilidade – e, portanto, o trabalho - no capitalismo. Analisaremos a

gênese desse modo de produção e seu desenvolvimento continuado até o tempo presente. Como modo de produção o capitalismo se configura como uma específica forma de metabolismo socioambiental que se funda na contradição que conjuga de um lado o trabalho social com formas privadas de acesso aos excedentes produzidos por esse trabalho sob a forma de mercadorias graças à propriedade privada dos meios de produção. Expropriação do excedente e produção de mercadorias, porém, não se constituem em novidades históricas apresentadas pelo capitalismo, mas a novidade consiste no fato de, pela primeira vez na história humana, a própria força de trabalho haver se tornado uma mercadoria.

Nosso estudo parte do processo que possibilitou a separação entre produtores e os meios de produção que fundamenta essa contradição do modo de produção capitalista para, na sequência, a vê-la em andamento e desdobrando-se na concorrência intracapitalista, a qual objetiva verificar qual capital é capaz de incorporar a maior parcela da mais-valia global produzida, num quadro geral de anarquia da produção. Indo adiante nessa dinâmica do capital, verificaremos que esse processo marcado por contradições acaba por conduzi-lo a crises periódicas enquanto modo de produção onde, como afirmava Marx, o limite do capital é o próprio capital.

As crises periódicas, se por um lado abrem a possibilidade histórica de superação do modo de produção capitalista, por outro constituem no motor de sua continuada expansão – seja por áreas onde ainda não vicejam relações mercantis capitalistas, seja na mercantilização da natureza e dos diferentes processos sociais, enfim, em processos expansivos e também no aumento da exploração do proletariado. Ainda que essa condição de contradição permanente seja fundante do metabolismo do capital, ela não sinaliza para um fim automático dessa modalidade de relação da sociedade consigo mesma e com a natureza. Porém, ainda que não aponte para seu próprio fim inexorável, o modo de produção capitalista desenvolve-se à custa da colocação de parcelas da humanidade e da natureza diante de condições que ameaçam

suas sobrevivências, cujos mais emblemáticos exemplos são a fome e a guerra.

No balanço do desenvolvimento capitalista somos levados à conclusão de que, juntamente com a alienação humana decorrente do processo de trabalho, sua existência coloca em risco as condições de sustentabilidade ambiental, constituindo-se como um gigantesco desafio socioambiental. Acompanhando a exploração da força de trabalho pelo capital, verificamos a apartação entre sociedade e natureza, quando essa se torna “recurso”, ou objeto mercantilizável para a expansão capitalista.

Constatado a insustentabilidade das relações sociais de produção capitalistas, desdobramos nosso objetivo de relacionar trabalho e sustentabilidade ao verificar como se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo. Estudando fundamentalmente as formas de monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital (OLIVEIRA, 2009), discutiremos a questão agrária e seus paradigmas. Nesse sentido vamos analisar as relações que o capital estabelece com os camponeses particularmente na realidade brasileira, em especial a partir da conflituosidade entre ambos –capitalistas e camponeses – no que tange à renda da terra, sem desconsiderar a permanente ameaça à condição camponesa decorrente da própria perda da terra pelo camponês.

Se o capitalismo industrial se funda na contradição entre trabalho assalariado proletário e o capital proprietário dos meios de produção enquanto uma “troca de equivalentes” em que a força de trabalho produz um valor a mais identificado como mais-valia, o capitalismo no campo é capaz de territorializar-se para reproduzir essas mesmas relações. No entanto, articulando dinâmicas de desenvolvimento desigual e combinado, o capital é capaz de conviver tanto com a recriação do campesinato quanto com suas múltiplas resistências. Porém, verifica-se que o capital coloca o campesinato sob uma dupla condição ameaçada: por um lado expropria-lhe a renda da terra e, por outro, pode vir a expropriar a própria terra, garantia de sua condição camponesa.

Por conta de sua dinâmica expansiva, o capital no campo acaba por mercantilizar continuamente os espaços e relações através do desenvolvimento de técnicas e relações sociais que aprofundam a artificialização do metabolismo entre sociedade e natureza. Essa postura contradiz frontalmente as formas camponesas para quem a relação metabólica entre natureza e humanidade é mediada pelo trabalho no sentido de uma coevolução socioambiental.

Estamos, então, diante de modalidades antagônicas de relação entre sociedade e natureza: uma marcada pela insustentabilidade – o capitalismo – e outra fundada na coevolução – o campesinato – que, por sua vez, é a base da sustentabilidade. Assim é que na terceira parte desse nosso trabalho que verificaremos as potencialidades da relação camponesa se constituir como alternativa à insustentabilidade socioambiental representada pelo capital. Desenvolvendo o entendimento do campesinato enquanto classe e enquanto modo de produção, chegamos à ideia de territorialidade camponesa e sua relação com a elaboração de uma identidade de projeto (CASTELLS, 1999).

Constituindo-se simultaneamente como um conflito espacial – a disputa pela terra – e como um conflito de classe – relacionado à expropriação da renda da terra camponesa – verificamos nos encontrar diante de um conflito territorial. Por conta disso seremos conduzidos ao objetivo de estudar as diferentes identidades territoriais elaboradas pelos camponeses diante do avanço das relações capitalistas no campo. Legitimar, resistir ou assumir um projeto de superação das relações capitalistas são as possibilidades que se abrem ao campesinato. Nosso objetivo é verificar como os camponeses assumem cada uma dessas identidades articulando elementos objetivos e subjetivos específicos ao contexto de conflito que vivenciam. São as potencialidades do conflito territorial entre diferentes modos de relação metabólica no sentido da emancipação humana que estaremos afinal debatendo.

Por fim e ainda articulando trabalho e sustentabilidade em uma relação caracterizada pela emancipação social e pela coevolução socioambiental é que objetivamos evidenciar o potencial do campesinato agroecológico em se

configurar como portador desse potencial emancipatório e coevolutivo. Para isso estaremos enfocando os processos pedagógicos e identitários relacionados à identidade camponesa que a agroecologia é capaz de fundamentar.

1- APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do objeto da pesquisa aqui retratado não é, como já afirmado logo ao início, uma escolha neutra. Parte de envolvimento pessoal com agentes sociais historicamente localizados e com cujas lutas nos identificamos. Nem por isso advogamos a construção de um conhecimento meramente instrumental da realidade, posto que será justamente a capacidade de *reprodução teórica objetiva da realidade* que possibilitará seu entendimento. Se esse conhecimento produzido possuir alguma capacidade de, ainda que timidamente, influenciar em alguma dinâmica social, isso se dará por conta dos desvelamentos da realidade que ele tiver proporcionado nos sujeitos envolvidos. Temos consciência das limitações da reflexão aqui desenvolvida, mas buscamos fundar nosso trabalho de investigação e interpretação em uma matriz de pensamento que *articula dialeticamente conhecimento e ação*. Vamos, então, identificar essa matriz.

A discussão metodológica abre a nossa exposição justamente por se caracterizar como a fundamentação para as reflexões que serão aqui desenvolvidas a partir de uma abordagem dialética cuja referência principal é o pensamento marxiano e marxista. Se essa é certamente uma preocupação que insistimos em apresentar logo ao início do desenvolvimento do trabalho, ela certamente não se fez presente de forma muito explícita na obra daquele em quem nos referenciamos. Marx, excetuando-se algumas breves anotações, não chegou a escrever uma obra específica sobre a problemática do método (TONET, 2013). Como reforça outro autor:

É importante observar que, considerando o conjunto de sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação de Marx era de

natureza ontológica e não epistemológica. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo (NETTO, 2011, p.27).

Além disso, sua obra – e conseqüentemente a questão metodológica - acabou sendo vitimada por distorções promovidas tanto por adversários quanto por “continuadores” (NETTO, 2011). Essas distorções se caracterizam por influências tais como as (neo)positivistas que acabaram por gerar uma simplificação do pensamento marxiano cuja prática metodológica correta se resumiria a uma aplicação dos princípios fundamentais do materialismo histórico e dialético à realidade – fosse ela social ou natural – de maneira que ao fim e ao cabo a análise econômica da sociedade seria capaz de explicar a totalidade. Reduccionismo, economicismo e um grosseiro esquematismo fizeram da contribuição de Marx uma caricatura de sua verdadeira contribuição metodológica.

Essa contribuição marxiana configura-se como um rompimento com as metodologias até então desenvolvidas. Mais do que isso, se estabelecermos a devida vinculação entre a discussão metodológica e a gnosiologia, é preciso enfatizar que em Marx há uma profunda ruptura com as formas de se conhecer anteriores a ele. Tonet (2013, p. 69) chega a afirmar que “Marx é o instaurador de um padrão radicalmente novo e conhecimento”, sem que isso signifique negar que a processualidade histórica traga consigo determinadas permanências, isto é, seja de alguma maneira tributária do passado. Mesmo assim, é preciso enfatizar a novidade do pensamento marxiano que – conforme aprofundaremos a seguir – não se limita a questionar o que é o conhecimento e quais as formas de produzi-lo. Em Marx o questionamento se desloca do conhecimento para o *ser social* – cujo entendimento aprofundaremos a seguir -, o que equivale a dizer que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, de uma *ontologia do ser social*.

Para a discussão metodológica fundada na gnosiologia, o conhecimento científico apresenta a exigência de um método para sua elaboração. Esse *método* pode ser grosseiramente identificado como o *caminho mais apropriado*

para a produção daquele conhecimento que se pretende verdadeiro. A adequação metodológica, ou seja, o correto uso do método seria a garantia da produção de um conhecimento científico verdadeiro. Dessa forma, havendo a multiplicidade de métodos, *existiriam tantas verdades sobre um mesmo objeto de conhecimento quantos métodos diferentes fossem utilizados para conhecê-lo, bastando que tais métodos tenham sido corretamente utilizados por quem os manejou.* Dessa forma poderíamos afirmar que um mesmo objeto pode possuir uma verdade positivista, outra fenomenológica e ainda outra dialética – e tantas outras - tendo em vista que a aplicação correta de cada uma dessas metodologias garantiria sua veracidade. A questão da verdade se resumiria, portando, à adequada aplicação do método.

Essa abordagem da questão do conhecimento científico acaba tendo como característica fundamental o destaque dado ao papel exercido pelo *sujeito do conhecimento* na produção do mesmo. Ao sujeito caberia, assim, a escolha do método mais adequado ao conhecimento de determinado objeto. Tal entendimento do método situa-se dentro de uma abordagem gnosiológica, como afirma Tonet (2013), o que certamente limita ou impede uma reflexão crítica sobre o conhecimento posto que, centrando seu enfoque no que é conhecimento e suas possibilidades, deixa de entrever que há uma *questão fundamental anterior a essa*, qual seja a questão de *saber o que é a realidade*. Assim, Tonet (2013) alerta para a necessidade de não limitar o debate sobre o método a uma questão gnosiológica, mas sim fundamentá-la na abordagem ontológica, esta sim capaz de indagar sobre o ser e não apenas sobre o conhecer, sendo que aquele antecede esse. Ou, como alerta Netto (2011, p. 52),

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (aspas no original).

Considerando que o “conhecimento é sempre, imediata ou mediatamente, um instrumento para a intervenção social” (TONET, 2013, p. 11-2), centrar o debate sobre o conhecimento no seu aspecto gnosiológico desconsiderando

sua perspectiva ontológica tem consequências sociais justamente por impedir a percepção dos interesses sociais que permeiam a construção da cientificidade (TONET, 2013) Assim, conforme Tonet, será *a abordagem ontológica que possibilitará um conhecimento capaz de uma intervenção social consciente na realidade*, mas, para tanto, é necessário que essa abordagem ontológica se funde no entendimento histórico-social e não metafísico. Isso porque, no sentido marxiano, objetiva-se a fundamentação crítica do conhecimento (e, conseqüentemente, da ação), sendo a crítica entendida como “a busca dos fundamentos históricos sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas ou imperfeições” no uso do método (TONET, 2013, nota da p. 11).

A problemática do conhecimento deve ser entendida a partir da relação entre sujeito e objeto. O enfoque gnosiológico enfatiza o sujeito como polo regente dessa relação. Assim, é ao sujeito que cabe o caráter ativo de construção teórica do objeto e para tanto faz uso da razão ou de uma metodologia adequada a essa construção. Por sua vez, a ênfase no objeto como polo ativo da relação implica em entender *a verdade como a correta tradução do objeto pelo sujeito*. Ao tratar o debate sobre o conhecimento dessa perspectiva, Tonet enfatiza que o mesmo deve ser precedido pela *indagação a respeito do ser, ou seja, de uma ontologia, cuja precedência é do objeto*.

Mas essa abordagem ontológica pode se dar de maneira que não necessariamente crítica no sentido anteriormente explicitado. Isso se dá tanto na ontologia clássica relativa ao *padrão de conhecimento greco-medieval* que negligenciava qualquer papel ativo ao sujeito, quanto naqueles que não se fundam na abordagem histórico social, que seriam os casos das abordagens ontológicas *existencialistas ou fenomenológicas* (TONET, 2013). O elemento capaz de fundar uma abordagem ontológica crítica seria, então, *o enfoque histórico-social que, ao mesmo tempo em que enfatiza a prioridade do objeto - conforme aprofundaremos a seguir- entende o sujeito do conhecimento não o indivíduo atomizado, mas sim enquanto classes sociais construindo*

conhecimento. Além disso, é a abordagem ontológica histórico-social que permite até mesmo o entendimento das abordagens gnosiológicas dentro do processo histórico em que foram constituídas.

Isso porque, ao considerar a *classe social como sujeito do conhecimento* ao invés de um indivíduo abstrato, o método marxiano enfatizará a *dimensão social da produção desse conhecimento*. O sujeito não é mais entendido apartado das condições sociais e históricas que o constituem. Ainda que cada indivíduo seja uma singularidade, tal singularidade se constitui em um contexto sócio-histórico específico, onde a condição de classe é fundamental.

Sobre essa assertiva é importante fazer duas colocações: 1) por classe social estamos entendendo grandes grupos de indivíduos cuja diferenciação se dá no processo de produção e apropriação da riqueza social. De forma que basicamente a sociedade se divide entre uma classe que detém a posse dos meios de produção da riqueza social e que, por isso, apropria-se dessa riqueza que, por sua vez, foi produzida por aquela classe privada dos meios necessários ao processo produtivo. 2) O processo que leva um indivíduo a compartilhar dos interesses de sua classe social não se dão de forma automática, sendo possíveis situações em que indivíduos acabam por assumir posturas diferentes e até contrárias à sua classe social em dadas circunstâncias. Feitas essas considerações é que podemos afirmar que – salvo situações singulares – há uma permanente “articulação entre sujeito coletivo e sujeito individual no interior do processo histórico, sendo o primeiro o momento predominante” (TONET, 2013, p. 16), ainda que isso nem sempre se dê de forma consciente.

Tendo em vista essa condição classista do conhecimento é que nos propomos a aprofundar o entendimento do método científico a partir de uma abordagem ontológica. Essa abordagem se justifica dentro de nossa proposta justamente pelo caráter crítico que a mesma procura desenvolver. Por ser crítica essa radicalidade teórica repousa na elaboração de um conhecimento que se funda na efetiva possibilidade de superação da sociabilidade capitalista e a produção de conhecimento/desconhecimento que lhe é característica. Mas a resposta

efetiva a tal possibilidade, bem como o posicionamento do pesquisador diante da realidade, não são meros resultados de uma postura subjetivamente assumida perante a realidade, mas sim sua atenta observação e entendimento.

Para Marx – como afirma Netto (2011, pp. 21-22),

o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito da pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. E esta reprodução será [...] será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. [...] O objeto da pesquisa [...] tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir.

Feita essa colocação, verifica-se a centralidade do objeto na construção do conhecimento científico/teórico, e não do sujeito, como o faz a abordagem de cunho gnosiológico. Como já apontamos, não é mais uma centralidade do objeto tal como a desenvolvida pelo pensamento clássico ou medieval, ou seja, aquela condição em que, estando o objeto no centro, ao sujeito caberia a simples reflexão (no sentido de reflexo passivo) daquela realidade objetiva exterior. Ao sujeito – visto como uma *tabula rasa* caberia se conformar ao objeto caso pretendesse atingir à verdade. O conhecimento verdadeiro para o padrão greco-medieval se *impõe de fora para dentro no sentido que vai do objeto ao sujeito* (LIBÂNIO, 1986). Tal como a centralidade do sujeito predominante nas abordagens gnosiológicas da metodologia, também a centralidade do objeto no pensamento greco-medieval corresponde a um momento histórico específico. Assim, enquanto a centralidade do objeto no mundo clássico e medieval revela uma sociedade dividida em senhores e escravos ou em senhores e servos e cujas classes expropriadas da riqueza social devem se conformar à realidade, a centralidade do sujeito se constitui a partir do momento em que o surgimento da burguesia e da dinâmica do modo de produção capitalista fazem com que o sujeito não mais deva se adequar passivamente ao objeto, mas sim, transformar a realidade, ainda que dentro de limites específicos.

Colocadas essas contextualizações de cada uma das centralidades – do objeto e do sujeito – justifica-se a abordagem da questão do método a partir da

ontologia, tendo em vista que o conhecimento é sempre produzido a partir de uma dada realidade social. Daí a *necessidade de estudar o ser social que produz esse conhecimento*. Mas, conforme salientamos acima, a centralidade do objeto também está presente na produção do conhecimento a partir de uma matriz marxista. Porém, a adequação do conhecimento ao objeto para Marx implica em que a reprodução ideal do objeto não é um processo mecânico ou meramente contemplativo. O conhecimento humano não se dá de modo direto – se o fosse, afirma Marx, toda a ciência seria desnecessária -, mas sim através de *mediações*. São essas mediações que estabelecem a distância e distinção entre sujeito e objeto. Tais como as ferramentas utilizadas para a transformação da natureza, a mediação implica em escolher adequadamente os momentos do objeto que possibilitem sua inteira compreensão. A partir desses momentos o sujeito constrói *abstrações* e *generalizações* que são capazes de *reproduzir a estrutura e a dinâmica do objeto*.

Por ser um sujeito social quem produz o conhecimento, sua condição objetiva na realidade material será fundamental para a definição dos alcances e limites do conhecimento produzido, pois, somente os sujeitos que não têm que se conformar à realidade social, e também aqueles que a podem transformar para além do limite de sua condição de classe, estão aptos a reproduzir a totalidade da dinâmica da estrutura social sem que com isso comprometam sua condição classista. Ou seja, somente aqueles que não são impedidos – seja por terem suas visões obscurecidas pelas classes exploradoras, seja por aqueles que não podem desvelar sua condição de exploradores -, é que podem construir um conhecimento com potencialidades transformadoras, pois, não têm nada a ocultar do real por não terem nada a perder com isso. E aqui entramos na importante formulação que todo conhecimento não se configura como mera especulação desvinculada do mundo que a produziu. Como tal, todo conhecimento é mediata ou imediatamente voltado à realidade, sendo, portanto, práxis.

Como afirma Tonet, “considerando que o conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade, mesmo o que de modo não imediato, não direto e

não intencional, no sentido de configurá-la de determinada maneira, julgada a mais adequada, é esse interesse que determinará ‘a taxa’ de verdade necessária para essa intervenção” (TONET, 2013, pp. 108-9). Assim, serão as classes sociais em uma dada configuração específica que possibilitarão ou não a produção de um conhecimento capaz da reprodução da dinâmica da estrutura social. Ou seja, *o conhecimento crítico, limitado ou mesmo falseado da realidade deixa de ser entendido como mera opção metodológica e passa a ser visto em sua íntima relação com a condição social*. Assim, a centralidade do objeto dialeticamente entendida é aquela em que ao sujeito cabe um papel ativo e não meramente contemplativo na reprodução da dinâmica e da estrutura do objeto. Porém, também esse sujeito deve ser entendido dentro de condições sociais objetivas que, por conta de sua posição na estrutura de classes e da possibilidade de intervenção social advindas do conhecimento, conduzirão ou não a uma efetiva reprodução ideal do movimento do real. A verdade deixa, enfim, de ser uma mera questão gnosiológica e passa a ter relação direta com a práxis. Como afirma Marx (1987, p. 125):

A questão de saber se ao pensamento humano pertence à verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica.

Cabe ainda salientar que um conhecimento produzido a partir dessa fundamentação ontológica e, portanto, na práxis não pode se limitar a tentar se referenciar a estudos de caso ou exemplificações retiradas da realidade para se pretender verdadeiro. Se o objetivo é a efetiva intervenção consciente na realidade, não nos basta confrontar a teoria e os fatos enquanto entidades externas. É necessária a compreensão do processo histórico e social como articulação de essência e aparência para não se perca na imediaticidade do real. Como o conhecimento é mediado, pode acontecer de a teoria ser desmentida pelos fatos imediatos, ou mesmo o contrário acontecer – os fatos imediatos comprovarem uma teoria (TONET, 2013). Mas é justamente por ser mediado é que o conhecimento pode superar a imediaticidade da aparência e atingir a essência da realidade. Os fatos imediatos, por exemplo, levam a uma

compreensão do capital que oculta sua essência. Somente a mediação é capaz de construir abstrações e generalizações que deem conta de sua essência. E mais: recordando a potencialidade de intervenção social do conhecimento é preciso identificar qual a classe é capaz de elaborar um conhecimento que desvele a essência do capital.

Referindo-se a Marx, Netto (2011, p. 20) afirma que

a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa e efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos.

Não que os fatos devam ser descartados, mas sim o início de um conhecimento mediado, ou seja, capaz de propiciar “o conhecimento teórico [que], partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). Recordando que essa essência é sempre histórica, conclui-se que também o conhecimento dela será marcado por essa historicidade, ou seja, “toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono etc.” (NETTO, 2011, p. 26). Isso porque, tendo chegado às determinações mais abstratas – e, por isso, fundantes do objeto estudado – é preciso refazer a viagem de volta ao concreto, mas um concreto pensado. Esse conhecimento concreto do objeto é, dessa maneira, o conhecimento de suas múltiplas determinações.

Para dar conta desse processo de construção teórica, é fundamental o conhecimento das categorias que constituem a articulação interna do objeto de pesquisa. São as categorias que exprimem o modo de ser desse objeto. Elas são

objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); [que] mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isso mesmo, tanto real quanto historicamente, as categorias são históricas e transitórias (NETTO, 2011, p. 46).

Em toda essa dinâmica de construção do conhecimento, a abstração ocupa papel de destaque. Ela deve ser entendida como “a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo” (NETTO, 2011, p. 44), no sentido abstrai-lo de suas determinações mais concretas até atingir suas determinações mais simples/abstratas. Sendo as determinações os traços pertinentes àqueles elementos que constituem a realidade, Netto recorda que Dussel chega a afirmar que a determinação é um momento essencial constitutivo do objeto. De forma que, “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (NETTO, 2011, p. 45).

Como se pode perceber, sendo tão fundamental no método marxiano, a busca das determinações do objeto em sua dinâmica e estrutura não pode ser apartada da realidade do próprio objeto. Ou seja, não há uma metodologia aplicável a toda e qualquer realidade, mas sim uma busca pelas determinações que será adequada a cada específico objeto de pesquisa. É o que afirma Netto (2011, p. 54) quando ressalta o necessário “cuidado de manter a *indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica*” (grifos do autor), o que nos leva à conclusão de que não existe a possibilidade de autonomização do método em face da teoria (NETTO, 2011, p. 55).

No processo de construção teórica realizado por Marx deve-se, então, enfatizar que ele é construído a partir – ou voltado para – de um objeto específico. Para tanto serão mobilizadas as categorias de totalidade, de contradição e de mediação. Por totalidade Marx estará entendendo não um conjunto de partes integradas de maneira funcional, mas sim uma “totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). Constituindo-se como um *complexo de complexos* – na expressão de Lukács – o que distingue cada uma das totalidades é justamente o seu grau de complexidade, o que faz com umas

possam ser mais determinantes que outras. Além disso, as totalidades são dinâmicas, e esse dinamismo é decorrente do “caráter contraditório de todas as totalidades que compõe a totalidade inclusiva e macroscópica” (NETTO, 2011, p. 57). É essa contradição que determina que, no lugar da inércia, haja o movimento, o devir. Como a totalidade não se apresenta como um *dado em si* ao sujeito do conhecimento – o que dispensaria toda ciência – as relações constitutivas da totalidade em suas diversidades e dinâmicas são mediadas. Portanto, são os sistemas de mediação que permitem perceber o objeto de estudo – a sociedade burguesa para Marx – como uma articulação de totalidades e não como um todo indiferenciado. O concreto pensado é resultado de múltiplas determinações e pode ser conhecido como unidade do diverso a partir da categoria da mediação.

Essa possibilidade de construção teórica desenvolvida por Marx representa, certamente, um rompimento com as metodologias até então desenvolvidas pelo pensamento científico. Se há que se destacar o papel desempenhado pelo próprio Marx na construção desse edifício teórico, por outro lado não se pode olvidar das condições que são dadas para que tal tarefa pudesse ser empreendida. Assim, devemos considerar justamente o contexto histórico e social que torna possível a elaboração da teoria marxiana, ou seja, o surgimento e amadurecimento da sociedade burguesa que, pela sua condição, ao mesmo tempo *permite e interdita* a compreensão científica da realidade. Como ressalta Tonet: “abrem-se, assim, dois caminhos para a compreensão dessa realidade [a sociedade burguesa]. De um lado, a elaboração de um conhecimento que contribua para a reprodução dessa forma de sociabilidade. De outro lado, uma teoria que possibilite uma compreensão que articule a crítica radical com a transformação também radical da sociedade” (TONET, 2013, p. 66).

Tendo em vista a matriz de pensamento que fundamenta nossa reflexão é que nos propomos a investigar a dinâmica conflituosa entre agricultura camponesa e capitalismo a partir de um enfoque que busca reproduzir teoricamente a totalidade contraditória que, por isso, contrapõe duas formas distintas de

relação entre sociedade e natureza. Daí que buscaremos entender a condição camponesa em uma articulação com uma processualidade social que contraditoriamente pode ameaçá-la ou recriá-la. Por se tratar de um conflito social e espacialmente configurado, estaremos mobilizando os conceitos/categorias território e territorialidade para nossa investigação e interpretação. Como já indicado ao tratarmos a questão metodológica, será justamente nosso objeto que determinará dialeticamente como tais conceituações serão elaboradas no sentido de melhor reproduzir a totalidade da dinâmica social.

2- CAPITALISMO E INSUSTENTABILIDADE

Nesse primeiro momento realizamos um resgate da processualidade histórica que possibilitou a separação do trabalhador dos meios de produção e sua inserção na valorização de capital. Esse entendimento da condição do trabalho alienado nos leva a identificar o caráter contraditório do capitalismo. Na sequência estaremos indicando que essa contradição capital-trabalho fundará as demais contradições da sociedade capitalista constituindo um quadro em que crises periódicas são permanentes (MARTINS, 2005). Essa colocação nos leva, então a refletir sobre a crise em suas diversas abordagens no momento seguinte.

Finalizando a seção identificamos que a dinâmica de crise-expansão do capital coloca-nos diante de um desafio socioambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004) ao colocar sob ameaça as condições gerais de vida no planeta. Ou seja, nos dois últimos tópicos dessa seção explicitamos a relação capitalismo-insustentabilidade, estabelecendo as bases para a seção seguinte em que refletiremos sobre a sustentabilidade a partir do campesinato.

2.1- A TRANSIÇÃO AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O longo período de formação do modo de produção capitalista ainda no interior da formação sócio-espaco-temporal feudal é denominado de período de transição ou de acumulação primitiva de capital. Em sua dinâmica sócio-espacial europeia, o modo de produção capitalista se constitui como um processo de expropriação dos produtores de seus respectivos meios de produção. Como afirma Marx (1996, p. 340):

o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

E isso se dá no campo e também na cidade, expropriando os trabalhadores dos meios de produção e transformando a força de trabalho em mercadoria.

Estando “livres” dos meios de produção – tanto no sentido em que o servo deixa de estar preso à terra, quanto na condição de não mais os possuir – é que os trabalhadores do campo e da cidade são obrigados a dispor no mercado da única mercadoria que possuem, ou seja, sua força de trabalho. Tornam-se, assim, aptos a serem explorados através da extração de mais-valia enquanto proletariado operando as máquinas-ferramentas do sistema fabril.

No campo – e aqui vamos nos ater ao caso clássico que é aquele ocorrido na Inglaterra -, esse processo se dá através dos chamados cercamentos dos campos ou enclosures, quando os chamados campos comuns são cercados com o objetivo de transformar a propriedade agrícola em uma “empresa capitalista manejada segundo critérios de lucro e dentro de princípios individualistas” (FALCON & MOURA, 1989). Os direitos coletivos do sistema comunitário, do qual os servos faziam parte, são suprimidos no que tange às terras, pastos e florestas, provocando o êxodo de grande parte dos camponeses ou tornando parte deles em assalariados do campo. O cultivo de cereais que se dava na dinâmica feudal passa a ser substituído, em um primeiro momento, pela criação de ovelhas motivado pela rentabilidade desta no mercado internacional. Já no século XIX, os cercamentos atingem seu auge com a Revolução Agrícola e a intensificação da produção de cereais, mas em bases já capitalistas. Articulado dinâmicas rurais e urbanas,

tal acumulação pré-capitalista ou primitiva realizou-se, o mais das vezes, em íntima conexão com a expropriação agrária da qual resultou a liberação de uma numerosa mão de obra rural. São fenômenos simultâneos, aspectos ou faces de um mesmo processo socioeconômico. Seu exemplo mais típico é constituído pelo cercamento dos campos, na Inglaterra do século XVI em diante (FALCON & MOURA, 1989, p. 30).

A dinâmica sócio-espacial revela que a expropriação dos trabalhadores do campo de seus meios de produção altera sua condição social, quando deixam a condição de servos e se veem obrigados à venda de sua força de trabalho em um processo de proletarização. Essa venda da força de trabalho se dá na cidade nas unidades fabris e também nos campos, com o assalariamento do trabalhador rural, sendo que em ambas há a constituição de uma nova forma de relação social e espacial, da qual o êxodo rural é mais visível, mas que também está presente na relação que se estabelece entre sociedade e

natureza. Dessa forma, não é só a força de trabalho que se mercantiliza, mas também a terra se torna uma mercadoria. Ou seja, há um processo de mercantilização da natureza que, por não ser ela mesma resultado de um processo de trabalho – ou de extração de mais-valia – deve ser entendido como produção de capital, ou acumulação de capital. Como sustenta Ohlweiler (1987, p. 15):

Essa usurpação das terras deu um duplo resultado: de uma parte, as terras usurpadas tornaram-se propriedade privada de um número reduzido de latifundiários, que passaram a explorá-las em moldes capitalista; e de outra parte, os antigos camponeses despojados de suas terras transformaram-se em enormes contingentes humanos que afluíam às manufaturas dispostos a vender sua força de trabalho como assalariados.

Ocorre, portanto, ao lado da acumulação de capital que possibilitará a revolução Industrial nas cidades, a constituição de uma produção capitalista no campo, em um processo que afetará diretamente os camponeses. Assim, “não apenas desapareceram as terras comunais, como também as pequenas propriedades recuaram, tornando-se os *yeomen* rendeiros dos grandes proprietários” (FRANCO JR. E PAN CHACON, 1980, p. 225). O que distinguirá os processos de destruição/recriação do campesinato na Europa e na América, em especial no Brasil, conforme aprofundaremos na seção que discutirá a questão agrária mais adiante.

Nas cidades se poderão perceber os reflexos dessa dinâmica do campo, já que é para lá que se dirigem os camponeses expropriados. Mas também no espaço urbano se dá um processo de expropriação que atingirá em especial os artesãos. Ou seja, de maneira similar ao que aconteceu aos trabalhadores rurais, os trabalhadores das cidades perderão paulatinamente o controle sobre os seus meios de produção quando a antiga oficina, articulada à corporação e com sua dinâmica própria de atendimento ao mercado local, assume uma condição de manufatura voltada para mercados distantes, além de forçar separação dos artesãos de seus meios de produção, bem como de seu saber fazer através da ampliação da divisão social do trabalho (MARX, 1996). De artesão a proletário fabril, também aqui se pode encontrar a mercantilização da força de trabalho em uma dinâmica social de proletarização e também uma processualidade espacial em que os trabalhadores passam a ser

especialmente organizados tanto no interior das fábricas, quanto em seu exterior, haja vista a constituição de bairros operários onde eles pudessem ser mais controlados pelo capital. Há uma espacialidade capitalista-proletária nas fábricas e nos bairros operários, como se pode verificar.

A formação do proletariado se dá de uma forma extremamente violenta, incluindo legislações que puniam seriamente a vadiagem – seja com castigos ou com trabalhos forçados nas *workhouses*, ou com a combinação de ambos (MARX, 1996). A submissão do corpo do trabalhador camponês e artesão à disciplina fabril é marcada pela repressão e vigilância contínua do capital através da força estatal, incluindo policiais, juízes e tribunais até chegar ao controle exercido pela máquina-ferramenta posta a funcionar nas nascentes indústrias através da força hidráulica em um primeiro momento e movida pela energia a vapor logo a seguir. Além da espacialidade decorrente das diferentes energias utilizadas, o capital encontra na energia não-humana uma forma de não apenas aumentar a produtividade do trabalho, mas também de controlar a força de trabalho ao determinar o ritmo da produção através das máquinas-ferramentas.

Todo esse controle do capital sobre o trabalho, contudo, não se dará sem resistência da classe trabalhadora nascente que se mobilizará destruindo as máquinas tidas, em um primeiro momento, como as causadoras de tanto sofrimento e logo a seguir com a formação de movimentos reivindicativos, tais como o cartismo, até chegar aos sindicatos (FALCON & MOURA, 1989). Processualidade essa que demonstra que a construção da hegemonia do modo de produção capitalista não se fundamentou apenas em consensos, mas sim em uso continuado de violência.

Nas relações sócio-espaciais para além da Europa, o modo de produção capitalista nascente encontrará outras modalidades de formação daquele capital inicial que possibilitará o desenvolvimento da maquinofatura. Para isso contribuíram, dentre outras menos relevantes, a colonização da América, o tráfico de escravos negros africanos e até mesmo as diferentes formas de saque e pirataria (FRANCO JR. E PAN CHACON, 1980).

Diante da crise feudal em sua agonia no século XIV, que incluía o esgotamento das terras agricultáveis e das minas de metais preciosos, bem como em um determinado momento uma carência de braços para o trabalho no campo - tendo em vista a peste negra e a superexploração servil -, as classes expropriadoras do trabalho europeias se viram diante de um desafio para a manutenção de sua condição de controle do excedente (FRANCO JR., 1986). Se a solução no continente para tal crise levou a uma crescente dinamização das cidades, do comércio e das manufaturas, como já vimos, para além das terras europeias, a crise será debelada com a incorporação de novas terras e suas riquezas minerais nas Américas; com a exploração de trabalhadores indígenas também nas Américas e com a exportação transatlântica de mão de obra. Tudo isso em um conjunto de medidas que podem ser entendidas como integradas – ainda que não de forma consciente – no chamado colonialismo.

O colonialismo, que pôde ser realizado a partir da incorporação de novas terras à dinâmica produtiva europeia graças ao desenvolvimento e incorporação de avanços tecnológicos implicará em novas dinâmicas espaço-sociais: novas áreas são incorporadas a partir da navegação e conquista pelos europeus, bem como seus habitantes, inaugurando tempos, espaços e relações sociais sob uma égide comandada pelos interesses das classes mercantis da Europa (FRANCO JR. E PAN CHACON, 1980).

É assim que as minas de ouro e prata da América Espanhola serão exploradas através da mão de obra nativa submetida a formas variadas de trabalho forçado - em especial a mita e a encomienda - que, deixando de ter a dinâmica local que antes possuíam, passam a produzir um excedente metálico que será levado para a Europa por vias legais ou ilegais – pelos mecanismos do tráfico ou da pirataria (OHLWEILER, 1987). Essa é, então, uma das formas de produção de capital, através da incorporação dos metais preciosos americanos ao circuito monetário europeu, articulada à utilização de uma força de trabalho não-assalariada na produção dessa “riqueza”. Enfim, mecanismos não capitalistas de geração de excedente que antecedem à reprodução do capital,

sendo, por isso, enquadrados na processualidade de produção ou acumulação primitiva do capital (NETTO e BRAZ, 2009).

Dinâmica equivalente se dá nas terras de colonização portuguesa na América do Sul, bem como nas áreas de colonização inglesa ao sul da América do Norte. Nessas áreas predominará aquilo que se convencionou como colonização para exploração, ou seja, aquelas que constituem a colônia como apêndice da metrópole europeia através do chamado Pacto Colonial, um dos mecanismos do mercantilismo (PRADO JR., 2006). Se em um segundo momento a colônia portuguesa iniciará a produção de metais preciosos que serão levados para a Europa, no início da colonização a produção agromanufatureira do açúcar garantirá o afluxo de riquezas que serão posteriormente incorporadas ao circuito do capital. A incorporação dessas novas áreas se dá também com o estabelecimento de novas relações sociais e espaciais. Ou seja, a nova realidade sócio-espacial inclui as terras americanas e a mão de obra indígena em seu início. Mas logo essa mão de obra nativa será substituída por outra vinda da África que, pela necessidade de ser trasladada de um continente ao outro, permitirá a criação de uma nova fonte de riqueza para a Europa: o tráfico de escravos negros africanos. Assim, não somente o fruto do trabalho dessa mão de obra africana expatriada aflui para os circuitos econômicos europeus, mas também o lucro obtido pela sua venda enquanto ferramenta de trabalho humana (PRADO JR., 2006).

Toda essa incorporação de terras e força de trabalho à dinâmica europeia se dará dentro da perspectiva do colonialismo e possibilitará a formação prévia de uma riqueza no continente europeu e que, uma vez formada e convertida em capital na revolução industrial e na consolidação das relações entre capital e trabalho a partir da maquinofatura, engendrará a reprodução desse mesmo capital dentro do modo de produção capitalista já hegemônico.

Enfim, articulando as processualidades europeia – do campo e da cidade – e mundial – que conforma o colonialismo – conclui-se que a assim denominada acumulação primitiva de capital é “o processo criador tanto do capital quanto do trabalho, como produtos conjuntos” (FALCON & MOURA, 1989, p. 49). O

chamado período de transição do feudalismo ao capitalismo será o responsável pela constituição, no decorrer do tempo, de relações sócio-espaciais que configurarão a hegemonia do modo de produção capitalista.

2.2- A DINÂMICA CAPITALISTA: CONTRADIÇÃO

Por reprodução de capital estaremos entendendo aquela processualidade em que o capital se expande a partir de relações em que capital e trabalho se articulam de forma a que aquele possa extrair sobretrabalho deste. Esse processo pode ser denominado como valorização do capital, tendo em vista que a força de trabalho é colocada para produzir mercadorias que possuem a dupla condição de serem portadoras de valor de uso e de valor, sendo que esse se manifesta enquanto valor de troca, que por sua vez, pode ser percebido através dos preços das mesmas mercadorias.

A mercadoria, fundamento da riqueza nas sociedades capitalistas (MARX, 1996), deve ser entendida em sua dupla característica: sua capacidade de satisfazer necessidades humanas e sua produção voltada para a troca e não para o autoconsumo. A primeira característica revela-se no valor de uso da mercadoria, enquanto a segunda pode ser verificada no valor de troca. E mais, ainda que ambos sejam fundamentais para caracterizar a mercadoria, em uma sociedade capitalista, é a produção de valores de troca que mobiliza a criação de mercadorias dentro de um processo de valorização do capital. Para ser mais exato, seria necessário dizer que é a produção de valor – elemento da valorização do capital – que constitui a motivação do capitalista acionar o processo de produção. No qual uma determinada quantidade de valor na forma dinheiro é inserida no processo produtivo para, ao final do mesmo após passar pelo circuito de circulação, retornar ao capitalista na forma de um valor a mais. O que se traduz na célebre equação: $D-M-D'$, onde o dinheiro (D) é transmutado em sua forma mercadoria (M) para posteriormente retornar a seu proprietário na forma ampliada (D').

No intercâmbio das mercadorias através do mercado, é a quantidade de trabalho que determinará o quantum de uma mercadoria será trocado pelo

quantum de outra. O trabalho socialmente necessário considera a capacidade média produtiva em uma dada sociedade de acordo com as condições técnicas em vigor, reduzindo a uma unidade de trabalho simples as diversas complexidades dos diferentes tipos de trabalho. Daí que, quanto mais trabalho necessário – o maior dispêndio de força de trabalho -, maior será o valor de determinada mercadoria (CARCANHOLO, 2011).

Partindo-se da troca de equivalentes, pode-se verificar que o processo de trabalho em uma sociedade mercantil tem uma forma material, que produz valores de uso, e outra abstrata produtora de valores de troca. Enquanto em uma economia mercantil simples o produtor procura trocar as mercadorias que produz por outras que ele não faz, na economia desenvolvida da reprodução ampliada do capital, ou seja, em uma sociedade capitalista, a produção de mercadorias é a base para a expansão do capital. Aqui a troca se faz no sentido de obter, ao final do processo, um valor a mais que aquele despedido no processo de produção (NETTO e BRAZ, 2009). Essa valorização, no entanto, supõe a divisão da sociedade em duas classes fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os proprietários apenas de suas forças de trabalho. Como afirmam Netto e Braz a valorização, enquanto processo de produção de mercadorias, “tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção” (NETTO e BRAZ, 2009, p. 80). É essa divisão que possibilitará que na troca de equivalentes entre o salário recebido pelo proletário e o que ele produz através de sua força de trabalho, seja criado um sobrevalor, ou um valor a mais que será incorporado pelo capitalista. Esse valor a mais é que permite a acumulação e capital, ou seja, o processo de valorização do capital. Tem-se assim a reprodução ampliada do capital.

Juntamente com essa dinâmica social, constitui-se uma determinada espacialidade que tanto é condição quanto meio para a reprodução do capital. Ou seja, não há uma constituição espacial prévia para que a dinâmica das relações sociais possam se dar, ou, pelo contrário, o estabelecimento de determinadas relações sociais para que posteriormente se constitua uma dada

espacialidade. O que ocorre é uma relação dialética entre espaço e relações sociais, de tal forma que, como já foi dito, espacialidade e sociabilidade se articulam contraditoriamente em uma totalidade cuja processualidade se desenrola na temporalidade, essa também dialeticamente articulada àquelas.

Além dessa contradição entre capital e trabalho, os capitalistas encontram-se envolvidos em uma relação também contraditória pela disputa entre si do excedente social produzido pelo conjunto da força de trabalho (SWEEZY, 1983). Essa concorrência entre os capitalistas não é uma contradição de classes, mas sim uma contradição intraclasse, entre os diversos setores da economia capitalista. Mesmo em situações em que o capitalismo tenha deixado de ser aquilo que ficou conhecido como capitalismo da livre concorrência e tenha sido dominado pelos monopólios (ou melhor, pelos oligopólios), ainda persiste uma disputa para se verificar qual capitalista (ou qual ramo da produção capitalista) conseguirá incorporar a si a maior parte do excedente social produzido (SINGER, 1975). Ou seja, considerando-se uma mais-valia global produzida em determinada sociedade, a mesma será repartido pelos diversos capitalistas. Aqueles capitalistas que conseguirem incorporar ao seu capital as maiores parcelas do excedente total produzido serão aqueles que terão realizado com mais vigor a reprodução do capital. Em longo prazo, essa concorrência intracapitalista acaba por acentuar as situações oligopolísticas, já que aqueles capitais que se reproduziram em maior escala estarão em condições de ampliarem sua expansão e, conseqüentemente, continuarem a expandir sobre novas e mais amplas bases (NETTO e BRAZ, 2009).

Além da concorrência, a anarquia da produção significa aquela condição em que o conjunto de capitalistas não se submetem a uma regulação global sobre a produção. Daí que, mesmo que cada empresa possua seu planejamento interno e atue com base em dados que objetivam sua permanência no mercado, não existe um planejamento global da reprodução de capital que objetive alocar de maneira mais produtiva os diversos agentes, sendo essa função reguladora exercida pelo mercado. Longe se vão os tempos da crença ingênua na mão invisível do mercado, mesmo em tempos de oligopólios e as

mais diversas modalidades de intervenção estatal na economia, esta não se funda em uma racionalidade de alocação de recursos globais, mas sim articulada àquela disputa pela maior parcela do mais-valor global produzido. Daí que os diversos capitais busquem sempre a maior mobilidade possível no sentido de serem capazes de movimentarem-se sempre para os ramos em que a reprodução de capital esteja se dando em maior amplitude (SINGER, 1975).

Essas três dinâmicas contraditórias do capital não se dão em separado, mas intimamente articuladas. O contínuo investimento em tecnologia – que contribui para o avanço do desenvolvimento das forças produtivas – tanto possibilita um maior controle do capital sobre o trabalho, o que se articula à primeira contradição entre ambos, quanto possibilita, com o aumento da produtividade, uma maior incorporação da mais-valia global produzida, o que se vincula à contradição intercapitalista. Por sua vez, esse contínuo desenvolvimento das forças produtivas se dá em um quadro de anarquia da produção em que os diversos ramos da economia estarão disputando entre si o excedente social sem que se tenha a garantia de estarem alocando da maneira mais eficiente os diversos fatores de produção. Articulando as três contradições, tem-se a constituição de uma dinâmica cíclica do capitalismo que leva à plena ocupação dos fatores produtivos, a saber: dos meios de produção e da força de trabalho. O quadro de pleno emprego dos fatores de produção é o prenúncio da crise do capital, pois esse encontra o limite para continuar se expandindo, ou seja, para continuar com a sua reprodução. Sobrevêm, então, as crises de superprodução (NETTO e BRAZ, 2009).

As crises, no modo de produção capitalista, não são decorrentes da ausência de produção ou de uma produção reduzida, mas sim o resultado de uma situação em que o capital, tendo-se reproduzido continuamente, encontra-se diante do limite para continuar a se valorizar. São, assim, crises de superprodução de capital onde os fatores de produção estão sendo plenamente utilizados de forma lucrativa, ou seja, de maneira que permitam uma contínua expansão do capital. É verdade que a força de trabalho pode estar sendo utilizada abaixo de sua capacidade em determinadas situações de

crise, o que se dá por conta do aumento da produtividade dos meios de produção, de forma que, a incorporação de mais trabalhadores ao processo produtivo só teria a agravar as dificuldades enfrentadas pelo capital para continuar se expandindo. Daí que a força de trabalho seja dispensada em determinadas situações de pleno emprego dos meios de produção, principalmente aquelas decorrentes de avanços tecnológicos. O que poderia ser um contrassenso, mas não o é, pois o capital se valoriza realizando a extração de mais-valia dos trabalhadores, mas não necessariamente através da venda de mercadoria aos mesmos, podendo inclusive realizá-lo a partir da transação do mesmo entre os diversos ramos do capital ou do consumo das classes capitalistas.

As crises de superprodução, por sua vez, são enfrentadas de diversas formas. Uma primeira delas constitui-se na incorporação de novas espacialidades à dinâmica de reprodução do capital – o que se configura como manutenção atualizada das mais diversas formas de acumulação de capital – e a outra se realiza como destruição de forças produtivas através de mecanismos que vão da obsolescência programada até as guerras.

A crise de superprodução mostra com toda crueza o caráter contraditório do capitalismo. Seu sucesso é o fator de seu fracasso. E para iniciar um novo ciclo de expansão, o capital deve incorporar novas espacialidades/ relações sociais. Ou seja, há uma expansão na base socioespacial do modo de produção capitalista, que passa a hegemonizar novos espaços e relações. Por exemplo, a incorporação do campesinato à lógica do capital representa certamente uma possibilidade de expansão das relações capitalistas. Ainda que o campesinato preserve sua condição camponesa – proprietário dos meios de produção e de sua força de trabalho -, a subsunção ao capital pode prescindir da dominação formal, bastando apenas a inserção subordinada como, por exemplo, fornecedor de matéria-prima para a agroindústria. Tal expansão se dá de um modo também eivado de contradições através de um movimento combinado, em que grande parte do mundo está, de alguma forma, articulado ao capital de maneiras e graus diferentes.

Ao mesmo tempo em que o capital se reproduz em escala ampliada pela incorporação da força de trabalho assalariada, ele persiste com práticas de acumulação – não mais “primitivas” - de capital. É assim que florestas e águas são mercantilizadas de forma ampliada no atual momento histórico, bem como as condições de trabalho fazem lembrar o início da revolução industrial: superexploração do trabalho que passa a estar precarizado e terceirizado, quando não mesmo dispensado. E isso para não mencionar as atuais formas análogas à escravidão no campo (agenciados por “gatos”) e na cidade, onde migrantes latino-americanos são submetidos a brutal exploração.

Mostra dessa expansão do capital é, sem dúvida, o imperialismo do final do século XIX e início do século XX. Mas também o é a atual etapa denominada de globalização, quando o capital incorpora novas espacialidades, expande aquelas que já domina, além de aprofundar as formas de exploração da classe trabalhadora e amplia a lógica de mercantilização.

Também a guerra é instrumento importante na dinâmica reguladora do capitalismo por meio da destruição das forças produtivas. Através de diversas modalidades de enfrentamento, a guerra acaba por destruir para ter de reconstruir, restabelecendo o nível da produção capitalista nos países vitoriosos do conflito. Ainda que pessoas morram por conta da guerra ou deixem de ter acesso ao mínimo necessário devido aos gastos militares, para o capital, o importante é possibilitar a sua valorização sempre ampliada. Esse caráter destrutivo do capital nem sempre se mostra em muitas das análises que dele se faz. Haja vista que será a Segunda Guerra Mundial - e não as políticas regulatórias no marco do New Deal - que colocará a economia capitalista em um novo ciclo expansivo. Além disso, boa parte do século XX será marcada pela expansão dos gastos militares durante a Guerra Fria, o que terá função extremamente relevante na regulação da economia capitalista.

Não se pode esquecer, ainda, que as duas “soluções” para as crises capitalistas se articulam, já que diversas guerras abrem a possibilidade não somente de reconstrução de forças produtivas por elas destruídas, mas também a de incorporação de espaços e sociabilidades ainda não totalmente

vinculadas ao capital a sua lógica expansiva. Daí que as guerras sejam utilizadas nos tempos remotos e atuais do capital para garantir o acesso a matérias-primas – petróleo, água, biodiversidade etc. – bem como a inserção de populações que viviam em modos de produção não-capitalistas à dinâmica mercantil – o que inclui desde as guerras imperialistas até a violência que marca a expansão da fronteira agrícola no Brasil, que, se não pode ser designada como guerra propriamente dita, não deixa de ser extremamente destrutiva das socioespacialidades das áreas incorporadas ao capital pelo agrohidronegócio e pela mineração.

Enfim, a crise faz com que o modo de produção capitalista encontre seus próprios limites internos e, para “solucioná-la”, o capital articula tanto a produção (acumulação) de capital, quanto a sua reprodução ampliada. Ou seja, não se pode identificar a acumulação capitalista apenas como um momento histórico específico anterior à Revolução Industrial, mas sim verificar que tal processualidade ainda hoje tem o sentido de ampliar a hegemonia do modo de produção capitalista diante da totalidade da formação socioespacial no decorrer do tempo. Assim, enquanto expande sua hegemonia em direção à incorporação subsumida ou à simples destruição de formas não-capitalistas, o capital também amplifica a exploração da força de trabalho via a utilização de tecnologias e métodos produtivos em que o trabalho se torna cada dia mais subordinado à dinâmica de valorização do capital. Contraditório e combinado, o capital se produz e se reproduz destruindo modos de produção não-capitalistas, realizando a subsunção formal de outros modos de produção, destruindo forças produtivas ou ampliando-as tecnologicamente, realizando a subsunção real do trabalho através da produção de mais-valor, fazendo guerras para regular o ciclo econômico ou realizar a destruição que possibilitará uma nova dinâmica expansiva, enfim, uma luta constante para a manutenção de sua hegemonia.

2.3- APROFUNDANDO O ENTEDNIMENTO DA RELAÇÃO CAPITALISMO E CRISE

Crise civilizatória, crise ambiental, crise estrutural do capital... essas expressões podem ser encontradas – juntas ou separadamente – em diversas abordagens críticas do capitalismo contemporâneo, em grande parte identificadas com o período posterior à década de 1970. De um modo extremamente genérico, ousamos dizer que tais abordagens são portadoras da mensagem que a sociabilidade engendrada pelo modo de produção capitalista teria chegado aos seus limites – sejam eles socioculturais, ambientais ou econômicos ou ainda uma articulação de cada uma dessas possibilidades – e que, portanto, estaria em vias de ser superado pela instauração de uma nova sociabilidade. Desconsideramos aqui todas aquelas abordagens que entendem que tal passagem de um modo de produção ao outro se daria de forma automática (LESSA e TONET, 2012), sem a efetiva luta dos homens e mulheres em classes sociais, focalizando aqueles entendimentos da contemporaneidade que reconhecem as condições objetivas postas, mas articulam-na a uma subjetividade que coloca em marcha seu potencial revolucionário.

Sendo assim - correndo o risco de excessiva simplificação – entendemos que há uma abordagem genérica corrente de que o modo de produção capitalista teria entrado, em meados da década de 1970, em uma crise estrutural que, diferentemente dos ciclos conjunturais de crescimento, estagnação, crise e, de novo, crescimento, estagnação e crise, seria agora marcado por um caráter terminal. Assim, o capital estaria enfrentando dificuldades cada vez maiores para a sua valorização de forma a colocar sob ameaça a continuidade de sua reprodução (MÉSZÁROS, 2002; MARTINS, 2005). Ressalte-se que a essa perspectiva de análise, em alguns casos, somam-se aquelas que consideram a financeirização do capital como a alternativa encontrada pela burguesia no sentido de dar continuidade à expansão da riqueza capitalista, mas agora sob a forma fictícia de capital financeiro.

Outra vertente, não excludente a essa, e que indica como alternativas encontradas pelo capital à permanência do processo de valorização é aquela que considera a continuada mercantilização da natureza como mecanismo de

atualização da acumulação primitiva de capital. Conceituada como acumulação por expropriação ou simplesmente como permanência de uma lógica continuamente atualizada de acumulação, considera que parcelas da natureza atualmente inseridas no circuito do capital contribuiriam para a permanência do modo capitalista de produção, articulando valorização/acumulação de capital. Vinculados a essa dinâmica estariam os chamados discursos da escassez – água, ar puro (em oposição à excessiva emissão antrópica de gases de efeito estufa), dentre outros – e que justificariam a cobrança e o pagamento de serviços ambientais, o que sem dúvida aprofunda a mercantilização da natureza.

Como pano de fundo a muitas dessas interpretações estaria também o fim do trabalho (ANTUNES, 1995), articulado, em muitos casos, a uma suposta redução quantitativa e mesmo de importância do proletariado no processo produtivo. Diversos apologistas e críticos do capitalismo concordam em descartar a centralidade do trabalho na contemporaneidade, enterrando-a na vala comum junto a um também supostamente falecido fordismo. Juntamente com esse sepultamento vem anunciado, em muitos casos, o velório do potencial revolucionário do proletariado, restando-se as possibilidades de uma política restrita aos marcos legais do liberalismo político ou ao espaço das ações comunicativas. Estaria, assim, consolidado o fim da história. Ou no máximo um devir monotonamente sem sobressaltos.

Estamos, então, diante do desafio de conciliar o suposto fim das possibilidades representadas pelo modo de produção capitalista que não se dará automaticamente com o também apregoado fim do sujeito revolucionário capaz de destravar as peças da história em direção à superação da ordem do capital (LESSA e TONET, 2012). Haveria transformações possíveis diante de condições objetivas carentes de um sujeito revolucionário?

É verdade que, com relação ao sujeito revolucionário, as perspectivas críticas ao capital têm apresentado alternativas para além do proletariado *stricto sensu*. Uma classe trabalhadora entendida de maneira ampliada – cujos diferentes *blends* incorporam funcionários públicos, intelectuais, camponeses, *lumpen*,

dentre outros – seria a portadora da missão de ser o coveiro do capitalismo. Estaria, talvez, assim atualizada a possibilidade de articulação entre as condições objetivas de crise estrutural do capitalismo e a subjetividade de uma classe trabalhadora revolucionária, mas é preciso refletir mais detidamente essa articulação.

Acreditamos que é urgente recolocar o debate em sua fundamentação: estamos mesmo diante de uma crise terminal do capitalismo? Debate esse que certamente se faz acompanhar das indagações relativas à crise ambiental, civilizatória e também do trabalho. E nossa resposta, podemos adiantar, é que não há qualquer garantia que o capitalismo esteja diante de seus suspiros finais (MARTINS, 2005). E mais: acreditar que os sinais apresentados como indícios de crise do capital – aumento da exploração do trabalho através da ampliação do mais-valor relativa pelo do aumento da produtividade ou do mais-valor absoluto pela extensão da condição proletária a contingentes populacionais de todo o mundo e a mercantilização imperialista da natureza - anunciam seu fim é o mesmo que acreditar que o capitalismo seria essencialmente diferente daquilo que tem sido na atualidade. Ou seja, é crer que existiu ou haveria a possibilidade de um capitalismo que promova ou tenha promovido o desenvolvimento das potencialidades humanas e que, somente agora, e por ter atingido tais limites, teria esgotado suas promessas humanizadoras.

Ora, é preciso identificar a realidade objetiva de valorização do capital com o sujeito histórico que a promove. Ou seja, é a burguesia quem desenvolve os mais diversos mecanismos que repõem continuamente o processo de valorização do capital. Essa mesma burguesia teve sim um papel de revolucionar relações sociais de produção e remover os obstáculos às forças produtivas em um dado momento histórico que culminou na hegemonia do modo de produção capitalista. Mas esse papel revolucionário esgotou-se politicamente ao final das revoluções europeias de 1830-48, quando seu poder se consolida e a burguesia deixa de ser portadora da transformação para se tornar guardiã de uma dada realidade social que ela pretende ver preservada

(FALCON & MOURA, 1989). Mesmo reconhecendo a processualidade história de todos os acontecimentos relacionados a essas dinâmicas, o que nos impede de entender a data como um marco absoluto, mas sim como uma referência da efetivação da burguesia como classe dominante e, por isso mesmo, conservadora a partir de então.

A partir desse momento histórico, economicamente essa mesma burguesia fará um gerenciamento das forças produtivas no sentido de só permitir “avanços” que reforcem o “atraso” ou progressos econômicos que não atrapalhem a manutenção das relações sociais capitalistas e a valorização do capital. Dito de outra forma: a burguesia “desenvolverá” aquelas forças produtivas que garantam a continuidade do processo de valorização do capital e não aquelas que libertem a humanidade do fardo do trabalho. Dessa forma, a dialética da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção no capitalismo tem como polo ativo a manutenção das relações produtivas que reponham continuamente a dominação burguesa. Podemos chamar a isso de avanço das forças produtivas? Ou seria melhor identificar como gestão das forças de produção/reprodução de capital?

Sem perder de vista a dialética da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção, é preciso verificar que no interior dos diferentes modos de produção sucedem

Distintas forças produtivas e relações sociais também distintamente estruturadas, as quais, sem modificarem a essência de classe do modo de produção, rearticulam seus componentes em novas e mutantes formas de combinação [o que, por sua vez alterará] o resultado possível da luta de classes que se trava em seu seio. (SANTOS, 1991, p. 67).

É necessário fazer um parêntese para que tal afirmação não soe como por demais depreciativa do “progresso” das forças produtivas, o que nos levaria a perder a dinâmica contraditória do devir sócio-histórico e, portanto, sua dialética. Salientamos que muitos dos avanços das forças produtivas ocorridos sob a égide do capital tiveram reflexos positivos em variados aspectos da vida humana. O que questionamos aqui não é tanto o “conforto” proporcionado por descobertas e progressos técnicos, mas justamente seu sentido.

Vamos a um exemplo: é notável o aumento da produtividade obtida pela agropecuária a partir da difusão das técnicas relacionadas à chamada Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos. Porém, quando analisamos os impactos ambientais negativos da adoção de tais pacotes tecnológicos, bem como verificamos a persistência da fome na proporção de um faminto a cada oito habitantes do planeta, é que podemos encetar nossa crítica no sentido do avanço das forças produtivas. Ou seja, consequências ambientais e sociais convivem com avanços técnicos sob a égide do capital posto que a sociabilidade por ele estabelecida se dá pelo mercado. Mais importante é apontar que todo o sentido do “avanço” deve ser buscado não na satisfação de necessidades humanas, mas na produção de mercadorias, o que, no mínimo, relativiza qualquer dimensão de avanço. E isso se dá em outros campos em que os avanços ou estão limitados à valorização do capital ou, muitas das vezes, não chegam nem a se desenvolver enquanto pesquisa porquanto seus potenciais de realmente significar melhorias na condição de vidas humanas não signifiquem uma contrapartida na ampliação do valor.

Confirmações desses exemplos podem ser encontradas nas tentativas recentes de estabelecer barreiras para o livre trânsito de conhecimento por redes virtuais, além das políticas de inovação e patentes, dentre outros. Sem dúvida, uma série de mecanismos que buscam limitar a circulação de uma riqueza que não se desgasta por ser compartilhada: as mais diversas formas de conhecimento. O que as legislações buscam fazer é manter o conhecimento como um bem econômico por conta de sua escassez decorrente da própria legislação que restringe seu compartilhamento não mercantil. Diferentemente do que seria caso fosse compartilhável como intercâmbio de saberes. Porém, como mercadoria o conhecimento é fator de valorização do capital.

Ainda podemos enfatizar que o próprio consumo também é decorrente de uma ação do capital. Da necessidade de mobilidade espacial a hábitos de alimentares, o capital é aquele que em última instância instaura os padrões de consumo. Do turismo massificado à moda, passando pela obsolescência programada o ato de consumir tem sua fundamentação na complementaridade

do ato produtivo, ou seja, o consumo realiza aquele mais valor presente em cada mercadoria.

Entendendo as forças produtivas como o aparelho técnico disponível em dada realidade socioespacial, enfatizamos que ele não deve ser entendido como um elemento “neutro”, havendo toda uma intencionalidade na técnica em conformidade com as relações sociais com as quais se articula (LOUREIRO, 2007).

Desdobrando nossos entendimentos para a questão da centralidade do trabalho é necessário não perder de vista que o capital articula desigual e combinadamente os chamados fatores produtivos em conformidade com sua contínua valorização. Assim é que tecnologias poupadoras de mão de obra (pela lógica do capital) e amplificadoras da extração de mais-valor (pela lógica do trabalho) tais como aquelas decorrentes de uma assim chamada “revolução tecnocientífica e informacional” são conjugadas com a ampliação de um contingente de trabalhadores proletarizados em condições próximas aos limites da reprodução física, incremento de trabalho infantil, dentre outras, incluído modalidades análogas à escravidão.

Seriam esses sinais os sintomas da crise do capital? - voltamos a indagar.

Juntamente com esse processo, aquela já referida mercantilização da natureza realmente atualiza os mecanismos de acumulação de capital por vias não estritamente capitalistas, o que, por sua vez, se dá pela extração de mais-valor. Mas a questão que levantamos é: teria sido diferente em algum outro momento da história da dominação burguesa? Ou a burguesia desde antes da consolidação do capitalismo – durante a chamada acumulação primitiva de capital – e em toda a história da hegemonia do capital já não vem continuamente saqueando povos e natureza e inserindo-os em uma dinâmica mercantil?

Aqui também alertamos para o fato que não há novidade no processo de mercantilização da natureza atualmente em andamento. Tampouco que essa mercantilização seria sintoma de crise ou finitude do capital, posto que seja

elemento constituinte do modo de produção capitalista, que dialeticamente se transforma-conservando seus elementos fundantes. Prova disso podem ser encontradas no processo de colonização, no imperialismo e na globalização.

Retomamos a indagação: estaríamos diante dos limites terminais do capital por conta da mercantilização da natureza em andamento? Antes de respondermos, contudo, é necessário antecipar nossa defesa diante daqueles que afirmam que os sinais da crise se revelam justamente pela intensificação das dinâmicas acima descritas: fim da centralidade do trabalho ou superexploração do trabalho e ampliação da mercantilização da natureza. Ou seja, os sinais da crise seriam dados pela amplificação das lógicas destrutivas do capital.

Ora, argumentamos, e se ao invés de serem sinais de fraqueza – e consequentemente de crise terminal – forem indícios de oportunidades de expansão para modo de produção capitalista mesmo em face de crises cíclicas? Assim, diante dificuldades para se perpetuar enquanto força social dominante, a burguesia demonstraria dialeticamente sua capacidade de superar a crise em patamares mais elevados de acumulação e valorização de capital, ou seja, de amplificação das forças destrutivas do capital através justamente do aumento da exploração da força de trabalho e da mercantilização da natureza.

Assim, estamos diante da possibilidade de proferir a seguinte afirmação: acreditar que os atuais desafios são sinais da crise do capital é acreditar que teria havido um capitalismo diferente deste atual portador de uma dinâmica destrutiva. Enfim, o que insistimos em afirmar é que o capitalismo como portador de potencialidades desenvolvimentistas esgotou-se logo na sequência por ele operada da superação do modo de produção feudal. Ou, para evitar desentendimentos: os “desenvolvimentos” possibilitados pelo capital só têm significado naquilo que se pode dar sob o domínio do modo de produção capitalista: “desenvolvimento” das forças amplificadoras da extração de mais-valor articulado ao “desenvolvimento” das forças destrutivas da natureza mercantilizada, enfim, “desenvolvimentos” limitados às possibilidades de reprodução de uma sociabilidade capitalista. Dito em termos mais claros: pela

ampliação da exploração do trabalho e pelo domínio imperialista de parcelas e contingentes de força de trabalho cada vez mais amplos (COGGIOLA E MARTINS, 2006).

Por fim, as dinâmicas que hoje vigoram e permitem a valorização e a acumulação de capital não são incompatíveis com o desenvolvimento desse mesmo capital, podendo mesmo significar contraditoriamente a sua potencialidade histórica de superação das crises. E isso, ainda que possa colocar em risco a sobrevivência de boa parte da humanidade.

Sintetizamos essas reflexões argumentando que não estamos diante de uma crise terminal ou estrutural do capitalismo anunciada desde os anos 1970, mas sim diante da permanência de ciclos de expansão e contração econômicas que, apesar das dificuldades de retomada, têm significado expansão – e não contração – do capital (MARTINS, 2005). E isso justamente por conta do acirramento das dinâmicas que já lhe são inerentes de ampliação da extração de mais-valor da classe trabalhadora – seja pela elevação da produtividade ou da expansão do contingente de trabalhadores superexplorados por todo o mundo – e pela dominação imperialista de parcelas cada vez mais vastas do mundo – na forma de mercantilização da natureza ou da escassez produzida de elementos naturais. Processos esses que não são isentos de violência, dentre as quais as guerras ocupam papel importante por se configurarem também como elemento anticíclico.

2.4- CAPITALISMO E DESAFIO SOCIAMBIENTAL

Por isso é que insistimos em debater não a crise terminal do capitalismo, mas sim os desafios socioambientais que ela representa. Sem dicotomias entre sociedade e natureza e, acima de tudo, recolocando a urgência da luta de classes como motor da história. Sim, é urgentíssimo esse reconhecimento do papel da luta de classes para que o pessimismo da razão não obstaculize o otimismo da vontade e que as classes exploradas se assumam como portadoras de uma sociabilidade capaz de superar o caráter destruidor da

acumulação/valorização de capital, enquanto ainda temos sociedade e natureza.

Assumir tal postura se fundamenta em um pensamento do devir histórico não teleologicamente determinado, mas sim na capacidade do estabelecimento de relações sociais de produção que liberem as forças produtivas. Fundamentos que procuraremos entender melhor a seguir.

A visão evolucionista dos modos de produção que traçava um “desenvolvimento” que partia do comunismo primitivo e chegava ao socialismo após ter passado pelos modos de produção asiático, escravista e feudal teve como consequência a crença em que cada passo dado pela humanidade na constituição de cada um desses modos de produção seria uma necessidade histórica, ou seja, “tinha que acontecer”. O que essa abordagem deixava de considerar é justamente que a constituição de um modo de produção específico é resultado da luta de classes, onde uma determinada classe consegue dominar as demais. Assim, não seriam automatismos na evolução das forças produtivas que desencadeariam os processos revolucionários, mas a assunção por uma determinada classe social do papel que ela deveria desempenhar para instaurar relações sociais novas que permitissem o avanço daquelas forças produtivas. Caso tal classe não assumisse seu papel histórico ou não lograsse êxito em sua tarefa revolucionária, um novo modo de produção não brotaria por força da geração espontânea.

Assim é o papel da burguesia na constituição do capitalismo. E as revoluções burguesas assim são chamadas por conta do resultado a que chegaram, tendo em vista que a luta de classes que se desenvolve na crise do feudalismo revela um embate entre nobreza, campesinato, classes trabalhadoras urbanas e burguesia do qual essa sai vitoriosa. No caso emblemático da Revolução Francesa, verificamos que ela se inicia como uma reação nobiliárquica à cobrança de impostos para, em outro momento faz aflorar como revolta do campesinato, e em mais outro quando passa por um período identificado como Era das Antecipações, onde conquistas populares vicejam, para, enfim, consolidar o poder burguês. A compreensão desse processo de luta de classes

sem um resultado a priori imuniza-nos da defesa de um automatismo no desenvolvimento dos modos de produção em que as classes não teriam um efetivo papel de sujeitos históricos, com efetivamente o têm.

Nem por isso, é bom adiantar, haveria um mero voluntarismo histórico capaz de forjar novos arranjos sociais. Certamente que as classes fazem a história, mas sob condições dadas pela própria história. O que enfatizamos é que, mesmo com as condições dadas, não há qualquer garantia que determinada classe assumirá seu papel transformador e nem mesmo que, no caso dela assumi-lo, logrará realizar as transformações de que é portadora. Condições objetivas e o papel subjetivo das classes sociais em luta na concretude do processo histórico é determinarão a sociabilidade em cada momento histórico.

Instauradas novas relações sociais, estão abertos os caminhos para o avanço das forças produtivas condizentes com aquelas referidas relações – e não um avanço positivamente em aberto. Assim é que, com a chegada da burguesia ao poder, os entraves feudais aos avanços das forças produtivas são derrubados e a mercantilização passa a ser o elemento determinante da sociabilidade humana sob o domínio da burguesia. É o que se dá com a natureza – que agora se torna “recurso natural” – e com a força de trabalho – cujo preço é representado pelo salário – em uma escala cada vez mais crescente. A história do capitalismo poderia ser descrita como a ampliação dessa mercantilização da natureza e da sociabilidade conjugada ao aprofundamento da exploração da força de trabalho em patamares cada vez mais elevados a partir da superação das crises desencadeadas justamente pelo anterior sucesso de produção/reprodução do capital.

São esses processos que a burguesia recoloca continuamente através da luta de classes como forma de garantir a reprodutibilidade de modo de produção capitalista. E, como já afirmamos, tudo isso é feito a partir de um processo altamente destrutivo, onde as forças produtivas/destrutivas têm suas dinâmicas subordinadas à perpetuação do domínio burguês.

Diante desse quadro – ou dessas condições objetivas – é que a luta de classes deve ser recolocada pelas classes exploradas. São essas classes que representam a possibilidade de liberar o avanço das forças produtivas, a partir da instauração de relações sociais não mais voltadas à valorização do capital, no sentido de ampliação das potencialidades humanas. Enfatizamos: as condições objetivas estão dadas, o que revela a potencialidade histórica do período que vivemos. Não há, porém, qualquer garantia de que as classes exploradas assumirão seu papel transformador, tampouco que lograrão êxito em sua tarefa revolucionária.

Vencida a sociabilidade capitalista, o avanço das forças produtivas poderá se dar no sentido da emancipação humana. Não mais a distribuição e o consumo como realização do mais-valor gerado na produção, mas sim a satisfação das necessidades humanas. Ou seja, não mais o valor, e sim o valor de uso. Não mais o trabalho alienado porque produtor de mais-valor, mas sim o trabalho entendido como relação dialética entre sociedade e natureza. E aqui consideramos importante enfatizar: o metabolismo socioambiental compreendido como coevolução entre sociedade e natureza, enfim, como reino da liberdade.

O caráter destrutivo do capital é posto a nu quando enfatizamos a superação do desafio socioambiental a partir de uma matriz sustentável do metabolismo entre sociedade e natureza por haver uma incompatibilidade estrutural entre valorização do capital e coevolução. Isso porque é estruturalmente impossível impor limites absolutos o processo de valorização do capital em uma dinâmica capitalista. Ou seja, os “limites” seriam sempre pontuais, pois, caso fossem estruturais, colocariam por terra abaixo o próprio capitalismo.

Mais do que isso é preciso não esquecer que os limites ao capital são postos por sua própria dinâmica de valorização – incremento do capital fixo como forma de ampliação da extração de mais-valor conjugada a uma redução do trabalho vivo que é, justamente, o elemento determinante do processo de valorização e todas as formas destrutivas de regulação dessa dinâmica – e não as limitações postas pela economia vulgar burguesa – necessidades ilimitadas

diante de recursos finitos. Enfim, ilimitadas são as necessidades do capital diante da natureza e da sociedade cujas sustentabilidades são estruturalmente violentadas no processo de valorização.

Sendo assim, tal carência estrutural de limites à valorização defronta-se com as possibilidades da sustentabilidade socioambiental. Não é demais salientar que não limitamos nossa análise a uma abordagem meramente “ambientalista”, mas naquela que considera o capitalismo estruturalmente destrutivo, onde, no extremo, a guerra é um dos recursos utilizáveis para a retomada dos ciclos expansivos. Daí a impossibilidade de uma matriz socioambiental fundada na coevolução sociedade-natureza como o modo de produção capitalista. O desafio socioambiental em sua urgência significa fazer da luta de classes o motor da superação da destruição causada pelo capital.

2.5- METABOLISMO SOCIEDADE-NATUREZA NO CAPITALISMO

Para concluir essa seção resta-nos ainda encaminhar breves apontamentos sobre a questão do metabolismo sociedade e natureza para melhor fundamentar a insustentabilidade do modo de produção capitalista.

Em todo nosso trabalho a palavra “contradição” - no sentido que tem dentro da lógica dialética quando uma coisa é idêntica a si mesma e, simultaneamente, é diferente de si mesma -, tem sido recorrente como identificação do “motor” do devir histórico social. Já apontamos algumas dessas contradições, mas é Porto-Gonçalves quem vai enfatizar a relação contraditória entre economia mercantil capitalista e meio ambiente. Primeiramente Porto-Gonçalves (2004) irá distinguir, conforme o faz Aristóteles, a *economia* como cuidado com a casa (*oikos*, em grego com o significado de casa) e *crematística*, entendida como busca da riqueza a partir do estudo da relação entre os preços das mercadorias. Ora, é justamente esse segundo significado que tem prevalecido como definição de economia. Fundamentando-se, por sua vez, em Triffin, Porto-Gonçalves vai discutir o conceito de riqueza que é medido pelo valor de troca em uma abordagem econômica crematística. Sendo o valor de troca medido pela escassez, instaura-se uma situação em que a riqueza deixa de ser

parametrizada pela abundância e passa a se identificar com a privação. Ou seja, tal como a propriedade privada “priva” seu acesso a quem não é proprietário, também a ideia de riqueza, sob esse ponto de vista, só passa a considerar como bens econômicos aqui que não é acessível universalmente.

Assim é que o ar e água só passam a ser considerados riqueza em um sentido capitalista quando se tornam escassos, ou seja, passíveis de serem economicamente valorados, ou, melhor dizendo, precificados ou ainda mercantilizados. A contradição entre capitalismo e sustentabilidade se estabelece e se aprofunda justamente porque o meio ambiente deixa de ser um bem comum e constitui-se como uma mercadoria cujo valor – o que interessa ao capital – será tanto maior quanto mais escassos tais bens forem. Uma dinâmica dessas certamente contradita a questão da sustentabilidade, pois o atendimento das necessidades proporcionado pelos bens comuns inviabiliza, ao não se pautar pela privação, a valorização permanente do capital. Fica demonstrada a incompatibilidade entre capitalismo e sustentabilidade na questão ambiental. Como afirma Porto-Gonçalves:

Temos, assim, um primeiro paradoxo entre economia e meio ambiente, que deve ser levado em consideração por todos aqueles que, tomando seus desejos como se fossem realidade, acreditam poder compatibilizar economia mercantil e meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 57).

Junte-se a essa contradição aquela que pretende, elevando enormemente a dicotomia entre sociedade e natureza, a matematizá-la não somente conforme o fez o pensamento científico moderno, mas justamente promovendo a identificação entre natureza e cálculo econômico Porto-Gonçalves (2004). Ora, o cálculo econômico trabalha com elementos simbólicos cuja mais completa elaboração se dá na moeda, ou mais especificamente no capital dinheiro. Justamente esse capital dinheiro deve se valorizar continuamente se quiser manter-se enquanto capital, ou seja, dinheiro que se transforma em mais dinheiro pelas formas já anteriormente apontadas. Porém, como conciliar uma dinâmica que não pode ter um ponto final porque senão seria contraditória a si própria – o capital deixaria de ser capital - com um mundo material que é finito? Essa abordagem da questão ambiental, diferentemente daquela partilhada pelo senso comum, divulgada por grandes meios de comunicação e presente atem

comunicados de órgãos multilaterais, não considera a questão dos limites como algo absoluto, mas sim relaciona tal questão com determinada modalidade de apropriação da natureza através do trabalho que se dá sob o modo de produção capitalista. Como argumenta Foladori:

O que interessa á espécie humana não são os limites físicos absolutos, nem certos recursos não renováveis em termos absolutos e outros não, mas como determinados recursos se convertem em renováveis ou não renováveis, em função de uma determinada estrutura de classes sociais e do nível de desenvolvimento técnico da sociedade em seu conjunto (FOLADORI, 2001, p. 127).

Começamos essa seção discutindo a categoria trabalho como fundamento ontológico da humanidade e caracterizando-a como relação metabólica entre sociedade e natureza. Concluiremos agora retomando a discussão sobre a insustentabilidade do capital a partir dessa ideia de metabolismo, ou melhor, da insustentabilidade do modo de produção capitalista por conta da ruptura que ele promove na relação metabólica entre seres humanos e natureza. Para isso nos remeteremos a uma leitura de Marx realizada por Foster (2011) onde se debate a ecologia de Marx.

A ideia central desenvolvida por esse autor e fundamentada em Marx é justamente que a produção capitalista, ao realizar a deslocalização espacial da produção e também da população do campo para a cidade acaba por impedir a reprodução do ciclo de regeneração do solo que a produção camponesa garantia quando esta era a base da reprodução social. A progressiva transformação da agricultura em uma atividade capitalista leva a uma crescente artificialização da agricultura, cujos ritmos passam a ser ditados não mais pelo ciclo metabólico entre sociedade e natureza, mas sim pela valorização de capital. Sem considerar a discussão sobre a possibilidade do fim do campesinato que transparece no trecho a seguir, verifica-se a posição de Marx quanto a esse processo de expansão da produção capitalista no campo:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a

aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar original de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ele cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas (MARX, 1996, p.132).

Certamente um processo contraditório que será permanentemente desenvolvido “através do crescimento simultâneo da indústria de larga escala e da agricultura de larga escala sob o capitalismo, com aquela oferecendo a esta os meios para a exploração intensiva do solo” (FOSTER, 2011, p. 220). Ou seja, com a produção capitalista a artificialização da agricultura se dá por sua crescente industrialização. Um processo que nos tempos em que Marx descrevia era ainda limitado diante dos extremos da artificialização da produção agrícola que se desenvolve no século XX com a Revolução Verde, os transgênicos e o agronegócio em que a indústria se articula à montante e à jusante com a agricultura. Os ciclos naturais da produção agropecuária são incompatíveis com as necessidades de valorização do capital, cujo ciclo deve ser progressivamente acelerado. Daí que os processos técnicos artificiais se sobreponham continuamente ao equilíbrio dinâmico natural como forma de “encurtar” o ciclo de reprodução ampliada do capital.

Sem pretender adiantar uma discussão sobre esse processo de artificialização da natureza e os camponeses, há que se considerar que em muitas das condições em que o campesinato é reproduzido de forma associada ao capital isso se dá sob os ditames de uma lógica de submissão técnica em que o saber tradicional é obrigatoriamente substituído pela ciência aplicada à agropecuária. Dessa forma, práticas camponesas desenvolvidas ao longo de gerações em um sentido de coevolução com o ambiente natural são substituídas por técnicas que respondem às necessidades e ritmos de valorização do capital. Exemplo claro desse processo pode ser verificado na avicultura em granjas associadas a um grande abatedouro capitalista: o tradicional galinheiro não pode conviver com a estufa. Rompem-se desde os ciclos metabólicos importantes relacionados à adubação pelo esterco até aqueles da produção de valores de uso – uma renda não capitalista – relacionados à própria criação de aves (ovos, abate etc.).

A ruptura do equilíbrio dinâmico a partir da ideia de metabolismo deve ser capaz de entendê-lo em seu sentido mais pleno dado por Marx (1996, p. 172) através da categoria trabalho “como criador de valores de uso, como trabalho útil, (...) uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. O que é confirmado por Foster (2011, p. 222) ao afirmar que Marx empregava o conceito de metabolismo “tanto para se referir à real interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho, (...) quanto num sentido mais amplo, (...) para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma mais alienada no capitalismo”, ou seja, em condições historicamente dadas.

A ruptura desse metabolismo é identificada, então, como “falha metabólica”, ou seja, como “alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que fornecem a base de sua existência”. Configurava-se uma situação em que “as condições de sustentabilidade impostas pela natureza haviam sido violadas” (FOSTER, 2011, p. 229). O que se podia verificar tanto em relação ao solo em que os nutrientes que são removidos deixam de ser repostos (daí a “necessidade” de artificialização através de fertilizantes) e fundamentalmente na relação antagônica que se estabelece entre cidade e campo. Com o ciclo produtivo industrializado, os dejetos da indústria e do consumo não são devolvidos ao solo como parte de um ciclo completo. Assim é que a crescente urbanização decorrente da Revolução Industrial e da produção capitalista a ela associada levam a uma falha progressiva no metabolismo entre sociedade e natureza.

Sintetizando essas colocações é que verificamos com Marx:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o,

simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (MARX, 1996, p. 133).

A situação de exploração e alienação se verifica assim no campo e na cidade.

Pois,

Tanto na agricultura quanto na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece, ao mesmo tempo, como martirólógio dos produtores, o meio de trabalho como um meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e autonomia individuais (MARX, 1996, p. 133).

Em um processo em que a exploração dos trabalhadores do campo e da cidade se junta à devastação do solo:

Assim como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empestamento da própria força de trabalho. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (MARX, 1996, p. 133).

Se esse já era um processo que se intensificava nos tempos de Marx, no momento atual ele se amplifica e se torna ainda mais complexo tendo em vista a crescente urbanização do mundo e o progressivo estreitamento das possibilidades de expansão do capital por conta de suas contradições já estudadas. Em especial, a partir do ano de 2008 e da crise mundial que nele ocorre tendo por centro irradiador os Estados Unidos verifica-se uma enorme desvalorização de ativos e, conseqüentemente, num quadro recessivo em que os limites de valorização de capital se tornam mais estreitos. Daí que a agricultura – através da produção de commodities agropecuárias e minerais - e a propriedade fundiária passam a se constituir como alternativas ao capital em seu imperativo de valorização e expansão (ALENTEJANO, 2012). Ou seja, a falha metabólica se aprofunda de forma a colocar permanentemente em risco as condições de sustentabilidade planetária.

3- A QUESTÃO AGRÁRIA

Mostra-se necessário verificar agora como o capitalismo se desenvolveu e se desenvolve no Brasil, em especial, nas suas dinâmicas agrárias. O objetivo dessa seção é reconhecer, no primeiro momento, que a questão agrária pode ser abordada sob diferentes paradigmas. Porém, coerentemente com as posturas assumidas quando tratamos dos apontamentos metodológicos, verifica-se a necessidade de não reduzir a escolha de um ou outro paradigma a apenas uma atitude subjetiva do sujeito do conhecimento. Para além dessa abordagem verificamos na discussão metodológica que a teoria deve ser capaz de reproduzir abstratamente e por mediações a dinâmica contraditória da totalidade, identificando, assim, tanto a necessidade quanto a possibilidade de um conhecimento objetivo. Tendo essa fundamentação por guia de nosso trabalho é que discutiremos os paradigmas da questão agrária nessa seção e optaremos por um deles não a partir de uma preferência subjetiva, mas justamente adotando aquele que, a partir dos exercícios de mediação que realizamos, é capaz de dar a conhecer – ainda que não de modo absoluto – a processualidade social em suas contradições. Sem desconsiderar dialeticamente o papel do sujeito do conhecimento, reconhecemos a prevalência do objeto na determinação ontológica do paradigma que será utilizado.

Aprofundando essa abordagem dos paradigmas, estaremos no segundo momento verificando como a questão agrária foi trabalhada por diferentes pensadores da realidade brasileira. Se o primeiro momento partia de uma breve discussão dos clássicos, nesse outro enfatizaremos a realidade nacional, ainda que sem deixar de reconhecer a dinâmica global do modo de produção capitalista no qual ela se insere. Os autores brasileiros, por sua vez, não devem ser entendidos apenas como uma reprodução nacional do debate da questão agrária que se trava ou travou no mundo, mas sim como portadores de uma abordagem original que possibilita o entendimento da dinâmica agrária no Brasil e, ao refletir uma temática global, contribui para o aprofundamento desse conhecimento em escala mais ampla.

Ao final estaremos desenvolvendo, a partir da análise da questão agrária, uma discussão sobre a insustentabilidade do capitalismo também no campo, em especial considerando sua dimensão econômica, social e ambiental de forma análoga àquela que foi empreendida quando estudamos a dinâmica do capital em geral. Além disso, em toda essa seção estaremos atentos à materialidade dos conflitos sociais sem negligenciar a dimensão discursiva a eles articulada.

Mais uma vez salientamos que a postura de partir do objeto para somente depois apontar o paradigma que é capaz de reproduzi-lo em sua dinâmica contraditória acaba por contribuir para a construção de um conhecimento teórico que se vincula ao dinamismo social que resulta de suas contradições. Insere-se, portanto, em uma perspectiva favorável ao movimento, ou seja, ao devir histórico, e reconhece que não há uma teleologia capaz de apontar os rumos desse movimento. O resultado das contradições sociais relativos à questão agrária será construído a partir das relações desiguais estabelecidas por seus atores no processo de luta. Queremos tão somente identificar essa luta e relacioná-la com o fundamento ontológico da condição humana: o trabalho. Ao estabelecer essa relação é que verificamos que o paradigma da questão agrária - que será a seguir aprofundado - possibilita uma visão da totalidade social e suas contradições tendo por horizonte o metabolismo sociedade-natureza a partir da ideia de coevolução.

3.1- A QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS PARADIGMAS

Para um entendimento da questão camponesa que desenvolvemos no decorrer desse trabalho, é importante partir de uma definição da Geografia Agrária e, mais exatamente, da questão agrária, entendida como estudo e compreensão dos problemas relativos ao desenvolvimento do capitalismo no campo (GIRARDI, 2008). Dessa maneira, nosso estudo não se limita ao entendimento do campesinato de uma forma descontextualizada, mas fundamentalmente articulado a uma dinâmica social totalizadora hegemônica pelo capitalismo. Conforme Girardi (2008), os temas relacionados à luta pela terra e à lógica do sistema capitalista, notadamente no campo, articulam-se ao surgimento da Geografia Crítica, na qual o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira teria

papel de destaque a partir da década de 1970 quando da defesa de seu doutoramento e, posteriormente, com a ampliação de suas reflexões nessa temática. Nesse sentido é que a questão agrária será desenvolvida no Brasil a partir dessa perspectiva crítica centrando seu foco na conflituosidade decorrente das contradições da expansão capitalista no campo, que ora territorializa-se e ora monopoliza o território, como veremos mais adiante.

A análise do campo, porém, não possui apenas uma leitura, sendo possível identificar de uma maneira bastante ampla a persistência de dois paradigmas no seu tratamento: o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA), cujas análises sobre o campesinato – que nos interessa analisar –, ainda que concordem sobre o fato de o trabalho assalariado não haver se tornado majoritário no campo, compreendem de maneira divergente o camponês e sua relação com o desenvolvimento capitalista.

Para o PQA, a matriz de pensamento que fundará sua reflexão é o marxismo e a discussão sobre a questão da renda da terra. Além disso, a contraditoriedade do desenvolvimento capitalista no campo é debatida a partir das processualidades de diferenciação e recriação do campesinato. Seu enfoque acaba por enfatizar a luta contra a expansão do capital no campo e as potencialidades de sobrevivência do campesinato, o que incluiria a superação do próprio capitalismo (GIRARDI, 2008). Entre seus representantes podemos identificar os clássicos Kautsky, Lênin e Chayanov, além dos mais contemporâneos, como o próprio professor Arioaldo de Oliveira juntamente com outros que estaremos discutindo no desenvolvimento de nossa apresentação.

Por sua vez, o PCA, que teria como representante o trabalho de Abramovay, conforme ressalta Girardi, rompe com a interpretação marxista e afirma a metamorfose do camponês em agricultor familiar, de forma que o problema da agricultura de base familiar seria resolvido a partir do desenvolvimento do capitalismo até um grau ótimo, tal como nos países desenvolvidos (GIRARDI, 2008, p. 92). Ao contrário do PQA que se contrapõe à expansão do capitalismo

no campo, o PCA defende justamente a ampliação da lógica do capital, incluído a metamorfose do campesinato naquilo que ganhou força no decorrer dos anos 1990 no Brasil e representada na expressão agricultor familiar. Essa, porém, não será a abordagem desenvolvida em nosso trabalho, ainda que ela permaneça como contraponto no decorrer de nossa reflexão, em especial nos momentos em que verificaremos mais adiante onde verificaremos os limites e as potencialidades de um campesinato agroecológico na relação com o capitalismo.

Importa-nos, no entanto, destacar que mesmo entre os defensores clássicos daquilo que aqui definimos como paradigma da questão agrária, não há uma interpretação uniforme da condição camponesa. Para Kautsky, por exemplo, a propriedade camponesa e a propriedade capitalista no campo estariam fadadas a serem superadas pelos grandes estabelecimentos agropecuários socialistas, porém, antes que esse momento fosse atingido, seria possível verificar o caráter contraditório do capitalismo no campo. A contradição residiria justamente na dinâmica em que o capital por vezes elimina a propriedade camponesa e as formas não-capitalistas de produção, enquanto em determinados momentos recria tais relações a partir de sua hegemonia.

Esse campesinato recriado, porém, não pode ser definido a partir de relações essencialmente capitalistas, pois, não tem sua mais-valia extraída pelo capital ao mesmo tempo em que não explora a mais-valia do proletário. É, sem dúvida, “um camponês subordinado e em constante processo de desintegração e recriação” (GIRARDI, 2008, p. 95). Mas que, coerentemente com a perspectiva da dialética inicialmente discutida, tanto é recriado pelo capital, quanto resiste ao capital construindo certa autonomia relativa que “nega quem lhe nega, ou seja, nega a reprodução ampliada do capital que na sua dinâmica reprodutiva nega [e por vezes recria] o campesinato” (CARVALHO, 2010-1, p. 7).

Enquanto Kautsky reconhece essa dinâmica contraditória do capital no campo, Lênin, por sua vez realça o processo de diferenciação do campesinato, dividindo-os em três grupos: os camponeses ricos com possibilidade de realizar

uma expansão que os tornaria capitalistas; um grupo de camponeses pobres que, por não ter um retorno suficiente de suas atividades, é levado a buscar outras formas de trabalho até, no limite, proletarizar-se; e um terceiro grupo de camponeses médios cujos destinos oscilariam entre os dois polos já apresentados (GIRARDI, 2008).

Por fim, Chayanov será aquele autor que afirmará que “embora o modo de produção capitalista seja predominante, ele não é o único, sendo o campesinato um importante modo de produção não-capitalista”, e, além disso entende que unidade de produção camponesa não é a “empresa capitalista, mas sim uma unidade onde se produz e consome familiarmente; é um sistema de produção não capitalista, portanto a produção não pode ser quantificada tal como na produção capitalista (GIRARDI, 2008, p. 97). Dessa forma, o que a unidade camponesa visa não é o lucro enquanto o resultado de um processo em que o dinheiro é convertido em capital para depois retornar como mais dinheiro após a extração de mais-valia, mas sim a reprodução da unidade familiar.

A unidade camponesa atua num circuito M-D-M, onde o valor de uso é central. Mesmo que tal dinâmica se dê através de um mercado, o objetivo último não é a produção de valor, pois, “quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria” (MARX, 1996, P. 170); ao passo que a empresa capitalista realiza o percurso D-M-D', onde D' representa um valor a mais que aquele ingressante, e esse é seu objetivo fundamental: a produção de mercadorias. E “elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor” (MARX, 1996, p. 176).

Essa distinção entre campesinato e capitalismo pode ser relacionada, no caso do capital, a sua continuada necessidade de expansão. Dito de outra forma, não haveria – ou, para os capitalistas, não deveria haver – limites para a expansão do capital, o que se daria em uma processualidade linear ad infinito, onde a maior valorização do capital através da extração da mais-valia do proletariado demandaria, no ciclo seguinte, uma expansão ainda maior dessa base de valorização (HARVEY, 2011). Para os camponeses, porém, é possível a manutenção de certa flexibilidade na dinâmica de trabalho, pois, já que o objetivo é reprodução familiar através da realização de valores de uso, pode-se

atingir um ponto ótimo que concilie esforço dos membros da família com a satisfação de suas necessidades. Como afirma Carvalho, reproduzindo um entendimento chayanoviano:

a ênfase na centralidade das necessidades reprodutivas da família, no processo decisório da 'empresa camponesa', que, assim, constitui uma unidade indissociável entre esfera de produção e esfera de consumo. (...) unidade produtiva camponesa tende a ser regulada em seu tamanho e em sua capacidade de mudar pela capacidade de trabalho que possui enquanto família (CARVALHO, 2012, p. 32).

Não se pode esquecer que essa possibilidade de relativa autonomia camponesa (CARVALHO, 2010) é continuamente ameaçada nos processos de expansão do capital quando este se territorializa no campo, bem como nos casos em que o capital recria um campesinato subalternizado e dependente através da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2009). A conflituosidade, porém, permanece na elaboração continuada do quadro da estrutura fundiária e nas diferentes maneiras que o capital busca extrair o resultado do trabalho camponês, em especial a renda da terra, mas sem deixar de incluir a desvalorização de um saber camponês através da imposição ou convencimento de uma extensão rural comprometida com a inserção subordinada do campesinato na dinâmica do capital. São exemplos dessas práticas e conflitos as situações de contraposição entre sementes crioulas ou transgênicas; produção voltada á autossuficiência ou uso de insumos de uma agricultura artificial (fertilizantes e agrotóxicos); circuitos locais de produção e consumo e internacionalização da produção; além de muitas outras situações que confirmam as divergências entre capital e campesinato. Assim,

haverá sempre na dinâmica da afirmação camponesa uma tensão entre a resistência social camponesa e as tendências destrutivas do campesinato pelo capital; entre o confronto político e ideológico que o padrão tecnológico baseado nos princípios gerais da agroecologia promove quando nega a artificialização da agricultura em que baseia o padrão tecnológico capitalista criado e desenvolvido pelas empresas oligopolista que dominam mundialmente o quefazer na agricultura capitalista (CARVALHO, 2012, pp. 40-1).

Se esses são os breves indicativos das diferentes abordagens clássicas do campesinato a partir do paradigma da questão agrária, resta-nos ainda identificar o paradigma do capitalismo agrário, representado, na obra de Girardi, pelo pensamento de Abramovay. Para esse autor, o campesinato

desapareceria na medida em que as leis do mercado passassem a prevalecer, já que a lógica camponesa seria incompatível com ambientes mercantis, tendo em vista a sua racionalidade econômica essencialmente incompleta. Para Abramovay, o camponês não se configura como um tipo econômico, mas como um modo de vida, e como tal estaria fadado ao desaparecimento (GIRARDI, 2008, p. 100). E contrariando o PQA representado por Chayanov e de outros que defendem o entendimento do campesinato a partir da unidade familiar, Abramovay busca fundamentar seu entendimento do PCA nos países capitalistas centrais, onde ocorre

a passagem da agricultura familiar para a agricultura individual (ou de responsabilidade pessoal). (...) Não se trata de estratégias que tenham a manutenção da família rural como eixo, mesmo porque existe cada vez menos algo que se aproxime de uma família rural. Hoje, são muitas as unidades produtivas em que o chefe da família é agricultor e os outros membros exercem profissões urbanas. Tanto é assim que a maior parte da população rural na França hoje não é agrícola. Além disso, não é evidente que os jovens das famílias de agricultores queiram seguir a profissão dos pais: 63% dos agricultores holandeses em 1976 não têm sucessores (ABRAMOVAY, 2013, p. 121).

No PCA ocorre uma contraposição entre agricultor familiar e camponês. Enquanto aquele é entendido como portador de um dinamismo técnico e integração aos mercados, o campesinato seria pobre, dependente e atrasado. A metamorfose de camponeses em agricultores familiares aconteceria em um ambiente capitalista desenvolvido marcado pela forte intervenção do Estado, seja através de subsídios ou outros incentivos. E aqui já podemos apontar uma limitação do pensamento de Abramovay, pois, ao enfatizar a importância fundamental do papel do Estado, estaria ocorrendo não uma integração como tipo econômico ao mercado, mas sim a fabricação dessa integração por vias estatais. Conjugado a esse elemento, Abramovay acaba por ignorar a capacidade de adaptação do campesinato, mesmo em ambientes em que o Estado lhe seja hostil por defender os interesses de uma burguesia agrária nacional ou internacional. Por fim, a tese defendida por Abramovay seria aquela de negação da diferenciação do campesinato tal como desenvolvida por Lênin, que passa agora a ser entendida como metamorfose do camponês em agricultor familiar (GIRARDI, 2008, p. 101). Assim, enfatizando a diversidade, é preciso

admitir a metamorfose do camponês em agricultor familiar é ignorar a diversidade de formas possíveis de serem assumidas pelo campesinato e as estratégias por ele desenvolvidas na interação com o modo de produção capitalista. (...) Capitalismo e campesinato são diferentes. O capitalismo exige padrões; o campesinato é diverso por natureza. Cada espaço possibilita diferentes oportunidades e apresenta diferentes dificuldades à reprodução do campesinato. Aderir à metamorfose do camponês em agricultor familiar é acreditar na impossível homogeneização dos espaços (GIRARDI, 2008, p. 104).

Além disso, a defesa da expansão do capitalismo na agricultura feita tanto pelos adeptos do PCA – enquanto agricultura familiar –, quanto por aqueles que acreditam que ocorreria a formação de um proletariado no campo por conta do assalariamento dos outrora camponeses, aparenta desconhecer as consequências dessa expansão, ou seja,

a formação de uma massa de excluídos e marginalizados pelo capital, [pois,] na atualidade o capital não mais desapropria com a finalidade de conseguir mão de obra; ele desapropria a fim de concentrar e aumentar a produção, por isso não mais oferece a possibilidade ampla do assalariamento. [Além de esquecer que] o Estado não prioriza a proteção à agricultura camponesa e compactua com a agricultura capitalista que, estruturada segundo as regras do capitalismo, não encontra barreiras para se desenvolver (GIRARDI, 2008, pp. 103-4).

Tendo em vista esses elementos, seria oportuno avançarmos um pouco mais no entendimento do campesinato. É preciso não perder de vista que tratamos de uma dinâmica marcada pelas contradições do processo social e que, por isso, a própria definição de campesinato deverá ser feita a partir de suas múltiplas determinações (NETTO, 2011). Para isso, vamos identificar os padrões e tendências da organização camponesa indicados por Shanin:

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional. (...) Segue-se uma variedade de características economicamente relevantes. Por exemplo, o planejamento da produção e o cálculo do desempenho diferem substancialmente dos de uma empresa capitalista. (...)

Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo. O mesmo é válido para os padrões e problemas das interações políticas dos camponeses, tanto com os proprietários de terras, como os de fora – representantes das burocracias nacionais.

Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. (...) O mesmo se pode dizer das

tendências ideológicas camponesas e dos padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas.

Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo. Particularmente, o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil e o anel local mais baixo da autoridade estatal, são, de longe, facilmente reconhecíveis para os camponeses, estudiosos e líderes políticos.

Em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa.

Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. (...) Ao mesmo tempo, a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem. [Incluindo] a recorrente surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não desaparecimento”) e, mesmo, a “recamponesação” de algumas áreas (SHANIN, 2005, p. 3-4).

Enfim, elementos que traduzem padrões, mas que não rejeitam diferenciações trazidas pela riqueza dinâmica da realidade. Assim é que se articulam de diferentes formas os elementos econômicos, políticos e ideológicos que tanto trarão unidade ao que entendemos por campesinato quanto permitirão que as especificidades concretas não sejam negligenciadas. Envolvendo os elementos econômicos relacionados ao caráter familiar da produção, bem como as posturas políticas de resistência, identificamos que os

Camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho predominantemente familiar; que têm a terra como local de produção e reprodução social; que lutam permanência na terra e contra a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Possuindo diversos graus de tecnificação, integração ao mercado, conhecimento e qualidade de vida, os camponeses podem ser pobres, médios ou ricos (GIRARDI, 2008, p. 108).

Incluindo além da dinâmica familiar e da resistência uma preocupação com a relação entre sociedade e natureza que pretendemos desenvolver mais adiante, bem como atentos à diversidade, Sevilla-Guzmán e Molina afirmam que

campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social; uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos “graus de camponesidade (SEVILLA-GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 37).

Tendo o paradigma da questão agrária como fundamentação de nosso estudo é procuraremos aprofundar nosso estudo da relação entre capitalismo e campesinato no Brasil. Para isso, vamos verificar como alguns autores brasileiros discutiram essa realidade.

3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Estudar a questão agrária a partir do PQA no Brasil implica em analisar o desenvolvimento do capitalismo no país, bem como verificar sua expansão no campo e suas relações com o campesinato local. Tal postura se deve ao fato de o PQA se apresentar como um contraponto crítico ao capitalismo na perspectiva de sua superação por um modo de produção superior. Nosso debate começa, portanto, de um debate sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre num quadro de formação do capitalismo no Brasil em articulação com a dinâmica global do capital.

Gorender (2013, pp. 23-4) contribui para a reflexão na medida em retoma o processo de acumulação primitiva (ou original) do capital, “o que constitui um processo pré-capitalista ou não capitalista de acumulação de meios de produção e de meios monetários, que se verifica fora do funcionamento especificamente próprio do modo de produção capitalista”. O autor articula-a a dois outros processos que serão condição para o desenvolvimento de relações capitalistas que consistem em “um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas o que significa precipuamente a dissolução da economia natural e o incremento da divisão social do trabalho sob as condições da propriedade privada dos meios de produção”.

Porém, ressalta Gorender (2013), a origem do capitalismo estudada por Marx na Europa Ocidental não é um processo passível de ser universalizado, dando margem a interpretações diferenciadas: uma que identifica a formação do capitalismo no Brasil a partir de um feudalismo aqui existente (o que não diferiria fundamentalmente do processo europeu); outra que defende que o capitalismo já teria nascido juntamente com o início da colonização portuguesa, sendo somente posteriormente “purificado”; mais uma outra interpretação que

considera que teria havido no Brasil um modo de produção colonial articulado ao Antigo Sistema Colonial que o processo de independência política teria transferido para cá as funções antes exercidas pela administração portuguesa, gerando, pela força exógena do processo, um capitalismo dependente que Gorender considera um conceito historicista; por fim, o autor apresenta a abordagem que defende a existência de um “modo de produção escravista-colonial”, com a qual ele se identifica e que desenvolvemos a seguir.

Gorender começa diferenciando trabalhadores livres de trabalhadores assalariados de tipo capitalista. Ou seja, a existência do trabalhador livre não permite, por si só e como já apontado como condições para o modo de produção capitalista, a sua efetivação. Assim é se podem verificar, mesmo diante da prevalência da produção latifundiária-escravista que Gorender identifica como “plantagem”, outras formas diferenciadas de trabalho livre.

Façamos aqui uma breve interrupção da argumentação de Gorender para atentar à dinâmica contraditória dos modos de produção – não somente o capitalista – que, mesmo possuindo uma dada configuração que pode ser captada pelo conceito, também se articula de maneira mais rica na concretude da vida, daí a importância da dialética ao articular lógica e história. Assim e que se pode verificar em um autor como *Ciro Flamarion Cardoso* (2009) a discussão sobre a chamada “brecha camponesa”, quando, mesmo diante do predomínio de relações de trabalho escravistas, observando-se determinadas condições “em todas as colônias ou regiões escravistas – embora em proporções variáveis –, muitos dos escravos dispunham de lotes em usufruto e do tempo para cultivá-los” (CARDOSO, 2009, p. 110). Essa constatação permite-nos verificar o caráter combinado e contraditório do desenvolvimento de um dado modo de produção, que é capaz de atualizar de maneira subordinada modalidades e condições produtivas diferentes daquela que o fundamenta.

Reforçando esse caráter contraditório da relação entre o modo de produção escravista e a brecha camponesa, verifica-se que

nem sempre as vantagens econômicas e de outros tipos do sistema “escravo-camponês” saíram vitoriosas do combate com a forma extrema da lógica da plantation e da monocultura: já vimos que em certos casos o açúcar se estendeu a ponto de limitar muito o terreno disponível para os lotes de subsistência; por outro lado, embora isto tenha sido exagerado, não há dúvida de que em certas épocas do ano (safra da cana e fabricação do açúcar, por exemplo), sobretudo em fases conjunturais de expansão, o avanço dos senhores sobre o tempo necessário dos escravos está bem documentado (CARDOSO, 2009, p. 113).

Retomando a argumentação de Gorender, da mesma forma que não se pode confundir a ocorrência trabalho livre com relações capitalistas de trabalho, é preciso verificar que também não ocorre no Brasil – exceto em condições muito pontuais – um regime de copropriedade da terra, o que caracteriza a propriedade de tipo feudal. Diferentemente da propriedade compartilhada feudal, o que há no Brasil desde o início da colonização é justamente o caráter alodial da propriedade da terra. Afirma Gorender: “a propriedade da terra também, desde o início da colonização brasileira, era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos” (GORENDER, 2013, p. 29).

Assim, no período colonial predomina o que Gorender identifica como plantagem “que era um estabelecimento mercantil especializado, juntamente com o latifúndio pecuário de caráter pré-capitalista”, cujas relações de trabalho se davam enquanto escravismo colonial voltado à produção mercantil exportador, ou seja, “o setor fundamental, que dava vida ao escravismo colonial, era o setor mercantil” (GORENDER, 2013, pp. 27-8). E, da mesma forma que o campesinato é entendido por Gorender como uma economia natural de suporte ao escravismo colonial, também após a abolição da escravidão, ou seja, da implantação de formas de trabalho livre com diferentes modalidades de remuneração (salário, parceria, meação etc.), o modo de produção capitalista passará por um período em que não será dominante na formação social brasileira. A plantagem e o latifúndio pecuário pré-capitalista dominam

a formação social do Brasil pós-escravista de tal maneira que o modo de produção capitalista em expansão, em alguns núcleos urbanos, não era senão – depois da Abolição, notem bem, e ainda durante alguns decênios depois – um modo de produção subordinado, não o modo de produção dominante (GORENDER, 2013, p. 28).

Com o fim da escravidão o domínio econômico articula-se ao domínio da terra. E a imobilização de capital que anteriormente ocorria na compra de escravos, com a Abolição, torna possível sua aplicação paulatina no incremento das forças produtivas, tendo um significado de acumulação original de capital. A terra passa a ter um preço e ao longo do tempo são dadas as condições para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Acentuando o caráter contraditório dessa dinâmica, é que essa longa transição às formas capitalistas possibilitam a existência de “um modo de produção plantacionista latifundiário, apoiado em formas camponesas dependentes” (GORENDER, 2013, p. 35).

Discutindo a condição camponesa, Gorender defende a existência de duas linhas de desenvolvimento do campo no Brasil:

- a) a linha do latifúndio permeado de formas camponesas (plantagem ou latifúndio pecuário) que se transforma, com maior ou menor lentidão, em empresa capitalista;
- b) a linha da pequena exploração de caráter camponês-familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos), a qual, com a expansão geográfica e a intensificação dinâmica do mercado interno, aumenta seu grau de mercantilização e, por consequência, diminui seu grau de economia natural (GORENDER, 2013, p. 41).

E ainda, concordando com Chayanov, defende que “essa pequena exploração camponesa-familiar [é] um modo de produção específico” (GORENDER, 2013, p. 41) que convive de formas mais próximas ao autoconsumo em algumas condições e em outras mais vinculadas ao mercado também conforme determinadas condições.

Essas diferentes “convivências” do campesinato com o capitalismo enquanto modo de produção dominante devem ser entendidas dentro daquilo que o marxismo identifica como desenvolvimento desigual e combinado, em que além dos processos de valorização de capital através da extração de mais-valia, ocorrem modalidades não necessariamente capitalistas de expansão do capital. No primeiro caso estamos diante do processo de valorização do capital propriamente dito, ou da reprodução ampliada do capital; no segundo, encontramos-nos diante da produção de capital, ou seja, um processo que

mesmo com a consolidação do modo de produção capitalista, atualiza os processos de acumulação originária de capital.

Esse caráter contraditoriamente combinado do capital pode ser percebido mais claramente não só nas relações entre capitalismo e campesinato, mas de maneira extrema na ocorrência atual de formas de trabalho escravo, seja no campo ou na cidade, em que não há extração de mais-valia propriamente, mas sim extração de um excedente produzido por uma força de trabalho cativa. Mesmo que tal força de trabalho não seja passível de compra e venda como eram os escravos do período pré-abolicionista, não deixa de ser uma incorporação de riqueza ao capital por métodos não capitalistas, ou seja, exploração de uma força de trabalho livre assalariada.

No período pré-abolicionista e brecha camponesa “do ponto de vista econômico, a atribuição de uma parcela, e do tempo para cultivá-la, cumpria uma função bem definida no quadro do sistema escravista colonial: a de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho” (CARDOSO, 2009, p. 129). Também a condição camponesa é recriada no capitalismo em uma dinâmica semelhante de minimizar os custos da força de trabalho, o que possibilita o aprofundamento da extração de mais-valia relativa através de salários mais baixos. Ou seja,

o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em seu conjunto, não pode dispensar o setor da pequena agropecuária familiar. Sem ele, os alimentos se tornariam ainda mais caros e a força de trabalho urbana teria de ser paga com salários monetários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial (GORENDER, 2013, p. 51).

Feitas essas considerações sobre o caráter contraditório da permanência do campesinato no capitalismo – bem como do escravismo – importa ainda destacar também na linha do entendimento dialético das relações campesinato-escravismo e campesinato-capitalismo não se dão somente no atendimento da lógica do sistema dominante. Ou seja, ainda que tanto para o escravismo quanto para o capitalismo a permanência de um campesinato cumpra funções objetivas de manutenção do sistema dominante, não se pode esquecer as dinâmicas de resistência empreendidas tanto por escravos-camponeses quanto por camponeses atuais para a manutenção de sua condição social. É para isso

que atenta Linhares e Silva (2009, p. 129) ao identificar, seguindo a indicação de Antônio Barros de Castro, “brecha camponesa” no sistema escravista, mais como uma conquista do escravo do que propriamente uma decorrência da lógica econômica do sistema (barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho).

Sem perder de vista a dinâmica hegemônica em cada caso – o modo de produção escravista colonial e o modo de produção capitalista – desconhecer a permanência camponesa enquanto forma de resistência significa descartar a conflituosidade das relações sociais sob cada modo de produção específico. Assim é que podemos retomar a colocação anteriormente já apresentada que a condição hegemônica de uma dada classe ou modo de reprodução é resultado das relações conflituosas entre os agentes sociais concretos cujas configurações não se dão seguindo uma determinação teleológica de sequência evolutiva. A luta de classes também se dá a partir de condições concretas onde se articulam e desenvolvem limites e possibilidades que são continuamente atualizadas pelos agentes sociais. Castells (1999), referindo-se a essas condições dos agentes sociais, relaciona-as à construção de identidades pelos mesmos. Dessa forma ele distingue três formas de identidade:

- identidade legitimadora como aquela que reproduz a dominação;
- identidade de resistência representando os agentes sociais que rejeitam a dominação, mas não são capazes de se opor a ela no sentido da construção de uma...
- identidade de projeto, quando os agentes implementam lutas para mudança de suas condições sociais.

Enquanto a abordagem empreendida por Gorender relaciona o conflito entre campesinato e capitalismo a partir do entendimento de cada um deles como modo de produção distinto, ainda dentro do PQA encontraremos as formulações de Ariovaldo Umbelino de Oliveira no sentido de entender os processos de recriação do campesinato a partir da própria dinâmica contraditória e desigual do capitalismo. É o que verifica nesse trecho:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que, para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios.

É por isso que vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado – os boias-frias por exemplo –, a presença das relações de trabalho não capitalistas, como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês etc. (OLIVEIRA, 2013, p. 56).

Estão em andamento, então, processos em que os capitalistas em determinadas condições deixam de contratar mão de obra – o que os exige do pagamento de um salário –, e, ao mesmo tempo, “recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital” (OLIVEIRA, 2013, p. 56).

Essa situação será definida por Oliveira como “processo de produção do capital, que se faz através de relações não capitalistas” (OLIVEIRA, 2013, p. 56) e que será uma modalidade de acumulação de capital. As modalidades camponesas de produção são, assim, recriadas para atender ao processo de produção ou acumulação de capital. Enquanto a extração da mais-valia do trabalhador livre assalariado constitui a valorização ou reprodução ampliada de capital, as relações do capital com o campesinato se configuram como produção ou acumulação de capital “através da transferência da renda da terra em produto, quando da parceria, ou em dinheiro, quando o pagamento é feito em dinheiro e/ou em trabalho pelos camponeses” (OLIVEIRA, 2013, p. 57).

A recriação do campesinato enquanto classe atende, portanto, a uma dinâmica de expansão do capital. Oliveira chama a atenção para o fato de tais relações se estabelecerem em áreas de fronteira agrícola, quando o capital incorpora a sua dinâmica novas áreas. É a contradição em andamento que se verifica quando “exemplos desse processo de desenvolvimento contraditório do capital ocorreram em áreas ditas de “fronteira” – aquelas que ainda não tinham sido abertas pelos fazendeiros” (OLIVEIRA, 2013, p. 58). Expansão essa que nos remete não aos momentos de crise permanente do capital em que expandir é a “solução”, mas justamente à dinâmica concreta do capital que

permanentemente se vê diante da necessidade de expansão, o que o leva a articular combinadamente acumulação e valorização de capital. Ressaltamos que a escolha por cada uma dessas dinâmicas – acumulação ou valorização – se dá em conformidade com o cálculo econômico, sem dúvida, mas é também resultado dos conflitos entre as classes sociais. Ou seja, reforçando a dialética de dominação e resistência é que podemos verificar os processos de exploração assalariada, recriação do campesinato e resistência camponesa.

Assim é que em determinadas condições econômico-sociais o capital estará efetivando a contratação de trabalhadores assalariados no campo e, em outras, promoverá a recriação do campesinato. Essa dinâmica fica mais clara quando se coloca em pauta a questão de Reforma Agrária, continuamente rejeitada pela burguesia rural e pelos latifundiários, pois, o campesinato a ser recriado é justamente aquele que atende às demandas expansivas do capital, e não o que tem a possibilidade emancipatória a partir da propriedade da terra.

Está em disputa, nessas situações, a renda da terra, o que nos leva a

concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que a sua produção seja possível (OLIVEIRA, 2013, p. 58).

A relação econômica entre campesinato e capital, em especial aquela em que os agricultores se constituem como fornecedores de matérias-primas, o que se articula à própria dinâmica do capital. Afinal, os capitalistas podem certamente ampliar sua exploração sobre os assalariados industriais através da expansão da mais-valia absoluta – com a elevação da jornada de trabalho, por exemplo – ou mediante a mais-valia relativa – que pode se verificar com a ampliação da produtividade do trabalho via incremento de capital fixo, ou mesmo com o rebaixamento do valor da reprodução da força de trabalho. Essa última condição se faz, dentre outras formas, pela redução do valor dos alimentos que compõe a cesta de reprodução do trabalhador e sua família, o que se dá com a depreciação dos preços pagos aos produtores rurais em geral. Nessa situação pode mos estar diante de um conflito pela apropriação da mais-valia dentro de

diferentes ramos da classe capitalista – capital industrial e capital agrário ou ainda diante de um conflito entre a classe capitalista e classe camponesa, que nos interessa compreender.

Para Paulino, aponta os possíveis desfechos dessa relação entre agricultura e indústria quando articula camponeses produtores de matérias-primas e capitalistas:

- ao cair o preço das matérias-primas, uma parte da renda presente na produção camponesa vai para os industriais que a metamorfoseiam em capital, produzindo e aumentando assim a sua taxa de lucro. Nessas ocasiões o campesinato empobrece;
- diante do aumento do preço das matérias-primas, a taxa de lucro dos industriais pode ser mantida através do aumento proporcional do preço do produto final. Nesse caso o campesinato fica com uma parte da riqueza social da sociedade capitalista e, eventualmente, poderá enriquecer-se;
- os camponeses podem receber pelas matérias-primas o equivalente ao valor do trabalho aí contido, ou seja, eles ficam com toda a renda produzida. Isso lhes permite se reproduzirem, via de regra, como camponeses remediados, enquanto os capitalistas mantêm a taxa de lucro oriunda da atividade industrial;
- cai o preço do produto final e, para permanecer no ramo, os capitalistas manterão sua taxa de lucro pagando menos pela produção camponesa. Ao entregar barato o produto de seu trabalho, seja vendendo diretamente aos consumidores, seja repassando-o aos capitalistas, o campesinato doa à sociedade em geral uma parte do seu trabalho, a renda da terra. Nessa situação, a tendência de diminuição dos salários se impõe, porquanto os trabalhadores gastarão menos para suprir suas necessidades básicas (PAULINO, 2007, pp. 346-7).

Paulino reforça ainda que a diversificação da produção seria uma forma dos camponeses se protegerem “das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital” (PAULINO, 2007, p. 248). Isso lhes permitiria, juntamente com a eliminação de intermediários, uma maior autonomia. Mas ela mesma reconhece as dificuldades de tal exercício por parte dos camponeses, tendo em vista a continuada monopolização do capital sobre parcelas de terras camponesas. Mais que um conflito meramente econômico, Paulino (2007, p. 349) enfatiza que estamos diante de diferentes éticas: aquela da “reciprocidade, da pessoalidade, da justiça e da parcimônia para com os recursos da mãe terra”, e a outra representada antagonicamente pelo capital e sua incontrollabilidade (MÉSZÁROS, 2002). De um lado a terra de trabalho e de vida; de outro a terra de negócio. Voltaremos a isso na próxima seção.

Por ora é preciso enfatizar a contradição econômica que marca fundamentalmente a relação entre camponeses e capitalistas. Enquanto os primeiros se movem dentro da lógica de produção de valores de uso que serão destinados ao autoconsumo ou mesmo vendidos ao mercado para a obtenção posterior de novos valores de uso, em um claro processo M-D-M; o capital em geral estará operando sua reprodução ampliada via a conversão de capital dinheiro em mercadoria através do processo produtivo e sua posterior conversão em um capital acrescido. Nesse caso, a fórmula D-M-D' representa a síntese da reprodução ampliada de capital em que a circulação possibilita a realização da mais-valia criada no processo produtivo. Apesar de se materializar como uma reprodução ampliada, o processo de produção propriamente capitalista, conforme já analisado anteriormente, pressupõe a posse privada de capital, uma mão de obra despossuída dos meios de produção, o desenvolvimento tecnológico e a troca de equivalentes.

Dentre essas condições para a valorização de capital, enfatizamos nesse momento a troca de equivalentes. Graças a ela é podemos afirmar que todas as mercadorias são negociadas por seus respectivos valores. Ou seja, estamos partindo de uma condição em que os preços relativos podem até sofrer alterações, mas eles acabam sendo os indicadores dos valores de troca das mercadorias, que, por sua vez, refletem o valor das mesmas. O salário pago aos trabalhadores reflete o valor necessário para sua reprodução enquanto força de trabalho. Estamos claramente diante de uma troca de equivalentes.

Porém, verificamos que na relação econômica entre campesinato e capitalistas da forma que foi apresentada por Eliane Tomiasi Paulino já não estamos mais diante da troca de equivalentes, já que o preço pago pelos capitalistas aos camponeses pode ser inferior ao valor do trabalho contido nas matérias-primas por ele vendidas. Se for verdade que os preços podem apenas refletir uma dada conjuntura, devemos considerar que diferentemente do capital que possui dentre suas características a ampla mobilidade – espacial e/ou de ramo – os camponeses não podem modificar com rapidez e facilidade sua condição espacial e produtiva.

Juntamos esse elemento de diferenças de mobilidade entre capital e campesinato com as também já analisadas dinâmicas de concorrência capitalista. Como já afirmamos na seção anterior, a concorrência capitalista se dá para verificar qual capitalista individual será capaz de incorporar a maior parcela da mais-valia social produzida, o que os leva à ampliação dos investimentos em capital fixo de forma a ampliar a mais-valia relativa. Tal situação acaba por se revelar como uma taxa média de lucro, sendo que os capitais se moverão para aqueles ramos em que ela seja maior. Isso pode acarretar, num segundo momento, uma oferta maior naquele ramo que teria como consequência, por sua vez, o rebaixamento do preço e da taxa de lucro nele obtida. A mobilidade seria, portanto, uma forma do capital se mover para os ramos mais lucrativos, ainda que não necessariamente nas mãos de um mesmo capitalista individual.

Como também já verificamos, a concorrência e sua articulação com a elevação da composição orgânica do capital está na raiz da queda das taxas de lucro, o que, por sua vez, desencadeia os processos de crise e expansão do capital – novos espaços, novos ramos econômicos, bem como a recriação de processos de acumulação da capital atualizados. Essa mobilidade - bem como as capacidades de expansão - acaba estando franqueada, no limite, apenas ao capital. Os camponeses, por sua vez, não possuem a mobilidade do capital e tampouco podem operar com o tempo a seu favor, tendo em vista que produzem para a realização do ciclo M-D-M.

Juntando todas essas condições diferenciadas para camponeses e capitalistas é podemos afirmar que a relação econômica entre ambos não se dá através de uma troca de equivalentes, de forma que a renda da terra camponesa acaba sendo expropriada pelo capital. É verdade, com afirma Paulino (2007) que existem situações em que os camponeses podem ter acesso a uma parte da riqueza social, em um processo que, repeditamente e a longo prazo, poderá levar o camponês a se tornar um capitalista. Porém, o camponês se encontra, na maioria das vezes, em uma condição extremamente fragilizada diante do capital. Além de não poder passar a outro ramo da produção com a

mesma facilidade que o capital, ele depende a venda de sua matéria-prima no mercado para dar continuidade ao seu ciclo produtivo e de vida. Daí que, diante dessa necessidade temporal, os preços podem baixar tanto a ponto de o camponês, sem poder aguardar pela alta, ser levado a vender sua produção a um preço abaixo do valor nela contido. São esses processos que garantem o fluxo da riqueza gerada pelo camponês em direção ao capitalista como produção de capital.

Ressaltamos que, em dadas condições, os camponeses fazem uso de uma renda não monetária que possibilita sua reprodução social. Isso se dá com a diversidade de produção que pode ser percebida em hortas, galinheiros e quintais, dentre outras modalidades de rendimento não contabilizado monetariamente. E isso pode ter uma importância muito grande quando as famílias camponesas se encontram diante dos limites de sua reprodução. Porém, também aqui aqueles elementos identificados por Oliveira (2007) como monopolização da terra pelo capital se apresentam no sentido de ampliar a dependência camponesa. Isso se dá nas diversas modalidades de produção “integrada” – quando o camponês se vincula a uma indústria como fornecedor permanente de matéria-prima nas condições por ela estabelecidas – ou ainda na ampliação da tecnificação produtiva através dos pacotes tecnológicos, em que a perda de autonomia camponesa se dá tanto economicamente quanto nos saberes mobilizados. Além, é claro, de se destinarem aos camponeses as etapas produtivas mais vulneráveis às intempéries e ditames de um mercado oligopsônio, onde poucos compradores acabam por determinar os preços a serem pagos aos muitos vendedores (SINGER, 1975).

O que aqui estamos identificando como perda da autonomia camponesa pode ser caracterizada dentro daquilo que se convencionou identificar como complexo agroindustrial, em que a agricultura se encontra relacionada à montante e à jusante com a indústria. Dessa forma, a produção agrícola em geral – e não somente a camponesa – acaba consumindo produtos industriais como agroquímicos, sementes, equipamentos e maquinário ao mesmo tempo em que fornece matéria-prima para os diferentes ramos industriais. A ruptura

da relação metabólica entre sociedade e natureza já apontada por Marx a partir da separação entre campo e cidade no capitalismo (FOSTER, 2011) dever ser entendida em sua contradição, ou melhor, como uma unidade contraditória. Conforme afirma Oliveira (2013, p. 64-5), a relação entre cidade e campo passa a ter “o sentido de ir eliminando entre a cidade e campo, entre o rural e urbano, unificando-os numa unidade dialética”, o que, por sua vez, “não elimina suas diferenças; ao contrário, aprofunda-as, tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral de ambas”.

Essa condição de unidade dialética entre campo e cidade torna certamente o quadro de análise mais complexo. No entanto, o que já gostaríamos de apontar aqui para ser retomado na seção seguinte é justamente a possibilidade, a partir do paradigma da questão agrária, de unificação das lutas rurais e urbanas, ainda que preservem suas peculiaridades. É o que ressalta Oliveira (2013, p. 66) ao indicar que “cidade e campo estão unidos dialeticamente quer no processo produtivo, quer no processo de luta”. Voltaremos a esse ponto quando tratarmos dos sujeitos históricos da luta anticapitalista.

Assim como o quadro de lutas, também o cenário de possibilidades se torna mais complexo, na medida em que aos camponeses se apresentam potenciais de desenvolvimento de diferentes identidades. Da perspectiva dos camponeses configuram-se as possibilidades de: (A) tornar-se capitalista por conta daquela situação apontada por Paulino em que a elevação do preço das matérias-primas e seu repasse aos consumidores pelos industriais faz com que os camponeses possam receber parte da riqueza social, o que, a longo prazo poderá levá-los à condição de capitalistas; (B) integração subordinada ao capital na forma de produção associada e/ou como fornecedor de matéria-prima, o que o mantém em uma situação continuamente indefinida, já que o camponês pode permanecer como associado ao capital indefinidamente ou empobrecendo naquelas situações em que a renda de terra por ele produzida é expropriada pelo capital e, como consequência, (C) acabar se proletarizando; (D) o camponês pode ainda assumir uma identidade de projeto em que a superação do capitalismo se apresente como horizonte estratégico.

Para os capitalistas estão colocadas as possibilidades de relacionar-se com o campesinato na forma a que eles tenham sido conduzidos nos casos. No caso da situação “A” estamos diante da ampliação da concorrência capitalista no campo, já que surgiu um novo empresário rural. Em “B” e “D” temos situações em que ocorre o que Oliveira (2009) define como monopolização da terra pelo capital, ainda que no segundo caso o conflito social esteja mais aparente e aponte, por parte dos camponeses, para sua própria superação. E no caso do capital territorializar-se, estamos diante da situação em que ocorre a extração de mais-valia dos proletários rurais que podem certamente – mas não necessariamente – serem aqueles da condição “C”.

Com esse quadro verificamos que há situações em que o paradigma do capitalismo agrário pode fazer sentido, afinal, estão ocorrendo processos de extinção do campesinato por conta de sua proletarização ou devido sua metamorfose em capitalista. Porém, ainda que corresponda a uma parte da dinâmica do capital no campo, o PCA não consegue identificar as situações contraditórias em que o campesinato pode vir a ser recriado dentro de uma lógica de desenvolvimento desigual e combinado do próprio capital. Além disso, os camponeses podem resistir à sua eliminação pelo capital ou, mais do que isso, podem se engajar em um processo de superação do metabolismo do capital.

3.3- IDENTIDADES CONFLITUOSAS NO CAMPO E SUSTENTABILIDADE

Como já afirmamos nos apontamentos metodológicos, não há uma postura teleológica que dê conta de apontar o resultado dessas diferentes possibilidades da luta. Também é necessário não perder de vista que há certamente uma dimensão econômica nessas relações entre capital e campesinato, mas a ela está dialeticamente articulada uma luta ideológica, onde comparecem as identidades já apontadas: legitimação, resistência, projeto Castells (1999). Como ainda apontaremos mais adiante, assim como no que se refere às condições de existência, também na processualidade contraditória da luta há uma dimensão imaterial ou simbólica.

Essa dimensão imaterial pode ser mais facilmente identificada quando buscamos a identificação do campesinato em diferentes momentos históricos, cabendo-nos aprofundar nosso olhar sobre os discursos relacionados à condição camponesa na atualidade para que possamos melhor captar a complexidade do quadro de disputa em que nos encontramos.

Será a partir da década de 1990 que se verificará um fortalecimento do paradigma do capitalismo agrário enquanto discurso relacionado ao desenvolvimento rural. O cenário internacional era caracterizado pelo avanço das políticas neoliberais que, desde o final da década de 1970 vinham se configurando como uma resposta à crise econômica então em andamento nos países desenvolvidos (COGGIOLA, 1996). É nesse momento que os processos então denominados como globalização atualizam os mecanismos de superação das crises capitalistas justamente com o aprofundamento dos processos de dominação imperialista e destruição já debatidos na primeira seção desse trabalho. Nos (des)compassos do desenvolvimento desigual e combinado, enquanto a crise se abatia no mundo desenvolvido, no Brasil experimentava-se o desenvolvimentismo na sua modalidade de modernização conservadora sob a tutela da ditadura civil-militar, para, depois de superada a década perdida de 1980, verificar-se a implantação das políticas neoliberais no país (ARCARI, 2004). O campo brasileiro não ficará de fora dessa nova expansão capitalista.

A modernização de cunho neoliberal não deixava de ser conservadora no que tange às estruturas sociais ao mesmo tempo em que promovia uma profunda internacionalização da economia brasileira. No campo, a Reforma Agrária foi deliberadamente colocada em segundo plano, enquanto a concentração fundiária destruía territórios indígenas e unidades camponesas (OLIVEIRA, 2009). Dessa forma, a concentração fundiária permaneceu como elemento fundamental da estrutura social brasileira, o que se pode verificar quando os 2.477.071 pequenos estabelecimentos com menos de 10 hectares (47% do total) ocupam 7.798.607 hectares, o que equivale a 2,4% do total, ao mesmo tempo em que os 46.911 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares que

representam 0.9% do total ocupam 44,4% da área total, ou seja, 146.553.218 hectares (ALENTEJANO, 2012; com base em dados do Censo agropecuário de 2006 do IBGE).

Essa situação de injustiça fundiária, por sua vez, é mantida por um discurso de modernização agropecuária em que o agronegócio passa a se constituir como agente modernizador. E nesse discurso há, como veremos, toda uma tentativa de cooptação e integração dos setores camponeses na dinâmica rural capitalista. Antes, porém de debatermos o discurso modernizador, é preciso destacar que todo esse aprofundamento da expansão capitalista no campo é marcado por intensa violência: expulsão de posseiros, indígenas, comunidades tradicionais e toda uma gama de camponeses são brutalmente expulsos de suas terras e os assassinatos de lutadores da Reforma Agrária por parte do latifúndio e do agronegócio são uma constante, conforme atestam os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os “Conflitos no Campo” (ALENTEJANO, 2012). Além disso, ocorre toda uma judicialização da questão agrária, com a criminalização dos movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária.

Só para se ter uma pequena ideia dos conflitos de terra, podemos verificar os dados da CPT apresentados por Welch:

a CPT relatou que as ocorrências de conflitos de terra aumentaram bastante entre 2001 (625) e 2010 (853); as incidências de trabalho escravo aumentaram mais do que cinco vezes, de 45 (2001) para 204 (2010); os conflitos pela água pularam de 14 (2002) para 87 (2010); e a média dos assassinatos – para mencionar só a forma mais extrema de violência praticada no campo – foi de 38, com alta de 73 em 2003 e baixa de 26 em 2009 (WELCH, 2012, p. 147).

Com a as disputas envolvendo a questão da terra e também da água tem-se o quadro em que “a concentração fundiária explica também duas outras mazelas fundamentais do campo brasileiro: a violência e a devastação ambiental” (ALENTEJANO, 2012, p. 356). Ou seja, mais uma vez a superação da crise sendo dinamizada a partir da expansão do domínio espacial do capital com consequências sociais e ambientais devastadoras.

A dinâmica de violência, porém, não é a única fórmula utilizada pelo capital para produzir sua expansão. Ocorre paralelamente aos processos violentos aqueles outros travados enquanto conflito imaterial ou simbólico, ou naquilo que podemos identificar como ideologia. Note que estamos utilizando aqui o conceito ideologia diferentemente daquele atribuído por Marx de “falsa consciência”, mas sim como discursos diferentes de que são portadores os diferentes agentes sociais. Assim, a concepção de ideologia que utilizamos se aproxima daquela de Gramsci, em que as diferentes classes sociais são portadoras de diferentes “concepções de mundo” (LARRAIN, 1993). Assim é que mesclando coerção e consenso, o capitalismo avançará no campo brasileiro a partir da década de 1990 com um discurso modernizante, ainda que resgatando abordagens *ricardianas* das “vantagens comparativas”.

Nesse momento é que a expressão “agricultura familiar” passa a ser incorporada e ganha fôlego tanto em programas governamentais como no debate do capitalismo agrário. O campesinato passa a ser identificado com aquela porção atrasada da agricultura em contraposição à modernidade representada pelo agronegócio e pela agricultura familiar. As lutas materiais relacionadas à terra passam a contar com mais um elemento de complexificação, já que o discurso modernizador busca apagar qualquer distinção de classes entre camponeses/agricultores familiares e capitalistas agrários, restringindo suas diferenças ao problema da escala. Assim, todos fariam parte do agronegócio em graus diferentes. O agricultor familiar seria o empreendedor do “agronegocinho”.

É preciso reconhecer, porém, que a expressão “agricultura familiar” também é portadora de contradições, sendo rejeitada por alguns e defendida por outros a partir de diferentes interpretações. Acima assumimos uma postura crítica em relação ao seu uso por identificar sua adequação ao paradigma do capitalismo agrário em que o campesinato passa por um processo de metamorfose no sentido de tornar-se um capitalista, ainda que contemplando diferentes escalas. Mas deve-se reconhecer que a referida expressão acaba por fazer sentido quando empiricamente se verifica que a abordagem do PCA torna-se efetiva

em determinadas situações – ainda que no geral permaneça a subalternidade da condição de camponesa/agricultor familiar perante o capital. Enfim, é preciso enfatizar que é uma expressão que revela a relação conflituosa também em torno das ideias na questão agrária. No mínimo os pesquisadores devem estar atentos e serem capazes de refletir sobre as questões que o debate conceitual suscita:

E de tal modo que, em termos analíticos, pode-se perguntar: o que se ganha ao identificar agricultores como familiares ou uma forma de produzir como familiar, para além da contraposição política ao caráter capitalista de certas formas de produzir? Que consequências pode ter a simplificação do plano dos valores familiares aos valores inerentes à objetivação dos princípios da reprodução do capital? O que se deixa de considerar no domínio das relações familiares quando elas aparecem integradas apenas a processos produtivos? E o que se deixa de considerar na produção estrito senso quando o vetor de compreensão se reduz ao domínio das relações familiares? (NEVES, 2012, p. 40)

Ou seja, o debate conceitual reflete o conflito material, tendo em vista que o metabolismo social mediado pelo mercado acaba estando implícito, mas ao mesmo tempo, ocultando uma forma específica de extração do excedente: a expropriação da renda da terra camponesa. Como defende Neves (2012, p. 38), “esses termos evocam uma designação social e têm sua eficácia política porque criam posições e direitos correspondentes”. Como afirmamos, o quadro em análise fica mais complexo na medida em que a coerção não é a única forma de manutenção da hegemonia do capital no campo, mas o consenso vai produzindo discursos que visam ocultar determinadas contradições. Como todo discurso ideológico, porém, da mesma forma que oculta parte da realidade, é capaz de ser analisado pela crítica metodológica no sentido inicialmente defendido nesse trabalho. Ou seja, se por um lado esconde a contradição social, é capaz de ser desvelado pela teoria quando fundada nos sentidos de totalidade, contradição e mediação. Esse é o papel da práxis.

A definição de agricultura familiar fundamentada na lei vai articular tanto critérios de área quanto de atividade econômica, articulando-s e a essa a questão da mão de obra e da gestão:

o termo deve ser entendido pelos critérios que distinguem o produtor por seus respectivos direitos, nas condições asseguradas pela legislação específica (decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, lei nº 11.326, de 24 de

julho de 2006, especialmente artigo 3º, e demais instrumentos que vão adequando os desdobramentos alcançados e incorporados): agricultor familiar é o que pratica atividades no meio rural, mas se torna sujeito de direitos se detiver, a qualquer título, área inferior a quatro módulos fiscais; deve apoiar-se predominantemente em mão de obra da própria família e na gestão imediata das atividades econômicas do estabelecimento, atividades essas que devem assegurar o maior volume de rendimentos do grupo doméstico (NEVES, 2012, p. 35).

E além do aspecto jurídico em que a questão é colocada, há toda uma dimensão econômica que a ela se articula como o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 e que objetiva alcançar aqueles que se enquadram na condição de agricultores familiares como política pública. Está dada a materialidade da condição de “agricultor familiar” quando até as entidades classistas camponesas acabam por reduzir suas práticas políticas ao âmbito das políticas públicas de financiamento da agricultura familiar. E isso se dá de forma mais acentuada na sequência de perda do protagonismo sindical dos assalariados de campo tão marcante na década de 1980 e na continuada aplicação de políticas de cunho liberalizante que, por sua vez, levaram a um atrelamento de órgãos de classe à disputa por políticas de financiamento da produção em diferentes modalidades, mas sem questionar a lógica da produção mercantil capitalista (CARVALHO, 2010).

Essa dinâmica relacionada à definição de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar se inicia no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas as práticas de atrelamento se acentuam nos anos recentes a partir dos governos Lula e Dilma, quando o debate da questão rural vai paulatinamente sendo desviado da reforma agrária e suas condicionantes para os programas de fortalecimento da agricultura familiar (CARVALHO, 2010).

Junte-se a esse processo o fato que, ao mesmo tempo em que são garantidas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, também têm incremento as políticas voltadas ao fortalecimento do capital no campo na forma do agronegócio. Notadamente os valores destinados nas políticas de financiamento produtivo a cada um dos setores – agricultura familiar e agronegócio – são significativamente diferenciados. Em dados relativos à safra 2014-15, o agronegócio receberá a verba de R\$136 bilhões, ao passo que para

a agricultura familiar caberá a quantia de R\$ 24 bilhões (MDA, 2014; MAPA, 2014), o que marca uma tendência dos últimos anos em que acaba por favorecer, com um incentivo de tamanha envergadura ao *agrobusiness*, um processo de reprimarização da economia brasileira (DELGADO, 2012).

Assim é que se junta ao processo de articulação da agricultura camponesa à lógica do capital o fortalecimento do capitalismo no campo através do agronegócio. Em um quadro macroeconômico em que a ampliação da dívida pública vem acompanhada de políticas monetárias que objetivam o superávit primário, a exportação de *commodities* agropecuárias passa a ter um papel fundamental para a manutenção do modelo econômico. Daí a importância atribuída ao agronegócio exportador e, conseqüentemente, da manutenção da estrutura fundiária concentradora de terras nas mãos de uma minoria (CAVALCANTE e FERNANDES, 2008). Completa-se o quadro em que a produção mercantil capitalista no campo se hegemoniza seja na forma de territorialização do capital ou como monopolização da terra pelo capital.

Resta-nos ainda enfatizar que o agronegócio é identificado por muitos autores como uma modernização do latifúndio que se perpetua na estrutura fundiária brasileira desde os tempos daquilo que Gorender definiu como plantagem e que tem como uma de suas marcas, na perspectiva de ampliação dos rendimentos, justamente a utilização de formas de trabalho degradantes (LEITE e MEDEIROS, 2012). Deveríamos, então, incluir dentro das formas de territorialização do capital aquelas modalidades que “atualizam” a forma de trabalho escravo, onde não se pode afirmar que ocorra extração de mais-valia, já que tais trabalhadores não se encontram na condição de assalariados livres.

Dentre os argumentos do empresariado rural para relativizar a gravidade da ocorrência de trabalho escravo é caracterizar tal prática como fato isolado ou atribuí-lo a “maus fazendeiros”. Há ainda aqueles que defendem que deveria haver uma diferenciação da legislação trabalhista rural em relação à urbana que fosse capaz de considerar a sazonalidade daquela. Ou seja, a culpa pela prática de trabalho escravo passa a ser individualizada ou atribuída a uma questão legal ou estatal (BRUNO, 2008). No entanto, estamos diante de mais

uma situação de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

Essa é uma situação em que acontece uma perversa articulação entre formas modernas e arcaicas de extração do excedente, mas que, conforme já indicado quando analisamos as dinâmicas produtivas desiguais e combinadas do capitalismo, não nos deve conduzir a enquadrá-las como desviantes. Assim, estamos enfatizando que o capitalismo não tem um necessário sentido humanizador, mas, pelo contrário, é capaz de realizar múltiplas formas de mercantilização da dinâmica social e de extração do excedente. Indicamos aqui três dessas formas: expropriação da renda da terra camponesa através da monopolização da terra pelo capital; extração de mais-valia através da territorialização do capital e, articulada a essa territorialização, a forma de exploração de trabalho análoga à escravidão, quando nem mesmo o trabalho livre se efetiva.

Tendo em vista todo esse quadro envolvendo a questão agrária em sua complexidade é que gostaríamos de retomar o debate sobre insustentabilidade do modo de produção capitalista já indicado na primeira seção desse trabalho. Lá, vimos que não se pode desconsiderar a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção de forma a atribuir uma autonomia exagerada ao desenvolvimento daquelas sem considerar seu potencial destrutivo em um quadro de crise de superprodução e manutenção das relações sociais capitalistas. Dois elementos merecem destaque nessa nossa reflexão: a questão das sementes e o saber tradicional camponês.

No que se refere às sementes, devemos considerar que, na continuação da tecnificação da agricultura decorrente da Revolução Verde, a aplicação da biotecnologia legou o desenvolvimento de sementes híbridas, transgênicas e *terminator*, sendo essa uma semente totalmente estéril. No caso específico dos transgênicos há todo um discurso sobre sua capacidade de contribuir para a eliminação da fome no mundo ao aumentar a produtividade agrícola. Por conta disso e da força política ligada às empresas produtoras de semente e do agronegócio, o princípio da precaução que deveria pautar a liberação ou não

das sementes transgênicas acaba por sucumbir, levando a que seus cultivos sejam liberados em países como o Brasil.

Dentre as características que nos cabe destacar na produção de uso das sementes transgênicas está a possibilidade de venda casada de sementes e agrotóxicos. O pacote tecnológico passa a ser vendido aos agricultores como uma solução completa. Mas fundamentalmente as sementes, ou melhor, a base genética modificada das sementes transgênicas são produtos patenteados sob os quais o agricultor deve pagar *royalties*. Dessa forma, o conhecimento “incorporado” na semente faz com que ela se torne uma mercadoria a ser adquirida pelos agricultores, inserindo os camponeses em uma dinâmica necessariamente capitalista. Assim, o ciclo M-D-M que caracteriza a economia camponesa vai forçosamente sendo alterado, já que, para a aquisição das sementes ele será levado a fazer um desembolso de dinheiro semelhante – mas essencialmente diferente - ao adiantamento de capital feito pelo capitalista no ciclo D-M-D'. Estamos assim, diante de mais uma situação em que o capital se expande para setores não totalmente mercantilizados ou não inteiramente inseridos no processo de reprodução ampliada do capital como forma de articular sua permanente dinâmica de crise e expansão.

Além disso, as sementes representam para o campesinato um saber milenar acumulado por gerações em que o conceito de coevolução faz todo o sentido, tendo em vista que metabolismo sociedade-natureza que modificou tanto os cultivares e suas sementes, bem como a própria sociedade. Esse processo em que as diferentes temporalidades se combinam ao longo do tempo faz sentido para as comunidades camponesas, mas é um obstáculo à valorização de capital. Há, portanto, uma enorme diferença entre as formas camponesas e capitalistas de articularem a relação sociedade-natureza. Para nos utilizarmos de uma abordagem cara a Milton Santos (2009), estamos diante de um tempo rápido representado pelo capital em sua expansão que se defronta com o tempo lento do campesinato. Entre ambos há interação e contradição como na monopolização da terra pelo capital, quando o campesinato é inserido na lógica

mercantil capitalista, bem como quando sua renda é expropriada pelo capital. As sementes são certamente um dos instrumentos do capital para garantir uma posição subalterna dos camponeses ou, para continuar com uma terminologia adequada à obra de Santos a articulação entre transgenia e capitalismo representa as “ações que animam objetos técnicos” (SANTOS, 2009, p. 267), – as sementes.

Articulando-se à situação das sementes está a ameaça do capital sobre o saber tradicional camponês. Um saber que é considerado atrasado pelo pensamento moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2004) e, portanto, fadado a ser suplantado pelo conhecimento científico e pela razão técnica. É o conhecimento científico característico da modernidade que levará às últimas consequências a separação entre humanidade e natureza na esteira de Descartes e Bacon. Como ressalta Porto-Gonçalves (2012, p. 94-5): “essa visão consagrada que separa homem e natureza comandará o fazer científico e é um dos pilares do imaginário do que se chama mundo moderno, um mundo no qual, em grande parte, o homem domina a natureza”. Mas a ela se articula uma outra visão moderno-colonial capaz de “autorizar a dominação de povos/etnias e grupos sociais assimilados à natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 95), dentre os quais se incluem indígenas, quilombolas, camponeses de diferentes modalidades.

O que Porto-Gonçalves nos alerta é que o pensamento moderno-colonial coloca na condição de dominada não somente a natureza, mas toda a parte da humanidade cuja relação com a natureza se deu no sentido da coevolução. O tempo necessariamente rápido da valorização do capital pode ser verificado na sua tentativa de valorizar-se apenas no circuito financeiro na modalidade em que D se converte ficticiamente em D'. Uma tentativa, por sinal, inócua, tendo em vista a necessidade de exploração da força de trabalho para que o capital se valorize, mas que revela um tempo acelerado que não pode respeitar nem os limites da natureza, nem a construção de um conhecimento em coevolução com ela. Assim é que o conhecimento camponês que faz parte de

todo um rico acervo de conhecimentos, criativamente desenvolvido e adaptado a circunstâncias locais, foi inferiorizado por uma visão colonial que desperdiçou essa imensa experiência humana, desenvolvida ao longo de milhares de anos, por milhares de povos (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 95).

Mais do que isso, esse conhecimento tradicional chega mesmo a ser “pirateado”, deixando de ter uma lógica de reciprocidade que tinha dentre as comunidades tradicionais e passando a ser também mercantilizado. Ou seja, o conhecimento subalternizado

é a fonte de informação da maior parte dos remédios de que a humanidade dispõe hoje, em grande parte objeto de etnobiopirataria, pois as informações geradas por essas populações são apropriadas por laboratórios de grandes corporações para fins de acumulação, e não socializadas como o foram até muito recentemente, quando eram trocadas livremente com base na reciprocidade. Agora vemos interromper-se essa tradição milenar de partilha e enriquecimento mútuo como resultado de leis de patenteamento que cada vez mais beneficiam os laboratórios das grandes corporações, sob os ditames da Organização Mundial do Comércio (OMC) (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 95).

Juntando a discussão sobre sementes e conhecimento camponês, estamos diante da necessidade de articular todos esses processos dentro da dinâmica do capitalismo no campo. A monopolização do território pelo capital coloca o campesinato em uma condição de ameaça permanente. Essa ameaça se dá na forma de uma permanente conflituosidade - como já analisamos anteriormente - dentro das diferentes modalidades de repartição da renda camponesa, sendo que o capital se encontra na condição hegemônica e articula a expropriação do resultado do trabalho camponês. Chamamos a atenção acima sobre como essa situação é articulada através das sementes e do conhecimento camponês, além, é claro das formas de oligopsônio e produção associada em que o capital garante para si a monopolização do território.

Afirmamos ainda que esse é um processo em que não há troca de equivalentes, tendo em vista que há uma transferência da renda camponesa para o capital. Por atingir de formas variadas o ciclo de reprodução camponesa que se dá pela lógica M-D-M, a monopolização do território pelo capital constitui-se como momento de perda da autonomia relativa camponesa. O circuito capitalista D-M-D' sendo hegemônico coloca o camponês diante de uma negação de sua condição ontológica enquanto portador de uma

sociabilidade marcada pela coevolução entre sociedade e natureza. Vimos ainda que formas ideológicas, como a representada pela expressão “agricultura familiar” podem obscurecer a correta interpretação das dinâmicas conflituosas em jogo nessa relação.

Não menos importante que essa situação subalterna do campesinato diante do capital é a permanente ameaça da perda da condição camponesa. Tendo em vista que o camponês se constitui como uma classe *sui generis* por deter o controle da força de trabalho e, simultaneamente, dos meios de produção (PAULINO, 2007), ele está constantemente ameaçado da perda dessa condição por conta da expropriação pelo capital não mais da renda da terra, mas de seu principal meio de produção: a terra. Assim é que, enquanto classe, o campesinato luta permanentemente contra a possibilidade de sua proletarização decorrente de sua expulsão da terra por diversas razões. Essa ameaça se acentua no momento presente em que, para superar a crise econômica que afetou a economia mundial a partir de 2008, o capital tem intensificado suas dinâmicas expansivas sob a forma de investimento não mais em formas voláteis, mas em terras como ativos financeiros (ALENTEJANO, 2012). A expropriação da terra camponesa se constitui na possibilidade de territorialização do capital no campo.

A territorialização do capital através da forma moderno-conservadora do agronegócio da terra, por sua vez, tem como objetivo a valorização do capital através da exploração do trabalho assalariado – ainda que por vezes formas análogas à escravidão sejam postas em prática. A ela se articula a já referida financeirização da terra, que foi acentuada, mas que não deve ser considerada como estranha ao desenvolvimento desigual e combinado do capital no meio rural. E aqui somos levados a articular essa dinâmica que em um caráter expansivo do capital lhe mantém em uma necessidade permanentemente de ser ampliado, com o rompimento do metabolismo sociedade natureza promovido pelo capitalismo. Ou seja, a expansão do capital no campo leva a situações extremas a falha metabólica. É Foster quem argumenta:

Daí, no regime artificial do capital, ser a busca do valor de troca (isto é, o lucro), e não a satisfação das necessidades genuínas, universais, naturais, que constitui o objeto, o motivo da produção. A extrema polarização decorrente entre, num extremo, uma riqueza que não tem limites e, no outro, uma existência alienada, explorada, degradada que constitui a negação de tudo que é mais humano, cria uma contradição que atravessa o sistema capitalista como uma linha de falha (FOSTER, 2011, p. 243).

Essa falha fica toma contornos dramáticos quando se verifica que a fome tem se abatido continuamente sobre um gigantesco contingente populacional pelo mundo afora. Longe de ser um problema técnico ou meramente relacionado ao crescimento populacional como defendem as correntes neomalthusianas, a fome é decorrência da expansão das formas capitalistas por sobre as agriculturas tradicionais camponesas de diferentes países. Sim, há situações de calamidades naturais e sociais, dentre as quais as guerras são a mais pronunciada. Mas, segundo Ziegler (2013), grande parte das tragédias relacionadas à fome é causada ou agravada por ação das forças capitalistas.

Em seu *Destruição em massa: geopolítica da fome*, Ziegler descreve a atuação daqueles que ele identifica como “cruzados do neoliberalismo” e se referem aos “Estados Unidos e suas organizações mercenárias – a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM)” (ZIEGLER, 2013, p. 151). A esses se juntam as corporações agroalimentares e os operadores do mercado financeiro de matérias-primas – os tubarões-tigre, na expressão de Ziegler – colocando em risco a soberania alimentar de diferentes povos. Um quadro dramático, sem dúvida, que vitima aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo, Mas, para todos esses agentes do capital, “o direito à alimentação é uma aberração” (ZIEGLER, 2013, p. 151).

Como defende Jan Douwe van der Ploeg (2009, p. 23), “o mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanentes”. E tais crises são decorrência da articulação dos seguintes fatores:

(1) a parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em impérios alimentares que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento,

a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos, criando um novo e global regime alimentar, está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição (PLOEG, 2009, p. 23).

Tendo em vista que a industrialização da agricultura opera uma desconexão da agricultura não somente com relação à natureza por conta de sua progressiva artificialização, mas desconecta-a também das localidades (PLOEG, 2009). Isso se dá em um quadro em que a hegemonia neoliberal, tendo conseguido emplacar o Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio, criou um importante mecanismo de regulação dos preços das mercadorias agrícolas no mundo. É certo, como afirma Ploeg (2009, p. 24) que “apenas 15% da produção agrícola mundial cruzem fronteiras (tornando-se, portanto, parte de um mercado de fato global)”, porém, por força das corporações que atuam nesse mercado, “os 85% restantes (que circulam em mercados nacionais, regionais e/ou locais), agora são alinhados pelos níveis de preços, tendências e relações que governam o mercado global”.

Ocorre, assim, todo um processo de alteração espacial da produção agrícola e simultaneamente a mercantilização de espaços, o que se mostra como desencadeador de situações de insustentabilidade:

Esse mercado global permite, simultaneamente, enormes fluxos de mercadorias entre diferentes partes do globo. Essa possibilidade, junto com a extensiva mercantilização de todos os principais recursos [sic] (p. ex.: terra, água, sementes), criou uma característica completamente nova na agricultura e no mercado mundial de alimentos, isto é, a deslocalização de grandes sistemas agrícolas. Antes, a produção de aspargos era tradicional em áreas como Navarra, na Espanha, mas era desconhecida, por exemplo, no Peru. Nos últimos anos, o Peru tornou-se o maior exportador mundial de aspargos. O sistema aspargo agora segue rumo à China, onde encontra condições ainda melhores. Essa deslocalização aplica-se hoje a todos os produtos frescos. E aplica-se a qualquer lugar, introduzindo, assim, considerável insegurança e turbulência (PLOEG, 2009, p. 24).

Aqui vemos que o processo de artificialização da agricultura objetiva uma domesticação da natureza de tal intensidade que possibilite ao capital fazer uso da fluidez que o caracteriza no ramo industrial e particularmente no setor financeiro. Se esse processo permite uma enorme acumulação de riquezas para o capital, em outros espaços ele acaba por gerar enorme pressão e insustentabilidade. Tendo em vista que “os impérios alimentares ampliaram

consideravelmente o hiato existente entre os preços oferecidos pela produção primária e aqueles pagos pelos consumidores” (PLOEG, 2009, p. 25), verifica-se que tanto produtores agrícolas quanto o mercado de consumo saem perdendo diante das corporações agroalimentares.

A ironia de toda essa situação de insegurança produzida pelos chamados impérios agroalimentares é ela se contrapõe à necessidade de previsibilidade que deve orientar os investimentos capitalistas. Como defende Ploeg:

Esses modos de produção precisam de previsibilidade (em oposição a turbulências), preços que compensem tanto as obrigações financeiras como os custos relacionados aos crescentes aportes de insumos (em oposição à pressão) e preços aos consumidores que permitam um aumento de demanda (em oposição aos preços que produzem considerável retração no consumo e exclusão de consumidores dos mercados de alimentos). Em resumo: os mesmos impérios alimentares que requerem produção agrícola industrial (para viabilizar a distribuição de grandes quantidades de matéria-prima padronizada e barata para posterior processamento e comercialização) estão contribuindo para destruí-la (PLOEG, 2009, p. 25).

Mas tudo isso afetando sobremaneira aqueles que sofrem suas consequências: camponeses e pobres em geral que são levados a conviver com a ameaça ou com a própria fome.

Tendo em vista esse quadro, é o próprio Ziegler quem nos dá a pista para a reflexão que continuaremos a seguir: esse quadro assustador pode ser superado? Se por um lado “o império planetário dos trustes agroalimentares cria a penúria, a fome de centenas de milhões de seres humanos – cria a morte” (ZIEGLER, 2013, p. 326), por outro “produz-se sob os nossos olhos um formidável despertar de forças revolucionárias camponesas nas zonas rurais do hemisfério sul” ZIEGLER, 2013, p. 28). São as potencialidades dessas lutas que investigaremos a seguir. Ou seja, se o capitalismo revela sua insustentabilidade socioambiental na cidade e no campo, que forças podem apontar para uma coevolução entre sociedade e natureza em que a sustentabilidade seja o fundamento?

4- CAMPESINATO E SUSTENTABILIDADE

Na seção anterior iniciamos pela discussão dos paradigmas que fundamentam o debate agrário e percorremos algumas das abordagens desenvolvidas e referenciadas na realidade brasileira. Verificamos que a preocupação com a conceituação esteve presente em diversos momentos de nossa reflexão, porém, reconhecemos que a processualidade histórica foi a tônica mais marcante da análise empreendida. Nesta seção, no entanto, pretendemos utilizar a análise processual já realizada para o estabelecimento conceitual, de forma que dialeticamente possamos articular história e conceito. Para isso, faremos nessa primeira parte a realização dos apontamentos que possibilitarão o desenvolvimento conceitual posterior. Em seguida retomaremos a categoria trabalho, mas agora no sentido de atentar para suas dimensões material e simbólica e, em seguida, desenvolveremos nossa ideia de território. Terminados os apontamentos, partimos, então, para a segunda etapa dessa seção onde pretendemos articular conceitualmente a discussão até então apresentada.

4.1- CAMPESINATO: CLASSE, MODO DE PRODUÇÃO, IDENTIDADE

Se a expansão do capitalismo no campo coloca sob permanente ameaça a natureza e a sociedade e, tendo em vista que por conta da monopolização do território pelo capital, frações da agricultura camponesa estejam de alguma forma a ele submetidas, que elementos que caracterizam o campesinato são capazes de nos levar a defini-lo como portador da sustentabilidade? É a essa pergunta que procuraremos responder nesse momento.

Ploeg é quem nos orienta inicialmente na elaboração desse conceito de campesinato fazendo uma distinção entre

a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada (PLOEG, 2009, p. 17).

Essa articulação pode ser visualizada No esquema por ele elaborado:

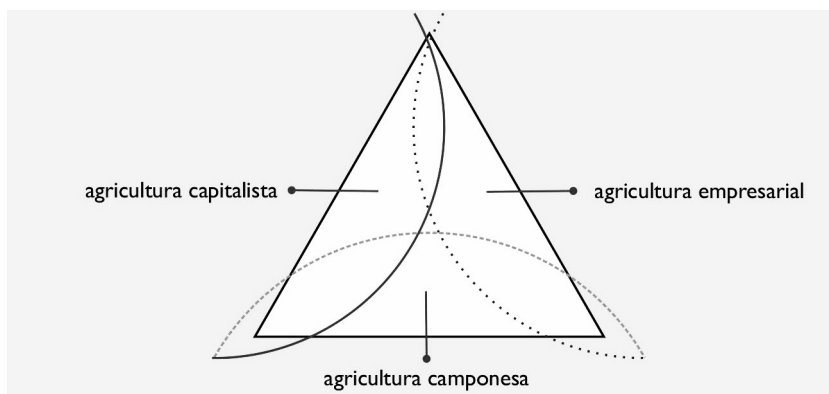


Figura 1 (PLOEG, 2009, p. 18).

A condição camponesa, porém, ainda segundo Ploeg se dá em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação que ele esquematiza assim:

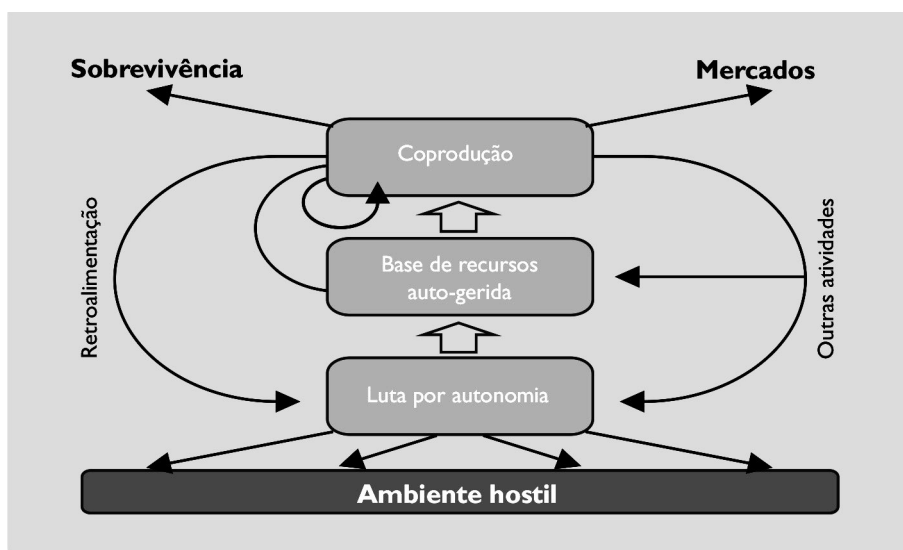


Figura 2 (PLOEG, 2009, p. 18)

Ou seja, o campesinato se confronta com um ambiente hostil no qual busca permanentemente a manutenção de uma condição autônoma perante forças representadas tanto pela monopolização do território pelo capital quanto pela própria territorialização do capital (Oliveira, 1987). Para Ploeg,

a luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos

autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2009, p. 19).

Essa permanente tensão entre autonomia e dependência precisa ser continuamente enfrentada. E é nesse enfrentamento que podemos verificar a articulação entre autonomia camponesa e o fortalecimento das formas de coprodução entre sociedade e natureza que podem ser sintetizadas na ideia de coevolução. Tratando da autonomia e da coprodução, Ploeg afirma que

A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retroalimentarem positivamente a coprodução, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se em ampliação da autonomia (PLOEG, 2009, p. 19).

Aprofundando a distinção entre campesinato e os padrões capitalistas e empresariais de produção, para Ploeg a agricultura camponesa tende a se basear principalmente no uso de “recursos” não-mercantilizados. Isso se dá na troca não-mercantil com a natureza empreendida pelo campesinato nas múltiplas formas de coprodução. Porém, se “circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista)”, o que pode ser verificado a partir da figura a seguir:

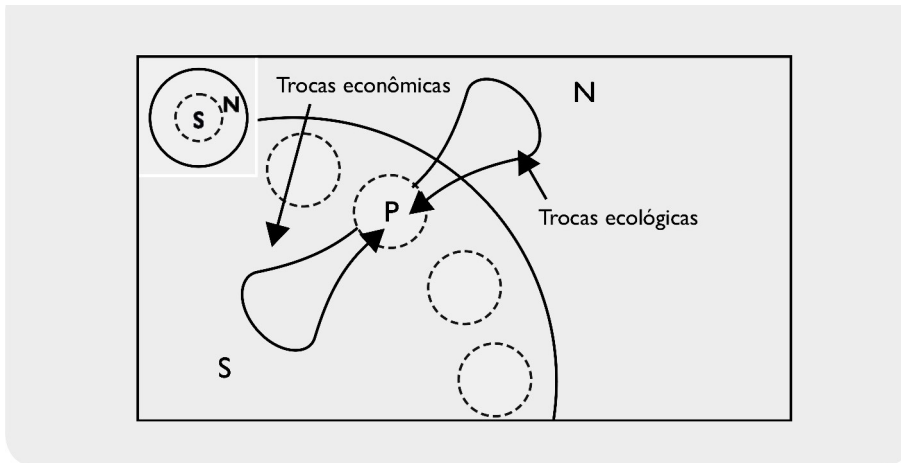


Figura 3 (PLOEG, 2009, p. 20).

Dessa forma, Ploeg propõe uma classificação a partir dos “níveis de campenização”, onde a agricultura camponesa se mostraria menos dependente do mercado na aquisição dos insumos e, portanto, engendraria situações que objetivam:

- a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução (PLOEG, 2009, p. 20).

Tais objetivos são perceptíveis quando se verifica que a agricultura camponesa centra-se na produção de valor agregado, o que acaba por distingui-la dos demais modelos de agricultura, pois, “ainda que também a agricultura empresarial se oriente para a produção de valor agregado, o seu progresso é construído essencialmente pelo aumento de escala da produção, o que muitas vezes é viabilizado pela aquisição de outras unidades produtivas (frequentemente as pequenas)”. E mais, “a agricultura capitalista centra-se na produção de lucros, mesmo que isso implique a redução do valor agregado total” (PLOEG, 2009, p. 21) o que é potencializado por sua permanente lógica de expansão espacial que, por sua vez, impacta continuamente na sustentabilidade socioambiental. Exemplo dessa situação é a expansão da fronteira agrícola que tanto coloca sob ameaça o equilíbrio dinâmico da natureza quanto as comunidades tradicionais em processo de coevolução com eles.

Dessa forma, verificamos que a coprodução – e que nós identificamos como coevolução – em seu sentido de autonomia em relação ao mercado é condição fundamental para a reprodução da condição camponesa de forma cíclica:

Cada ciclo de produção apoia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso, como meios e instrumentos de trabalho (em suma: como não-mercadorias) que são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção. Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias (PLOEG, 2009, p. 22).

É na defesa dessa condição que se podem verificar as diferentes modalidades de resistência camponesa e de defesa de sua autonomia, segundo Ploeg, que identifica basicamente três “formas inter-relacionadas de resistência”: luta velada/sabotagem, luta aberta e intervenções na organização do trabalho e da produção através de introdução de alterações nos processos produtivos, dentre as quais ele indica a agroecologia.

Defendendo essas formas resistência como expressões práticas de formas distintas de produção é que Ploeg articula-as enquanto possibilidade em um mundo em, segundo ele,

confrontações diretas são cada vez mais difíceis, quando não contraproducentes, e ao mesmo tempo as soluções globais estão cada vez mais desacreditadas. Portanto, essas novas respostas seguem um caminho diferente: “A resistência não é mais uma forma de reação, mas sim de produção e ação [...]. Resistência não é mais aquela dos trabalhadores da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inventividade [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. É a capacidade de desenvolver novas potencialidades constitutivas que vão além das formas prevaletentes de dominação” (NEGRI, 2006: 54) (PLOEG, 2009, p. 27).

Nesse ponto, porém, é preciso fazer algumas considerações às possibilidades de enfretamento da dominação capitalista pelo campesinato através de mecanismos que não incluem a luta política direta. Primeiramente, é necessário considerar que a força da mercantilização engendrada pelo capital tem características totalitárias. Ou seja, a sociabilidade mercantil capitalista segue um curso vigoroso de expansão continuada da mercantilização de espaços e relações que tanto funciona como regulador das crises como saídas

para as mesmas. Desconsiderar essa força avassaladora do capital e acreditar que o mero enfrentamento econômico enquanto alteração nos processos produtivos seja capaz de produzir sua superação é uma fórmula muito arriscada ainda que considere as alterações sociais nas relações sociais a ela associadas. É acreditar na possibilidade de “mudar o mundo sem tomar o poder” numa proposta defendida por Holloway, o que equivale “a deixar de lado a questão do poder do Estado e concentrar a luta em questões que não tenham como objetivo a tomada do poder, mas a estruturação de um novo modo de vida não mais regido pelo capital” (TONET, s/d, p. 2). Ou seja, não mais o enfrentamento, mas a elaboração de espaços em que não haja comprometimento com o capital.

Se há certa razão em afirmar que a mera tomada do poder estatal não é uma garantia que estaremos diante da superação do metabolismo do capital, por outro lado, negligenciar a força da política pode ter consequências funestas. Assim é que defendemos que, por mais que se encontre em situações permanentes de crise (que são diferentes de uma crise permanente), o capital busca continuamente alternativas para sua valorização através da continuada mercantilização de tudo. Mesmo diante dos limites ambientais em que a destruição leva aos extremos as condições de sobrevivência da espécie humana, o capital é capaz de transformar em mercadoria suas falaciosas soluções para os problemas ambientais por ele produzidos. Na agricultura, assim é que ele destrói o solo e desestabiliza o equilíbrio dinâmico ambiental através de sua expansão para, em seguida, vender sua “solução”: fertilizantes e agrotóxicos.

Além disso, concentrar-se nas mudanças relacionadas aos processos produtivos parciais é desconhecer que o trabalho enquanto relação metabólica sociedade-natureza articula simultaneamente outras dimensões da realidade social, dentre as quais as dinâmicas políticas e simbólicas sem com isso perder sua centralidade. E essa centralidade do trabalho – do metabolismo - se dá no momento em que vivemos enquanto metabolismo do capital. Enfim, por mais honesta que seja a perspectiva de mudança do mundo sem tomar o poder, ela

acaba por ser parcial ao desconsiderar a totalidade do ser social e da forma alienada que o trabalho assume no modo de produção de mercadorias capitalistas – seja o trabalho do operário, seja o camponês com sua autonomia permanentemente ameaçada ou destruída. E, como já afirmamos nos apontamentos metodológicos desse trabalho, sem a radicalidade que o entendimento teórico da totalidade nos possibilita a práxis transformadora se debilita.

Por fim, não se pode desconsiderar o papel do Estado frente às contradições de classe. Se o poder estatal não pode ser definido monoliticamente em sua essência burguesa posto que as contradições sociais também nele podem ser verificadas o que, por sua vez, abre espaço para políticas públicas em favor dos socialmente explorados, por outro lado, desconhecer os limites classistas impostos pelo poder político em última instância do capital significa considerar verdadeiro o entendimento do Estado pelo liberalismo político. Tal como o mercado concorrencial acaba por se constituir como ficção frente ao monopólio, também a cidadania sob a condição liberal não passa de uma formalidade jurídica (MONERAT, 2014).

Enfatizamos que as lutas sociais em andamento não devem, de forma alguma, ser desconsideradas em suas importâncias relativas, mas é por uma nova totalidade da relação do metabolismo sociedade-natureza que se movem as lutas anticapitalistas. Daí que o poder – que não se limita à tomada do estado – necessariamente deverá ser hegemônico pelas classes trabalhadoras no sentido de possibilitar a emancipação humana. Enquanto aqueles que lutam por cidadania limitam seu horizonte de mudanças a uma parcial emancipação política, é necessário reconhecer que a superação das relações de trabalho alienadas é condição fundante para a emancipação humana. Para a humanidade emancipada, a forma estatal do poder político será tão absurda quanto às formas de propriedade privada dos meios de produção e de vida.

Levando em consideração o contexto político da conflituosidade entre campesinato e capitalismo, Horácio Martins de Carvalho desenvolverá uma

reflexão que enfatiza a disputa hegemônica em andamento e a força do capital na formação social, tendo em vista que

a tendência da expansão e da reprodução ampliada do capital na formação econômica e social brasileira tende à homogeneização da racionalidade capitalista, tentando submeter e ou excluir qualquer possibilidade de reprodução de outra racionalidade econômica que não seja aquela regida pelo lucro (CARVALHO, 2010, p. 2).

O que, por sua vez, se articula com o contexto político de forma que

As políticas públicas, numa sociedade de classes, são sempre favoráveis e orgânicas aos interesses de classe das classes dominantes, sendo que no caso em apreço, privilegiadoras do capital financeiro e das grandes empresas da cadeia do agronegócio (CARVALHO, 2010, p. 2).

O que fica ainda mais claro quando se afirma que

A expansão capitalista no campo no Brasil, com o apoio do Estado, tem consolidado um modelo de produção e tecnológico altamente perverso e que provoca a degradação do meio ambiente, o desmatamento, a poluição dos solos e das águas, o despovoamento do campo, a desagregação do campesinato, o emprego precário sazonal e o desemprego de trabalhadores rurais assalariados, o ajuste da estrutura produtiva rural aos interesses das grandes empresas oligopolistas multinacionais, a prática da condição de trabalho assalariado similar ao dos escravos, o comprometimento da soberania nacional e, sobretudo, mas não finalmente, o desprezo absoluto pela vida (CARVALHO, 2010, p. 6-7).

Tal colocação, não deve conduzir a uma abordagem simplista da dinâmica estatal ou mesmo do poder político em geral. Carvalho reconhece a hegemonia da burguesia sem com isso deixar de considerar a processualidade de conflito permanente que perpassa a totalidade social. Assim é que

imposição da racionalidade capitalista - o que é um processo histórico inegável, tal assertiva não pressupõe, a partir de simples lógica linear, que esse processo histórico dominante não seja passível de mudanças radicais por ação de massa a partir das mobilizações das organizações das classes populares. E, deveras, não significa, igualmente, que a ação política e ideológica de afirmação do campesinato contemporâneo não possa negar essa tendência geral do capital no campo a partir da resistência social camponesa e da afirmação de um novo modo de produção que não seja exclusivamente derivado da socialização da grande empresa capitalista no campo (CARVALHO, 2010, p. 4).

Um processo conflituoso que carrega dinâmicas contraditórias. Como já defendemos anteriormente, no caso brasileiro a luta política e ideológica envolvendo capital e campesinato tornou-se ainda mais complexa a partir da década de 1990 quando a “imposição da racionalidade capitalista” se deu

através da formulação de políticas públicas voltadas a uma nova condição sócio-produtiva: a agricultura familiar. Nesse processo, atores sociais combativos vinculados ao campesinato sob uma perspectiva contrária à expansão do capital no campo acabaram por abandonar projetos emancipatórios e passaram a limitar suas estratégias à disputa por políticas públicas dentro da ordem capitalista. Esse posicionamento político acaba por enfraquecer a posição camponesa no conflito, como afirma Carvalho:

Os movimentos e organizações sociais e sindicais camponeses ao não estabelecerem uma estratégia de ação que tenha como referencial de médio e longo prazo a afirmação de uma racionalidade camponesa, portanto, ao não reconhecerem a existência de uma lógica intrínseca à unidade de produção camponesa que seja ao mesmo tempo negadora daquela da empresa capitalista, deixam de contribuir para a consolidação do campesinato contemporâneo como classe social, mesmo que seja uma classe em construção (CARVALHO, 2010, p. 5).

Isso se dá muitas vezes na forma de cooptação relacionada à participação em políticas públicas que acabam por gerar uma relação de dependência:

Os movimentos e organizações sociais e sindicais camponeses, por distintos motivos históricos e políticos, ao se tornarem dependentes dos recursos governamentais para a manutenção e reprodução burocráticas das suas organizações se identificam, quiçá por comodidade, com a lógica produtivista do capital, e aceitam as políticas públicas de integração dependente do campesinato ao capital como seu quefazer político, na maior parte das vezes sem uma perspectiva estratégica de negação do modo capitalista de produção (CARVALHO, 2010, p. 4).

Também essa realidade deve ser entendida em sua dinâmica contraditória em que tática e estratégia podem se articular de maneiras diversificadas. Ou seja, Carvalho reconhece que, na totalidade social hegemônica pelo modo de produção de mercadorias, negar-se a relacionar-se com o capital seria impossível, mas a perspectiva de autonomia deve conduzir as ações camponesas. E isso se dá de forma limitada ainda sob a hegemonia do capital, mas indicando por sua superação em uma sociedade pós-capitalista. Afirma-se assim a condição de classe camponesa enquanto identidade de projeto. Para isso, os referenciais dessa identidade são fundamentais. Como defende Carvalho:

A diversidade de formas e de inserções dos camponeses no Brasil não é obstáculo para a formação de classe do campesinato, desde que alguns referenciais como a autonomia relativa do campesinato perante o capital e a presença do trabalho exclusivamente familiar permeie as ações táticas a

partir de estratégias de ação que neguem o modo de produção capitalista no âmbito das concepções orgânicas dos movimentos e organizações sociais camponesas (CARVALHO, 2010, p. 5, nota de rodapé).

Verifica-se assim a complexidade da relação conflituosa entre campesinato e capital em um contexto em que a expansão do capital se dá sob a modalidade de políticas neoliberais e assumem um caráter de hegemonia sob as mais diferentes formas de sociabilidade. Ainda que esse não seja um processo recente - posto que é inerente à lógica do capital - sua radicalidade no tempo presente faz com que o mercado passe a ser a forma fundamental e também a limitação básica da sociabilidade humana. Nessa fórmula a mercantilização assume papel fundante do modo ser do humano, exacerbando o fetichismo da mercadoria (MARX, 1987).

Conforme se pode verificar, não há, portanto, um automatismo ou uma linearidade nem no domínio estatal pelo capital, nem na posição camponesa perante sua relação conflituosa com o capital. Seja na política, na economia ou em ambas, as formas contraditórias e combinadas de desenvolvimento capitalista se efetivam carregadas de antagonismos, o que refletira – também não automaticamente – nos comportamentos práticos dos agentes sociais. Ainda conforme Carvalho

no afã de encontrar saídas para a baixa renda agrícola média que obtém, tende a incorporar as novas tecnologias que lhe são oferecidas pelas próprias empresas capitalistas e ou induzidas pela maior parte dos programas governamentais de estímulo à denominada agricultura familiar, mergulhando dessa maneira numa nova relação social de dependência (outro cativo). (...) produtores de „commodities” para as grandes empresas do agronegócio. (...) uma aceitação acrítica da divisão social do trabalho da qual são parte. Tudo leva a crer que está ausente, em suas concepções de mundo, uma outra utopia que lhes emulem política e ideologicamente para a construção da sua autonomia relativa perante o capital, necessária e indispensável para que os camponeses desencadeiem massivamente uma reprodução social crítica e superadora da subalternidade perante o capital agrário (CARVALHO, 2011, p. 10).

Tendo em vista a dinâmica contraditória dessa relação, seria importante então identificar claramente as contradições em processo. Assim é que Carvalho vai identificá-las como secundárias e principais. Tendo em vista a totalidade social contraditória, verifica-se que

A contradição entre as empresas capitalistas do agronegócio e o campesinato não se dá no interior do processo de trabalho, tal como se verifica com a relação social de assalariamento na empresa capitalista. Há contradições entre a burguesia agrária (esta associada a frações da burguesia bancária, industrial e comercial) e o campesinato pela efetiva transferência de renda da unidade de produção camponesa para as empresas do agronegócio durante as relações comerciais; pelo processo de exploração dos camponeses pelos burgueses quando se efetuam contratos de produção entre eles (integração); e pelo processo de arrendamento de terras camponesas pelas empresas capitalistas.

Essas contradições são por mim consideradas como secundárias e tendem, com maior ou menor intensidade, para a exploração e subalternidade dos camponeses pelo capital (CARVALHO, 2010, p. 5).

Mas a contradição fundamental é aquela que se dá em torno da propriedade da terra:

que a contradição principal entre o campesinato e a burguesia agrária reside na possibilidade efetiva da perda da terra pelos camponeses devido à pressão econômica, política e ideológica exercida - com maior ou menor grau de violência física, pelas grandes empresas capitalistas no campo sobre a terra e territórios camponeses (CARVALHO, 2010, p. 6).

Ou seja, a contradição fundamental é aquela que ameaça a própria reprodução da condição camponesa, já que, sem a terra, a alternativa aos sujeitos sociais dela privados seria a proletarização.

Observamos ainda que Carvalho (2010; 2011; 2012) discute a condição camponesa sob o ponto de vista de classe e, simultaneamente, a partir da categoria modo de produção. Essa seja uma postura de considerar o campesinato como um modo de produção, porém, não é unânime, sendo questionada até por autores que concordam com Carvalho que a contradição básica entre capital e campesinato gira em torno da propriedade da terra. Armando Bartra Vergés, por exemplo, defende que não se pode entender a formação social como articulação de dois ou mais modos de produção, como se depreende da abordagem desenvolvida por Carvalho e também daquela já anteriormente exposta de Gorender (2013). Para Bartra-Vergés (2011, pp. 3-4):

verificamos que a teoria de uma formação social não pode ser a teoria da articulação de dois ou mais modos de produção. Um deles sendo o dominante. Em uma formação social unitária, a lei econômica básica que preside sua reprodução é somente uma e, dessa forma, o que diferencia uma formação social capitalista de outra são exclusivamente as mediações específicas por meio das quais opera sua lei econômica básica.

E continua:

O que frequentemente considerados “modos de produção subordinados ao capitalismo dominante” não são mais que relações socioeconômicas (formas de produção ou circulação, relações jurídicas, políticas ou ideológicas etc.) excêntricas, ou seja, em si Mesmas não capitalistas e que, no entanto, se reproduzem por meio da operação do modo de produção capitalista (BARTRA-VERGÉS, 2011, p. 4).

Sendo assim, as relações não capitalistas seriam resultado do próprio capitalismo, existindo tão somente porque o capitalismo as reproduz (BARTRA-VERGÉS, 2011). Tal análise leva o autor a concluir a produção camponesa é produto da reprodução capitalista, estando, por isso, submetida á lei econômica básica de valorização do capital. Assim,

o processo de trabalho camponês somente se constitui em um processo de valorização por meio de uma série de mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista (BARTRA-VERGÉS, 2011, p. 13).

Porém, essa relação da produção camponesa com a valorização do capital se dá de uma forma em que se estabelece uma relação desigual, pois,

o camponês é aquele produtor que, como regra geral, cede sua mercadoria por um preço de mercado inferior ao seu valor e ao seu preço de produção porque, diferentemente do capital, não pode deixar de vender pelo simples fato de não obter lucros. Além disso, ele não se encontra em condições de passar para outro ramo da economia, pois seus meios de produção não adquiriram a ‘forma livre do capital’ (BARTRA-VERGÉS, 2011, p. 19).

Estão dadas as condições para a exploração capitalista do campesinato que, como já afirmamos, diferencia-se daquela relação estabelecida entre o capital e o proletário em que se dá a extração de mais-valia. Sintetizando a relação camponês-capital, Bartra-Vergés afirma:

Em suma, o intercâmbio desigual existente entre a produção camponesa e o capital manifesta-se na medida em que o camponês como comprador e como vendedor realiza intercâmbios em condição que nenhuma empresa capitalista realizaria. A origem dessa particularidade encontra-se no fato de que o camponês como produtor não pode condicionar seus intercâmbios à obtenção de lucros, pois seu processo de trabalho é condição de sua subsistência e porque seus meios de produção não adquiriram a “forma livre do capital”. A base da desproporção quantitativa do intercâmbio encontra-se na diferença qualitativa dos processos de produção (BARTRA-VERGÉS, 2011, p. 21).

Essa relação se dá, portanto, não entre modos de produção distintos, defende Bartra-Vergés (2011, p. 5), mas enquanto luta de classes que são ao mesmo tempo constituídas pela operação de um modo de produção e constituintes (ou dissolventes) desse mesmo modo de produção. É preciso considerar que toda

a contribuição ao debate trazida por Vergés se contrapõe às definições de campesinato enquanto modo de produção aqui desenvolvidas a partir de Carvalho (2010, 2011, 2012) e Gorender (2013). Mas é justamente Carvalho quem contribuirá para o encaminhamento dessa conceituação.

Mais do que a mera definição do campesinato como modo de produção, Carvalho (2012) caracteriza-o como *modo de produção e como classe*. Para isso ele remete a Marx, para quem “no processo de expansão e acumulação capitalista o camponês, e as outras formas de produção pré-capitalistas, seriam eliminados, tendendo a economia para uma homogeneização na forma de produzir determinada pelo modo de produção capitalista” (CARVALHO, 2012, p. 10). Isso demonstraria algumas das limitações da unidade camponesa que a caracterizariam como um modo de produção diferenciado em relação ao capital, ainda que por esse recriado ou a ele resistindo. O entendimento de Carvalho procura, assim, identificar a dinâmica contraditória que marca as relações concretas entre campesinato e capitalismo. Sem dúvida, uma contribuição que leva em consideração o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista.

Carvalho identifica, portanto, as limitações da unidade de produção camponesa:

É minha compreensão que essas limitações estavam e ainda estão determinadas por três grandes conjuntos de características:

- a) primeiro, a propriedade parcelada camponesa não obedece às mesmas leis do desenvolvimento das forças produtivas que aquelas que movem a contradição capital-trabalho na unidade de produção capitalista, cuja centralidade é o lucro. Portanto, nessa perspectiva, e no contexto das sociedades ainda marcadas pelas limitações senhoriais, ao não existir a contradição interna de classes na unidade de produção camponesa, cuja centralidade é a reprodução social da família, as mudanças [no sentido de estabelecer relações de exploração] não poderiam evidentemente ocorrer;
- b) segundo, as mudanças prováveis na dinâmica interna da unidade de produção camponesa estavam, antes da dominação-hegemonia do modo de produção capitalista, sujeitas àquelas mudanças que eram ocasionalmente induzidas do exterior, no caso pela comunidade rural, pelos intercâmbios comerciais, entre outros, mas na maior parte das vezes estrangidas pela concepção de mundo do senso comum das comunidades rurais;
- c) terceiro, nas formações econômicas e sociais sob a dominação do modo de produção capitalista a inovação tecnológica nas unidades de produção camponesas, entre os diversos fatores do desenvolvimento das forças produtivas, é determinada pela conjugação das forças econômicas dos

mercados, das políticas públicas governamentais para a agricultura, amplo senso, e da ideologia dominante relacionada com o progresso técnico. Portanto, é preponderantemente determinado a partir do exterior, ou seja, do ambiente externo da unidade camponesa (CARVALHO, 2012, p. 16).

Se essa dinâmica aponta para uma situação de resistência camponesa ao avanço do capitalismo, ela não deve ser desarticulada de uma perspectiva de projeto que se manifesta através “avanço da geração de tecnologias alternativas ao padrão tecnológico dominante, como a agricultura orgânica, a permacultura, a biodinâmica e a agroecologia, [e] se afirma com maior frequência e alcance as relações de coevolução entre o homem e natureza” (CARVALHO, 2012, p. 18).

Ressaltando a capacidade de resistência camponesa, Carvalho fundamenta seu entendimento do modo de produção camponês em Tepicht, para quem

o modo de produção camponês, tal como nos o compreendemos aqui, não é gerador de uma formação (social) particular, ele se incrusta numa série de formações, se adapta, interioriza à sua maneira as leis econômicas de cada um deles e, ao mesmo tempo, mais ou menos, deixa em cada um deles a sua marca. É aqui que reside, no nosso entender, o segredo da surpreendente longevidade que inspira as predições sobre a sua perenidade. A maior parte dos marxistas predizia, ao contrário, uma decomposição rápida (TEPICHT: apud. CARVALHO, 2012, p. 35).

Estamos, então, diante de uma relação conflituosa entre diferentes modos de produção que não deixa de se articular a uma também conflituosa relação entre classes sociais. Na dinâmica de classes, o campesinato é capaz de aproximar-se do proletariado em suas lutas e apontar em direção á superação do domínio da burguesia. É o que ele afirma

quando ele não apenas resiste, mas se afirma como camponês pela construção da sua autonomia e a negação do modo de produção capitalista como práxis social dominante, acentuando que é um modo de produção que deve ser superado e, para tanto, se alia com o proletariado para combater a burguesia como classe social que domina e comanda esse processo geral de destruição da vida, nesse processo político se instaura a contradição de classe entre o campesinato e a burguesia. Então, nessa luta concreta de classes, o campesinato se comporta econômica, política e ideologicamente como classe social em confronto com a burguesia (CARVALHO, 2012, p. 37).

E dialeticamente essa relação conflituosa aponta para a possibilidade de sua superação a partir de um papel revolucionário a ser desempenhado pelo campesinato. Em síntese e considerando as dinâmicas contraditórias em jogo,

é possível sugerir que a afirmação da autonomia relativa do campesinato contemporâneo perante o capital constituiria uma 'negação da negação' da racionalidade capitalista no campo (e do capitalismo amplo senso). A lógica camponesa nega quem lhe nega, ou seja, nega a reprodução ampliada do capital que na sua dinâmica reprodutiva nega o campesinato. No entanto, é insuficiente a negação da negação sem que dela se alcance a superação da negação do capitalismo no campo. É fundamental, portanto, que se afirme a racionalidade camponesa que tem como centralidade a reprodução social da família (negando a lógica do capital que se baseia no lucro). Uma reprodução social da família camponesa que se caracteriza por hábitos de trabalho e por hábitos de consumo, ambos influenciados não apenas pelos costumes, mas, pressionados pelos valores da hegemonia capitalista e pelos comportamentos dos mercados. Hábitos camponeses influenciados e pressionados pela racionalidade capitalista, mas não necessariamente por ela determinados. O que significa dizer que o campesinato contemporâneo, ainda que inserido numa formação econômica e social dominada e hegemônica pelo modo de produção capitalista (e a superestrutura que lhe é dialeticamente inerente), constrói na sua prática de resistência social uma reprodução social que lhe permite afirmar uma outra racionalidade que não aquela dominante: a racionalidade camponesa contemporânea que proporciona condições efetivas para se construir e usufruir de uma autonomia relativa perante o capital. É autonomia relativa devido ao fato de que parcela dos insumos a serem utilizados pelos camponeses --- como a motomecanização e outros implementos de origem industrial, tanto para a produção direta no campo como para o possível beneficiamento e ou agroindustrialização de seus produtos, e a venda de parte de seus produtos nos mercados mais amplos que o local, se realiza pelas relações comerciais com as grandes empresas capitalistas do agronegócio (CARVALHO, 2010, p. 7).

Encontramo-nos, então, diante de relações que incorporam conflitos entre distintos modos de produção e distintas classes sociais. Quando tratamos das diferentes formas de relação sociedade e natureza, consideramos estar diante de um conflito entre distintos modos de produção. Por sua vez, por conta da relação de expropriação da renda da terra camponesa pelo capital, estamos diante de um conflito de classe. A essa modalidade de conflito em que dinâmicas socioambientais produtivas se articulam a relações sociais estaremos identificando como conflito territorial. Para isso, precisaremos avançar um pouco mais.

4.2- TRABALHO, MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE: O TERRITÓRIO

Na busca de entender o conflito territorial de maneira mais integrada verificamos a necessidade de discutir a categoria trabalho de forma vinculada à ideia de modo de apropriação para, na sequência, desenvolvermos o conceito de território. Ao final estaremos identificando território como uma forma específica de apropriação

Para isso, referimo-nos ao trabalho como relação genérica entre humanidade e natureza. Assim, em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a humanidade é parte da natureza e, por conta disso, como os demais seres vivos possui necessidades que precisam ser satisfeitas em uma relação metabólica com o entorno natural (MARX, 1996). No entanto, de uma forma que se diferenciará da relação dos demais seres vivos com seu entorno, a humanidade crescentemente interporá entre seu corpo e o entorno natural mediações técnicas (FOLADORI, 2001). Se é verdade que alguns seres vivos também se relacionam com a natureza também se utilizando de mediações, serão os humanos aqueles que terão a capacidade de uma dupla mediação. Ou seja, na sua relação com a natureza, a humanidade interpõe mediações técnicas que denominamos genericamente de ferramentas, o que também chega a ser feito por alguns outros seres vivos; no entanto, a humanidade tem a capacidade de produzir ferramentas que serão usadas para produzir outras ferramentas caracterizando uma dupla mediação.

É preciso enfatizar que essa relação entre humanidade e natureza é fundamentalmente uma relação dialética onde uma parte – a humanidade – se distancia do todo – a natureza – com o objetivo de transformá-la através de mediação para que possa satisfazer necessidades naturais/materiais. Por conta disso e na trilha de Marx podemos afirmar que entre humanidade e natureza há uma relação metabólica, esta entendida como processo de troca orgânica entre os entes envolvidos. Nesse processo a humanidade transforma a natureza tendo em vista uma determinada teleologia expressa na satisfação de determinada necessidade natural; mas ao se desenrolar essa relação, a humanidade tem que conhecer a natureza a ser transformada, de forma que nessa processualidade também a humanidade acaba transformada. Além disso, por conta das múltiplas mediações que vão sendo construídas pela humanidade, também as necessidades vão se diferenciando no decorrer do tempo, fazendo com essa relação humanidade e natureza seja um processo cumulativo, no que também se diferencia dos demais seres vivos que satisfazem suas necessidades de maneira cíclica e atendendo a uma determinação genética (LESSA, 2012).

Toda essa dinâmica implica na elaboração de um conhecimento por parte da humanidade. Esse conhecimento, por sua vez deve ser articulado em um código linguístico para que possa ser inteligível até mesmo para quem o criou. Ou seja, só é possível um pensamento reflexivo a partir da linguagem, o que pode ser percebido no amadurecimento individual humano quando a criança se torna apta a pensamentos mais elaborados à medida que amplia seu domínio da linguagem. Por sua vez, essa linguagem só é possível se se considera que os seres humanos estabelecem relações necessárias entre si, afinal, não teria sentido estabelecer um código linguístico se não houvesse com quem se comunicar. Assim, no processo de relação com a natureza deve-se considerar que o trabalho – o conteúdo a ser comunicado – nasce juntamente com a linguagem – o meio de comunicação. Sendo assim, o trabalho humano é essencialmente uma relação social. Isso nos leva a acrescentar àquela relação metabólica da humanidade com a natureza a relação da humanidade consigo mesma.

Porém, se a linguagem é fundamental para a prévia ideação, há que se salientar que a mera representação simbólica não garante por si só a satisfação da necessidade. Ou seja, a prévia ideação precisa ser objetivada praticamente para que o processo de trabalho – e a satisfação da necessidade – aconteça efetivamente. Se por um lado essa colocação revela uma aparente limitação da linguagem ou da dimensão simbólica, por outro é preciso reconhecer que o código simbólico não se esgota em si mesmo no sentido de sua utilização pelo agente do trabalho. Mais do que isso, a dimensão simbólica extrapola-se em direção ao outro humano, já que o trabalho não se limita à aplicação da técnica, mas implica necessariamente em relações sociais. A relação metabólica entre sociedade e natureza é, portanto, contraditória e articuladamente material e imaterial, além de desenvolver-se socialmente. Sendo verdade que a materialidade das necessidades e também a materialidade de suas satisfações no trabalho objetivado nos levam a concentrar nosso entendimento das condições materiais, isso não nos pode impedir de considerar que, sem a dimensão simbólica, o processo material não seria possível. Daí nossa preocupação em defender essa dupla dimensão do

trabalho: material e imaterial, ou seja, enquanto relações técnica e relações sociais.

Como relação genérica do ser humano com a natureza, o processo de trabalho se constituirá como uma troca metabólica. É o que indica Marx (1996, p. 297):

o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Reforçando a importância da teleologia dessa relação estabelecida entre humanidade e natureza pelo trabalho Marx (1996, p. 298) afirma que o ser humano

não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Nessa relação, a técnica é entendida como a materialização de uma determinada mediação entre humanidade e natureza. Para Marx (1996, p. 300), “no processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio”, sendo que em outra oportunidade o próprio Marx afirmará que o que distingue as diferentes épocas históricas será menos o que é produzido, mas sim a forma em que se dá a produção. O processo de trabalho possui, portanto, diversos componentes articulados à motivação para a satisfação de uma necessidade material. Satisfeita tal necessidade, por sua vez, a própria satisfação da mesma, bem como o próprio devir histórico, engendrarão outras necessidades a serem satisfeitas através do processo de trabalho.

A dinâmica de necessidade-satisfação de necessidade, porém, não se dá de uma forma cíclica - como em um eterno retorno comum aos animais que buscam sempre as mesmas e repetidas formas de satisfação de suas necessidades -, mas, resolve-se de diferentes formas no decorrer da história, já que o dinamismo modifica tanto as necessidades quanto a sua forma de satisfação. Assim, ainda que seja possível entender o processo de trabalho enquanto uma genérica relação sociedade-natureza que fundamenta o ser social, é preciso enfatizar que o mesmo não se dá em um plano abstrato, mas na concretude histórico espacial (LESSA e TONET, 2004).

No mundo concreto de homens e mulheres o trabalho possui, portanto, uma dimensão técnica que é dialeticamente articulada a uma dimensão social. Sendo assim, ao mesmo tempo em que é uma relação sociedade-natureza, também o é uma relação sociedade-sociedade, entendida como grupos e classes sociais que se relacionam. Nesse sentido Foladori chama a atenção para o conjunto das relações ecológicas que se dão para os seres vivos em três níveis: “relações com o meio abiótico, relações com outras espécies vivas, relações com congêneres” (FOLADORI, 2001, p. 63). O que, no caso dos seres humanos, se dá na forma de enfrentamento de contradições:

A espécie humana, como os demais seres vivos, deve enfrentar a contradição com o meio abiótico, com as demais espécies vivas e com os seus semelhantes. A forma de superar a primeira contradição é por meio do trabalho. Ao produzir, consegue incorporar às suas necessidades parte do mundo abiótico e dos demais seres vivos. A segunda contradição se supera reproduzindo as outras espécies, ou submetendo-as a determinadas condições de vida. A forma de superar a terceira contradição é mediante a associação consciente (FOLADORI, 2001, p. 64).

E ele ainda conclui: “claro que cada uma dessas superações significa, simultaneamente, novas dificuldades e contradições” (FOLADORI, 2001, p. 64).

Enquanto o estudo técnico da relação sociedade-natureza se concentra na análise das forças produtivas, a análise da relação sociedade-natureza-

sociedade incorpora o entendimento das relações sociais de produção. O conjunto de forças produtivas e relações sociais de produção configura-se como um modo de produção. É importante frisar que entre forças produtivas e relações sociais de produção há uma relação dialética assim definida por Marx:

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social (MARX, 1996, p. 65).

Tratando dessa relação entre a sociedade consigo mesma e com a natureza, Dussel apresenta-nos uma contribuição importante ao entender a categoria trabalho como *modo de apropriação*. Segundo Dussel (2012), Marx desenvolve nos Grundrisse a ideia de “modo de apropriação” como determinações abstratas essenciais daquela relação entre sociedade e natureza. Assim, e articulando os níveis abstrato e concreto, ele afirma que “o modo de produção é o momento material do momento formal econômico ou o modo de apropriação” (DUSSEL, 1991, p. 229). Dessa forma é que Dussel elabora um esquema das determinações abstratas e relações essenciais dos modos de apropriação. Note-se que, por refletir o necessário metabolismo socioambiental, ele pode ser abstratamente aplicado a qualquer tempo e espaço.

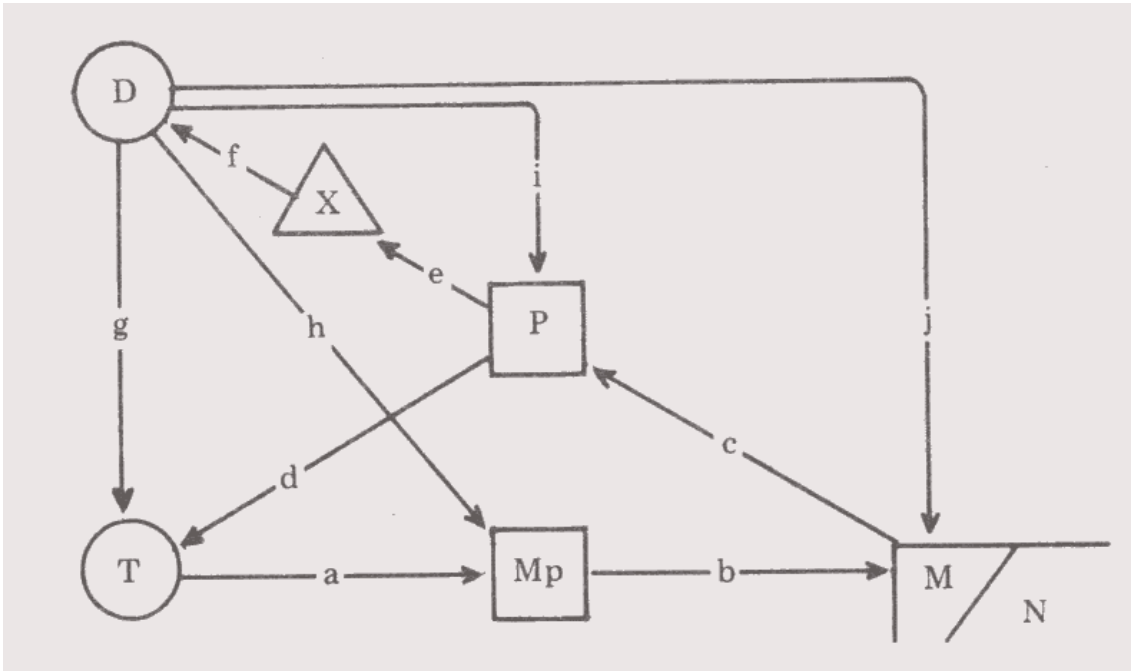


Figura 4 (DUSSEL, 1991, p. 229).

Tal esquema deve ser assim esclarecido:

. T: el que Trabaja; Mp: Medios de producción (menos materia); N: Naturaleza; P: Producto; D: Dominador en La relación; X: lo que se apropia el Dominador (excedente). Flechas: a: uso del Mp; b: trabajo sobre M; c: producción de P; d: tipo de posesión o no de P; e: extracción o no de un excedente de P; f: tipo de relación de D sobre X; g: tipo de relación práctica sobre T; h: tipo de relación o no de D sobre Mp; i: tipo de relación o no de D sobre P; j: tipo de relación o no de D sobre M o N. En círculo los agentes prácticos; en cuadrado los momentos materiales o productivos; en triángulo el momento formalmente económico (práctico-productivo). M: matéria. (DUSSEL, 1991, p. 229-230)

Devem ainda ser identificados os sujeitos e processos:

- A. El sujeto de trabajo (T en el esquema 22). Como sujeto principal de todo “modo de producción” está el trabajador (no importa si es esclavo, siervo, proletario, etc.).
- B. El sujeto de apropiación (D). El dominador o el que controla el “modo de producción”, subsumido en un “modo de apropiación”, no importa si es el propietario de esclavos, señor feudal, encomendero o dueño de hacienda, o capitalista.
- C. El medio de producción (Mp, excluyendo aquí la matéria trabajada), tanto un martillo como una máquina o uma fábrica.
- D. La matéria trabajada (M). El trabajo o acto productivo constituye a la naturaleza (N) en “matéria” de trabajo. El a priori es el sujeto humano laborante; la matéria aparece desde y por el sujeto como un acto segundo.⁸
- E. El producto u objeto producido (P), sea cual fuere – desde el paleolítico hasta la edad atómica.
- F. El excedente (X). En ciertos casos son idénticos el producto al “excedente” (X igual a P), como en el esclavismo. Em el capitalismo el plusvalor es X (DUSSEL, 1991, p. 230).

Esse esquema nos permite o entendimento das relações:

- a. Uso o tipo de posesión o no del medio de producción. El sujeto del trabajo (T) tiene un cierto tipo de relación com sus instrumentos.
- b. Trabajo o utilización de los medios de producción sobre la naturaleza (M/N). La actualidad misma del trabajo.
- c. Transformación de la materia en un producto. Valorización del producto, el cambio de forma objetiva un nuevo valor.
- d. Apropiación o no de la totalidad o parte del producto por parte del sujeto productor. En la autoproducción y autoconsumo el círculo "producción-consumo" se cierra sin pasar por la distribución y el intercambio.
- e. Del producto se extrae un excedente o no.
- f. Apropiación del excedente por parte del sujeto de La riqueza (en el autoconsumo d es f).
- g. Tipo de relación práctica (ética o política). El sujeto de trabajo y el sujeto de apropiación tienen ciertos tipos prácticos de relación (como origen: p.ej. conquista; como permanência del control y dominación: p.ej. coacción policial) (DUSSEL, 1991, p. 230-1).

O modo de apropriação, porém, não dá em um plano abstrato: ele acontece como uma processualidade concreta em uma determinada porção do espaço e do tempo, sendo, portanto, geográfica e historicamente localizável e articula as dimensões material e imaterial. Sendo assim, será preciso explicitar o que entendemos por tempo e espaço para que possamos avançar em nossa reflexão.

Por tempo estaremos identificando aquela sucessão dialeticamente contínua e descontínua dos múltiplos instantes em um dado espaço. Assim, o tempo configura-se como temporalidade que se vai constituindo de instantes em sequência - ainda que possam ocorrer rupturas, continuidades e avanços - e que possui uma determinada inexorabilidade direcional, ou seja, não é possível fazer a seta do tempo regredir. Em determinado(s) espaço(s) pode-se perceber a temporalidade, ou o passar do tempo acontecendo. Por espaço estamos identificando aquela coexistência dialeticamente contínua e descontínua dos múltiplos locais existentes em um determinado tempo, ou seja, os múltiplos lugares que compartilham de uma simultaneidade temporal e podem estabelecer relações entre si. O espaço se identifica com o tempo das coexistências (SAQUET, 2011). Assim, não é possível entender tempo e espaço em separados, mas dialeticamente articulados em múltiplas escalas. E,

mais ainda, por serem relacionais e dinâmicos, não podem ser compreendidos como algo dado, mas sim na processualidade, ou seja, como temporalidades e espacialidades.

Graficamente podemos representar o eixo das temporalidades como uma seta horizontal, ao passo que o eixo das espacialidades se dá na direção vertical:



Figura 5

Como são múltiplas as espacialidades e as temporalidades, devemos representá-las como um conjunto de retas que se cortam.

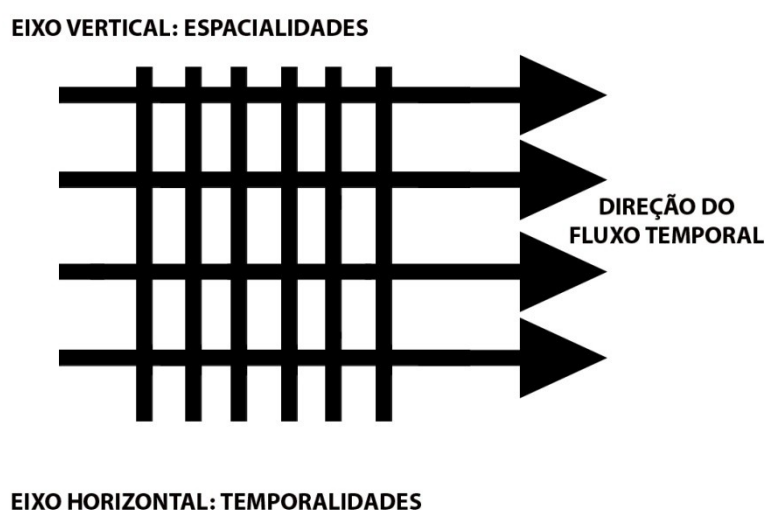


Figura 6

É preciso destacar ainda que a temporalidade e a espacialidade, tal como as estudamos aqui, se articulam a uma determinada sociabilidade humana e sua relação com a natureza, de forma que temos uma totalidade relacional que articula dialeticamente: humanidade, natureza, tempo e espaço. *Dessa forma devemos localizar espaço e temporalmente o modo de apropriação, o que nos leva a entendê-lo não mais abstratamente, mas sim concretamente como território.* O eixo do tempo nos revela que determinado território possui uma processualidade temporal, ou seja, uma história. Nessa história, o tempo presente representa a articulação de um passado, que identificamos como uma trajetória até então e de um futuro, que pode ser definido como um projeto do que virá a ser. Assim, a localização concreta do modo de apropriação no presente temporal não é estática, pois, nos revela a sua processualidade histórica. Por sua vez, o eixo do espaço nos revela que o território estabelece relações com outros territórios naquele determinado momento. Ou seja, os diferentes territórios existentes naquele momento se relacionam uns com os outros.

Enfim, esse modo de apropriação localizado espacial e temporalmente além de relacionado a outros modos de apropriação no espaço das coexistências e consigo mesmo em uma processualidade temporal é o que definimos como território. Sendo processual, podemos também identificá-lo como territorialidade que se constrói permanentemente. Graficamente podemos assim representar sinteticamente o que entendemos como território:

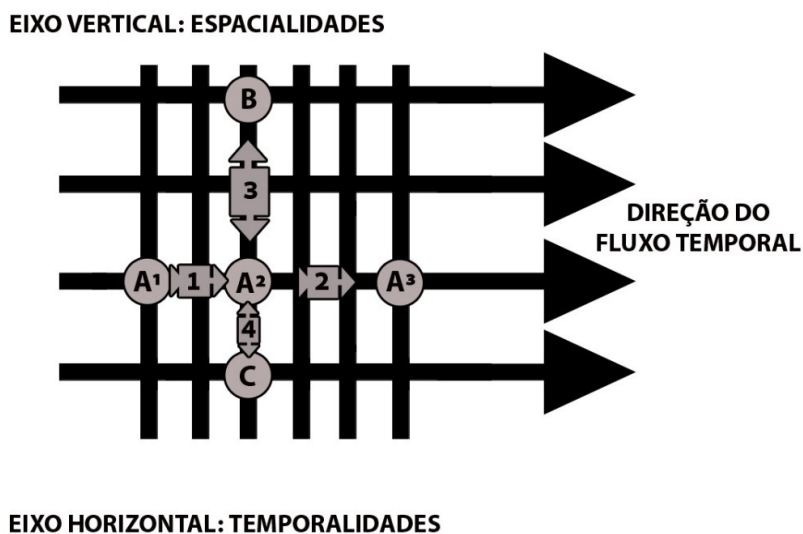


Figura 7

Onde A^2 representa o território como modo de apropriação localizado por uma coordenada nos eixos espacial e temporal. No eixo temporal, esse território A^2 relaciona-se (1) com sua trajetória em um tempo passado (A^1) e com seu projeto de vir a ser no futuro (A^3) na relação “2”. Por sua vez, no eixo espacial, o território A^2 se coexiste e se relaciona com os territórios B e C, nas relações “3” e “4”, respectivamente. Lembrando que a representação gráfica não é capaz de reproduzir a complexidade e as contradições que o processo contraditório da totalidade espaço-tempo-social é portadora, temos, então um conceito de território que articula o tempo enquanto devir, o espaço enquanto resultado da relação da sociedade consigo mesma e com natureza através do trabalho e da técnica.

Dialeticamente, o território deve ser entendido como uma totalidade relacional e não como mera parte da totalidade espaço-tempo-social que, por sua vez, é um complexo de totalidades. Sua capacidade de representar a realidade concreta decorre não de uma perspectiva que fragmenta a totalidade para depois tentar entendê-la como um ajuntamento de partes, mas sim devido sua potencialidade de fornecer uma mediação do conhecimento da totalidade espaço-tempo-social. Ou seja, objetiva-se um conhecimento teórico do território

enquanto totalidade sem com isso desarticulá-lo do complexo de totalidades que configuram a realidade espaço-tempo-social.

Por conta das implicações territoriais, é importante destacar que, ao analisar a concretude da relação sociedade-natureza enquanto modo de produção, considere-se como elemento fundamental para a dialética da relação forças produtivas e relações sociais de produção aquelas relações de propriedade dos meios de produção que se estabelecem na dinâmica social. É o que afirma Lange quando destaca que

o modo de produção constitui um todo internamente equilibrado, no qual as relações de produção e sobretudo seu fundamento – a propriedade dos meios de produção – estão adaptadas às exigências de um dado momento do desenvolvimento das forças produtivas sociais (LANGE, 1976, p. 29).

Onde um determinado grupo ou classe social apropria-se de parte da natureza e/ou das ferramentas que possibilitem o processo de trabalho, estabelecem-se relações sociais específicas que, por sua vez, articulam-se diretamente com a questão do controle do excedente. É esse controle do excedente por parte da sociedade que estará na raiz da disputa hegemônica por grupos e classes sociais dentro de um modo de produção, configurando-se como contradição de classe e luta social. Considerando que o campesinato controla a propriedade da terra podemos entender sua relação com o capital como um conflito de modos de produção. Porém, ao verificarmos que há uma expropriação da renda camponesa produzida naquela propriedade pelo capital, estamos diante de um conflito de classes sociais.

Sintetizando essa colocação sobre as relações de propriedade/apropriação, Foladori afirma que o processo de trabalho

está condicionado por uma pré-distribuição de seus meios e objetos de trabalho. (...) De maneira que, em qualquer momento, uma sociedade não produz somente segundo o nível de desenvolvimento tecnológico que herdou das gerações passadas (e que, eventualmente pode melhorar), mas também segundo a forma de distribuição dos meios e objetos de trabalho (FOLADORI, 2001, p. 75).

Os diferentes modos de apropriação constituíram-se histórica e espacialmente – se formaram, atingiram seu auge e declinaram – através de uma processualidade marcada pelas contradições globais e em especial aquelas

fundantes relacionadas justamente à apropriação do excedente. Na concretude da formação sócio-espaco-temporal há uma articulação entre fatores objetivos e fatores subjetivos. Enquanto os elementos objetivos estabelecem limites e possibilidades, os fatores subjetivos se constituem como os que podem tanto se acomodar aos limites, quanto forçar sua superação, e ainda como aqueles que podem se aproveitar (ou não), para construir (ou não) as possibilidades.

Daí que não há uma teleologia no processo histórico que justifique uma visão desenvolvimentista linear, tendo em vista que a luta de classes configura-se como motor do desenrolar dos modos de produção (MARX e ENGELS, 1997). Condições objetivas de mudança e posturas subjetivas – de classe, diga-se de passagem – constituirão os fundamentos do devir sócio-histórico-espacial.

Por hora é necessário enfatizar que também dialeticamente a processualidade do território não pode ser vista com que dada sob um tempo absoluto – ainda que inexorável em direção ao futuro -, mas fundamentalmente como um tempo social. Assim é que esse tempo social não se constitui como um ajuntamento de instantes organizadamente sucessivos ou desorganizadamente desarticulados, mas sim como processualidade em que há articulações, acelerações, lentidões e rupturas. O tempo relacionado ao conceito de território que propomos não é um mero tempo absoluto/natural, mas um tempo humano. Se o tempo não é absoluto, também o espaço a ele dialeticamente articulado não pode sê-lo. Como já afirmamos acima, o espaço da forma que entendemos também é um espaço humano tendo em vista que é resultado da interação sociedade e natureza através do trabalho.

Essas colocações, porém, não nos permitem cometer o erro de esquecer que os seres humanos são seres naturais: sim, somos a natureza capacitada a dirigir seu olhar consciente e amorosamente sobre si mesma. E isso não se constitui como uma atitude antropocêntrica cuja oposição seria a crença em que haveria um tempo e um espaço absolutos essencialmente naturais e não-humanos. Afinal, tempo e espaço são conceitos e ideias humanos sobre o universo, ou seja, constructos humanos para entender o mundo. Havendo outras consciências capazes de também interpretar o mesmo universo, será

que elas usariam esses mesmos conceitos e ideias? Acreditar nisso sim é que seria o cúmulo do antropocentrismo.

Nesse tempo e espaço, o campesinato relaciona-se contraditoriamente com a burguesia por conta da efetiva disputa em torno do principal meio de produção camponês: a terra. Mas vimos também que a relação também é contraditória posto que a burguesia se apropria da renda da terra camponesa. Estamos, assim, diante de uma contradição principal: a propriedade da terra e outra secundária: a apropriação da renda da terra (CARVALHO, 2012). No primeiro caso temos uma situação que definimos como conflito territorial, já que supõe uma espacialização de um determinado modo de apropriação; no outro estamos diante de um conflito de classe, cuja marca é uma relação de exploração.

Chegamos então na condição de afirmar que as diferentes territorialidades e classes ocupam diferentes lugares na hierarquia social. Na relação entre capital e proletariado, a propriedade dos meios de produção pela burguesia garante-lhe a extração de mais-valia dos trabalhadores assalariados, seja em uma indústria ou no campo, quando o capital se territorializa. Enquanto na relação que o capital estabelece com o campesinato, estamos diante de um conflito classista pela apropriação da riqueza social gerada pelo trabalho camponês em associação com a terra; mas a esse conflito articula-se outro ainda mais fundante da relação entre ambos: a disputa pela posse da terra que coloca sob ameaça a própria condição camponesa ao expropriá-lo espacialmente de seu meio de produção. Enfim, espaço e classe articulando o conflito territorial.

Utilizando-nos apenas graficamente da representação que a Física moderna (HAWKING, 2001), faz do espaço e do tempo, vamos identificar o conflito territorial. Enfatizamos que não pretendemos uma discussão sobre espaço e tempo a partir da física, mas tão somente fazer uso de sua representação gráfica. Apenas devemos considerar que a representação abaixo corresponde a um entendimento do espaço em sua tridimensionalidade – largura X altura X extensão – inseparavelmente articulado à dimensão temporal, ou seja, aquilo

que os físicos designam por espaço-tempo. De acordo com essa representação fundada na Física, corpos de maiores massa tendem a distorcer o espaço-tempo a sua volta, num fenômeno que lembra uma esfera colocada sob um lençol. A massa do corpo ocasiona, portanto, uma curvatura espaço-temporal. Como já afirmamos, não nos interessa perseguir na descrição da física, mas utilizá-la para representar graficamente as dinâmicas territoriais da forma que aqui estamos desenvolvendo, principalmente porque nosso entendimento do tempo e do espaço são, como já defendemos anteriormente, humanos ou sociais. Assim, vamos à representação:

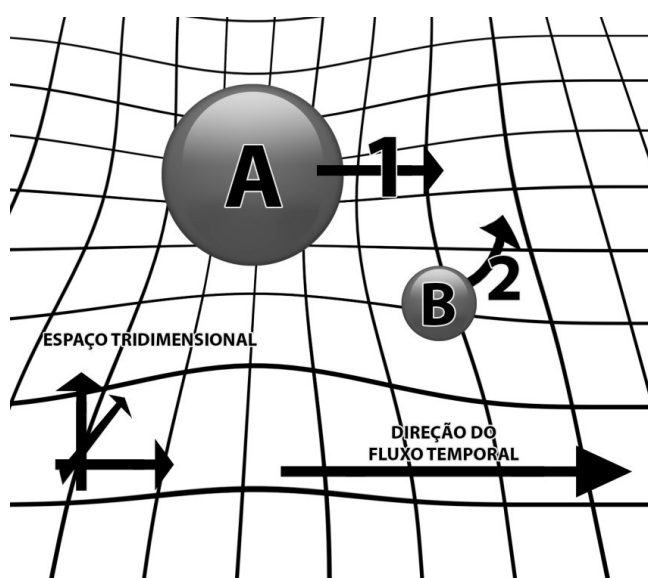


Figura 8

Por “A” identificamos o território hegemônico. No seu interior, no caso do capitalismo, acontecem as relações contraditórias determinantes desse modo de produção, ou seja, a propriedade capitalista dos meios de produção garante que os burgueses extraíam do proletariado a mais-valia. A trajetória-projeto do modo de produção capitalista é indicada pela seta “1”, ou seja, seu devir. O território camponês, por sua vez, é representado pela esfera “B”, onde acontece sua dinâmica reprodutiva a partir da propriedade da terra, seu principal meio de produção. Como território não-hegemônico, porém, sua trajetória-projeto acaba sendo distorcida pela presença do território hegemônico: o capitalismo. E isso se dá tanto pela ameaça decorrente da

possibilidade de expropriação da terra camponesa pelo capital, quanto pela exploração da renda da terra.

No primeiro caso, a esfera do território camponês acabaria sendo incorporada à esfera “A”, quando alguns camponeses poderiam estar se convertendo em capitalistas por conta de sua metamorfose em capitalistas ou ainda por conta de sua proletarização decorrente da perda da terra. No segundo caso, relacionado à expropriação da renda camponesa, estamos diante de situações que podem refletir a dinâmica contraditória do capital que recria o campesinato ou frente aos processos de resistência camponesa. Com relação diretamente à terra, na primeira situação estamos diante daquilo que, como já vimos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) define como territorialização do capital (ao camponês que não se metamorfoseou em capitalista, só restaria a possibilidade de proletarizar-se). Na segunda situação encontramos-nos diante dos processos de monopolização do território pelo capital, ainda que diferentes matizes de integração, resistência ou projeto emancipatório possam estar se desenvolvendo.

Por fim, como se trata de um processo hegemônico pelo capital, não se pode perder de vista a sua insustentabilidade, conforme já discutido nas seções anteriores. Essa insustentabilidade, enfatizamos, vai além dos processos meramente ambientais e não tem uma possibilidade de superação técnica, pois se funda em contradições que, por sua vez, desenvolvem-se enquanto desafio socioambiental. Assim é que a contradição básica que acontece na relação capital-trabalho articula-se às contradições intracapitalistas através da concorrência e da anarquia da produção. A dinâmica criativa-destrutiva das forças produtivas desenrola-se no sentido de possibilitar a determinado capital individual apropriar-se da maior massa possível da mais-valia-social produzida. Ou seja, a contradição capitalista só se dá a partir da disputa pela mais-valia gerada, ela mesma, em um processo que relaciona contraditoriamente capital e trabalho. A dinâmica de crise acompanha o desenrolar dessa relação e é solucionada pelo capital através da combinação de processos expansivos – imperialismo – e destrutivos – cujo exemplo máximo é a guerra.

Ao relacionar-se com o campesinato o capital também o faz de modo contraditório. Ora ele recria a condição camponesa como forma de atualizar os processos de acumulação de capital, já que se funda na expropriação da renda da terra produzida pelo trabalho camponês em sua interação com a terra. Por vezes, porém, o capital destrói o campesinato por conta dos processos expansivos com a perspectiva regulacionistas das crises já indicados (OLIVEIRA, 2009). Se na segunda situação a contradição se apresenta de maneira mais explícita – daí ela ser a principal contradição -, nem por isso a hegemonia do capital sobre o campesinato deixa de ser também contraditória. Isso porque ela artificializa cada vez mais a produção camponesa através de pacotes tecnológicos que garantem um fluxo de rendimentos ao capital produtor de insumos, ao mesmo tempo em que ferem a autonomia camponesa e o saber a ela articulado (OLIVEIRA, 2009). Mais do que isso, a própria transferência da renda camponesa se constitui em uma contradição insolúvel nos marcos da hegemonia capitalista.

Enfim, são os processos contraditórios essenciais do capitalismo – com relação ao proletariado de forma fundante e, com relação ao campesinato de forma secundária – que o caracterizam como uma condição socioambiental insustentável. Daí a ineficácia das soluções meramente técnicas. Por conta disso é que somos levados a discutir as possibilidades de superar a insustentabilidade através da superação do metabolismo do capital, principalmente no que se refere ao campesinato. Por isso, vamos refletir sobre a relação entre camponeses e agroecologia enquanto construção de uma identidade de projeto (CASTELS, 1999).

4.3- TERITÓRIO, IDENTIDADE, CAMPESINATO E AGROECOLOGIA

O território foi por nós definido como a articulação espaço-temporal de um determinado modo de apropriação que, por sua, vez realiza-se enquanto portador de uma trajetória e de um projeto. Com esse entendimento do território aproximamos a categoria trabalho da realidade concreta que é

marcada por relações conflituosas e, justamente por isso, encontra-se em permanente devir. Como também já defendemos, a categoria trabalho articula uma materialidade capaz de satisfazer necessidades materiais no seu metabolismo com a natureza e uma imaterialidade por conta da manipulação teleológica da realidade abstraída na consciência e codificada na linguagem. É justamente essa condição material e imaterial que precisamos aprofundar.

Para isso, vamos retomar a dinâmica espaço-temporal entendida como interação dialética entre o tempo das coexistências - que se identifica com o espaço-, e o tempo histórico compreendido como fluxo. Esses diferentes tempos desenvolvem-se como relação de diacronia sincronia a partir das quais devemos “reconhecer a relação passado-presente-futuro formada por uma miríade de processos dialéticos e superposições-coexistências que denominamos transtemporalidades” (SAQUET, 2011, p. 58). É dessa forma que cada território relaciona-se consigo mesmo e com os demais territórios nos diferentes tempos e espaços. Dialeticamente, porém, é preciso enfatizar que se há uma determinada continuidade dada pelo fluxo temporal, ela não deixa de ser marcada por descontinuidades.

São essas relações temporais e espaciais que vão possibilitar ao território constitui-se como uma dada identidade. De forma que, por identidade territorial estamos entendendo aquela condição em o território se identifica em um fluxo temporal no qual ele se relaciona com seu passado e projeta seu futuro. Estamos diante da história feita sim pelo território, mas em condições que não foram por ele escolhidas. São essas condições que determinarão - ainda que não mecanicamente – as diferentes potencialidades do território. A identidade territorial também se identifica a si mesma por conta das coexistências com os demais territórios. Ou seja, de forma semelhante ao ser humano entendido como ser espelhado, é a partir do outro que o território se identifica, seja através de complementações ou conflitos. Essa identidade, por sua vez, revela-se em uma iconografia, ou numa codificação capaz de prover tanto sua auto-identificação quanto comunicar-se como tal para os demais territórios. A auto-identificação possibilita “a coesão e a possibilidade de resistência e

estabilidade política” (SAQUET, 2011, p. 63) a um território. Lembrando que estamos identificando como conflito territorial aquele que articula contradições de classe e espaciais, a identidade territorial, em termos classistas corresponderia à possibilidade de constituição da classe para si.

A identidade revela-se, portanto, como relacional e toda a comunicação que ela estabelece se dá pela constituição de redes e fluxos que permitem justamente a relação entre territórios. Como afirma Saquet: “interdependência, conexão, relação entre sujeitos, lugares e territórios” (2011, p. 63). Porém, como já salientamos, tais relações se dão em uma hierarquia, donde se constituem como relações de poder. Assim, há “uma rede de relações variáveis, desiguais e multiformes, [onde o poder] é exercido e se constitui, historicamente, na relação” (SAQUET, 2011, p. 64). Distinguindo os modos de apropriação, ou seja, de trabalho camponês e capitalista, bem como a diferença de poder de ambos, Paulino remetendo-se a Raffestin esclarece:

Ainda que tenhamos clareza de que a escala desse trabalho [camponês] é incompatível com a voracidade do capital em sua estratégia de monopolização do território e de territorialização, não perdemos de vista os apontamentos de Raffestin (1993), quando exorta para a compreensão multiescalar do território, ensinando que toda sociedade, ao delimitar um espaço de vivência, no qual se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território (PAULINO, 2008, p. 210).

Articulando condições histórico-espaciais específicas, o território participa de um todo relacional no fluxo temporal e na coexistência espacial que é essencialmente dinâmico. Daí que também sua identidade seja marcada pelo dinamismo de forma que o território seja processualmente identificado como territorialização. Ou seja, o território modifica-se e repõe-se ao longo do tempo, bem como ao estabelecer relações com os demais territórios em diferentes escalas. Na primeira situação – repor-se e modificar-se – articulam-se passado e futuro, trajetórias e projetos; na segunda – coexistir – articulam-se diferentes territórios/territorialidades no presente relacional espacial. Como processualidade há toda uma dinâmica em que o território afirma sua identidade ao mesmo tempo em que dialeticamente a nega, para posteriormente negar a negação. Como dinâmica relacional com os demais territórios/territorialidades também essa processualidade de afirmação-negação

e negação da negação se reproduz. São ainda relações em que cada território se coloca diante do outro com diferentes forças: daí estarmos diante de relações de poder.

Enquanto para a territorialidade dominante coloca-se o desafio de identificar-se permanentemente como força hegemônica, para as territorialidades subalternizadas ou ameaçadas de serem submetidas o horizonte de condições identitárias apresenta as seguintes possibilidades já definidas: legitimação, resistência, projeto (CASTELLS, 1999). Na relação entre campesinato e capitalismo entendida aqui como conflito territorial, tais identidades podem ser observadas.

Como portador de uma identidade legitimadora o campesinato – incluindo suas lideranças – busca um enquadramento no metabolismo do capital. A relação mercantil é assumida como sociabilidade possível e não há horizontes utópicos que apontem para a superação das relações capitalistas. Agricultura familiar, “agronegócio”, pacotes tecnológicos etc. fazem parte do discurso único disseminado pelos setores hegemônicos e incorporados pelo camponês submetido. No fundo, perpassa esse discurso o individualismo burguês sob a forma modernizada do empreendedorismo, onde todos são portadores de alguma forma de capital, ainda que a maioria possua apenas – e, em muitos casos, muito pouco - “capital humano”. Deter uma maior parcela da renda da terra por ele produzida limita a luta econômica dessa identidade.

Já na condição de identidade de resistência o campesinato luta pela manutenção de sua condição mesmo diante das avassaladoras dinâmicas produtivas engendradas pelo capital. A dinâmica do trabalho familiar e a coevolução sociedade-natureza pautam suas ações de forma que ele se constitui como uma forma de trabalho – e, portanto, como um modo de produção – cujo circuito se dá enquanto M-D-M e, portanto, distinto daquele do capital caracterizado do D-M-D'. A luta pela terra ocupa lugar central nessa identidade.

Por serem realidades extremamente complexas, tanto a identidade de legitimação quanto aquela de resistência não podem ser entendidas monoliticamente, mas como portadoras de incoerências e contradições. Aí que elas possam ser encontradas em diferentes matizes na realidade concreta. Mais do que isso, a assunção de uma ou outra identidade não se dá apenas como opção subjetiva da comunidade camponesa, mas sim tendo em vista a articulação entre condições subjetivas e objetivas, sendo que estas podem tanto limitar quanto alargar as possibilidades para os sujeitos envolvidos.

O atual contexto de expansão capitalista no campo aprofunda o paradigma produtivista da Revolução Verde, quando se acentua a tecnificação da agricultura com consequências sociais e ambientais:

globalmente, a Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados (ALTIERI, 2010, p. 23).

É preciso identificar o sujeito desse processo em sua dinâmica global para que não se perca de vista as contradições sociais que ele desencadeia. Ou seja, quem efetivamente está do outro lado e constitui o avesso da sustentabilidade. À frente de toda artificialização da natureza estão as corporações transnacionais agroalimentares que aprofundam cada dia mais a tecnificação decorrente da Revolução Verde ao controlarem oligopolisticamente a produção de fertilizantes e agrotóxicos e, principalmente, assumirem o controle da produção de sementes vinculada a uma erosão genética sem precedentes, tais corporações se constituem uma ameaça à soberania alimentar em termos também globais (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). No momento presente a tecnificação atinge dimensões assustadoras através do uso da biotecnologia que inclui a possibilidade de patenteamento de seres vivos e, coerentemente com a necessidade de velocidade do ciclo de reprodução do capital, com a redução dos ciclos produtivos. Prova disso é a redução do ciclo das culturas e da produção de proteína animal (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Mais do que isso é preciso reforçar que o objetivo da agricultura empresarial é muito diferente daquele ideologicamente elaborado como sua alegada preocupação em “combater a fome no mundo”. Pelo contrário

O paradigma da ‘revolução verde’ e respectiva agricultura industrial se apoia em três princípios, todos para criar dependência e, portanto, custos para o produtor: fertilizantes de síntese química (...), venenos contaminantes da vida e do meio ambiente (agrotóxicos) e as monoculturas que destroem a biodiversidade e, conseqüentemente, os biomas. Ou seja, para gerar novas fontes de reprodução do capital, que é, finalmente, o objetivo dos detentores do controle dessas indústrias, o capital financeiro internacional (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 61).

Voltando à questão das identidades, devemos considerar, porém, que a insustentabilidade do capital a qual cada uma dessas identidades acaba por se relacionar – uma afirmando e outra negando, mas sem apontar para a negação da negação, ou superação das relações capitalistas – é preciso verificar aquela identidade territorial capaz de ser portadora de um projeto que aponte para além do metabolismo do capital. Acreditamos que a agroecologia pode ser essa identidade. Para verificar essa colocação, é preciso caracterizar essa agroecologia entendida como identidade de projeto, tendo em vista que os conceitos podem ser apropriados de maneiras diferenciadas pelos sujeitos sociais de forma a justificar suas práticas.

Também aqui não se pode pretender que exista um posicionamento monolítico da definição de agroecologia. É preciso verificar enfoque e entendimentos variados sobre a agroecologia. Cientes de que a humanidade se propõe desafios que é capaz de enfrentar, a agroecologia responde a diversos desafios do tempo presente. Segundo Altieri, seriam esses os desafios colocados:

a) Um desafio ambiental – considerando que a agricultura é uma atividade causadora de impactos ambientais, decorrentes da substituição de uma vegetação naturalmente adaptada por outra que exige a contenção do processo de sucessão natural, visando ganhos econômicos, o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não-renováveis seja mínima.

b) Um desafio econômico – considerando que a agricultura é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos, produtos de valor comercial tanto maior quanto maior for o valor agregado, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios e que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em

estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto agrícola no mercado interno e/ou externo, garantindo a economicidade da cadeia produtiva e a qualidade do produto.

c) Um desafio social – considerando a capacidade da agricultura de gerar empregos diretos e indiretos e de contribuir para a contenção de fluxos migratórios, que favorecem a urbanização acelerada e desorganizada, esse desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que este disponha de condições dignas de trabalho, com remuneração compatível com sua importância no processo de produção. Considerando o número de famintos no planeta, e particularmente no Brasil, é necessário que a produção agrícola contribua para a segurança alimentar e nutricional. Considerando, ainda, que o contexto social não seja uma externalidade de curto prazo do processo produtivo e, portanto, do desenvolvimento, é necessário construir novos padrões de organização social da produção agrícola por meio da implantação de reforma agrária compatível com as necessidades locais e da geração de novas formas de estruturas produtivas.

d) Um desafio territorial – considerando que a agricultura é potencialmente uma atividade capaz de se integrar a outras atividades rurais, esse desafio consiste em buscar a viabilização de uma efetiva integração agrícola com o espaço rural, por meio da pluriatividade e da multifuncionalidade desses espaços.

e) Um desafio tecnológico – considerando que a agricultura é fortemente dependente de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade, e que muitas das tecnologias, sobretudo aquelas intensivas em capital, são causadoras de impactos ao ambiente, urge que se desenvolvam novos processos produtivos nos quais as tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produtividade (ALTIERI, 2004, pp. 10-11).

Essa longa citação tem o mérito de apontar corretamente os desafios postos na contemporaneidade além de propor alternativas efetivas no sentido da autonomia camponesa, porém, são soluções que não apontam em direção a outra sociabilidade senão aquela do mercado capitalista, como se pode verificar pelas expressões: “valor comercial” e “competitividade”. Por conta disso, é uma definição que acaba por focar a dimensão técnica e passa pela dimensão social de maneira limitada à sociabilidade capitalista.

Isso pode ser verificado quando o enfoque técnico ou ambiental se sobrepõe:

Deste modo, desde uma perspectiva mais agrônoma, a Agroecologia poderia ser definida como sendo a “aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman, 2000) ou, como diz Altieri (1989), “a Agroecologia permite o estudo das atividades agrícolas sob uma perspectiva ecológica” (CAPORAL, 2005, p. 12).

Ainda que a técnica não seja a única preocupação desses autores citados, Altieri define a Agroecologia como uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis (CAPORAL, 2004, p. 21). Ao articular ambiente, cultura, sociedade e economia essa definição parece avançar em direção a um entendimento da totalidade socioambiental. Porém, além de não apontar no sentido de superação do capitalismo, o uso da expressão “recursos naturais”, acaba por refletir uma visão limitada da relação sociedade e natureza. Sem apontar para um horizonte pós-capitalista, tais abordagens da agroecologia acabam por conciliar o manejo equilibrado dos agroecossistemas em um contexto econômico viável. Fica a questão: é possível ao campesinato ser economicamente viável em uma totalidade capitalista marcada pela insustentabilidade, ou seja, cuja viabilidade coloca permanentemente dinâmicas destrutivas? Assim, esse entendimento da agroecologia se restringe aos limites do paradigma do capitalismo agrário.

É preciso, porém, não menosprezar o enfoque holístico proporcionado pela agroecologia, que deve ser considerado um avanço gigantesco em relação à visão da natureza e, conseqüentemente, de práticas agrícolas fundadas no paradigma moderno colonial, para quem a natureza não passa de “recurso” mercantilizável. Além disso, as dinâmicas locais e globais passam a ser configuradas, a partir da adoção do enfoque agroecológico, de um ponto de uma perspectiva local, onde os tempos lentos resistem à rapidez verticalmente imposta pelo capital global. E isso é feito tendo em vista uma racionalidade diferente daquela do capital. Como afirma Leff:

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem

comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a auto-subsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais (2002, p. 37).

Essa preocupação em caracterizar a agroecologia como “reação” aos modelos agrícolas depredadores, também deve passar pelo crivo da dinâmica global do capitalismo. Ou seja, como reação ela acaba por se restringir a uma identidade de resistência sem apontar para a insustentabilidade global que ameaça todo o sistema. Considerando que ela é capaz de propiciar “segurança alimentar” às comunidades rurais – e isso deve ser valorizado -, por outro lado há que se considerar os limites impostos à sobrevivência desse campesinato agroecológico tendo em vista as dinâmicas expansivas do capital. Seria de se retomar – com os devidos cuidados histórico-metodológicos - o que já discutimos com relação à brecha camponesa durante a vigência do escravismo colonial, quando ela tanto garantia uma maior potencialidade alimentar aos escravos, quanto era permanentemente ameaçada pelas conjunturas expansivas do monocultivo exportador.

No tempo presente, não nos encontramos mais sob a hegemonia do escravismo, mas sim diante de um modo de produção que, conforme já defendido aqui em outros momentos, possui uma dinâmica expansiva fundante. Se por um lado a agroecologia assim entendida é capaz de garantir sustentabilidade ao campesinato em suas dinâmicas socioambientais locais, não se pode desconsiderar a força global representada pela insustentabilidade da dinâmica do capital. Essa sim a maior ameaça não só para as comunidades camponesas, mas para a totalidade socioambiental.

Por conta desses limites frente ao questionamento (ou mesmo sua ausência) da totalidade capitalista podemos afirmar que estamos diante de uma “agroecologia de resistência” ou, por mais paradoxal que isso possa ser, confundindo-se agroecologia com agricultura orgânica – o seria uma abordagem meramente técnica da sustentabilidade -, podemos estar diante de uma proposta que mesmo denominando-se agroecológica acaba por se configurar como identidade legitimadora. Diante desses impasses é que Jalcione da Almeida (2003, p. 510) propõe o debate sobre “o equacionamento

da dualidade entre o 'técnico' e o 'político' no discurso e na prática agroecológica”.

Assim, são essas preocupações que Almeida nos apresenta:

tem a agroecologia o papel de responder à crise (ou resistir a ela), simplesmente implementando alternativas de substituição ou de adaptação aos padrões técnico-produtivos que mostram seus limites e dão sinais de esgotamento? Deve-se contentar em propor diferentes modos de inserção das explorações familiares no tecido econômico e social local? Ou não se poderia dela esperar outra coisa em vista das ideias que defende e dos desejos e aspirações de seus agentes? Formulando-se a questão de outra maneira, poder-se-ia perguntar: a agroecologia é uma nova ciência, uma nova proposta (política) de desenvolvimento agrícola e rural, um novo movimento social ou uma alternativa técnico-produtiva de superação dos gargalos tecnológicos da agricultura “convencional”? (2003, p. 511).

Com o avanço na direção do debate político a agroecologia permite ao campesinato transitar de uma postura de resistência dentro da ordem para outra propositiva, de projeto. Observamos que, de forma semelhante, tal dilema também atravessa as lutas operárias que podem se restringir a uma pauta reivindicativa ou avançar em direção ao momento ético-político em que o metabolismo socioambiental é questionado em seus fundamentos.

Resumindo o dilema da agroecologia, Almeida (2003) coloca o seguinte desafio: a agroecologia estaria entre a domesticação pelo mercado ou sua constituição enquanto movimento social? Ao qual acrescentamos: como movimento social a agroecologia pode ser portadora de uma identidade de projeto? Se a resposta a essa questão for afirmativa, ela deverá considerar sua potencialidade tendo em vista a totalidade do metabolismo socioambiental hegemônico capitalista. Para tanto ela deve partir do trabalho entendido em não somente como relação técnica, mas como articulação entre fundamentos sociais que se articulam a técnicas específicas. Daí que o debate sobre a agroecologia deve partir do entendimento que a “causa e manifestação da crise ambiental contemporânea (...) é exclusiva das relações capitalistas. Com isso demonstraremos que se deve buscar a causa da crise ambiental em primeira instância no tipo de relações sociais de produção” (FOLADORI, s/d). Portanto, sem discutir a totalidade do metabolismo do capital, o debate se limitará às identidades de legitimação e resistência.

O luta política relacionada à superação das relações sociais capitalistas deve ser explicitamente voltada para a emancipação. Não se trata apenas de uma disputa de modelos econômicos agrícolas - o capitalista e o agroecológico - no sentido de verificar qual deles seria o mais eficiente. Aliás, a questão da eficiência para o capital deve ser considerada justamente em sua relação com a insustentabilidade. Pois, a questão econômica crematística que vigora no capitalismo conceitua eficiência com o montante de valores também crematisticamente gerados, ainda que sejam energeticamente e/ou ambientalmente ineficientes. O lucro se sobrepõe à eficiência energética e o capital é capaz de gastar mais energia durante o processo produtivo do que aquela que efetivamente se materializa na mercadoria, gerando um balanço energético negativo. Os problemas ambientais da aplicação dessa lógica não são contabilizados pelo capital, que os classifica como externalidades. Como defende Gliessman:

Outro aspecto negativo das forças da economia de mercado é que os efeitos negativos da atividade econômica sobre o ambiente, a saúde e a vida das pessoas são considerados como 'externalidades'. Eles não são computados como custos no cálculo econômico agrícola, sendo, portanto, desconsiderados (GLIESSMAN, 2009).

Portanto, a agroecologia enquanto identidade de projeto não se configura como um modo de produção alternativo cuja eficiência será verificada ao longo do processo histórico. Ainda que as soluções técnicas possam ajudar a resolver determinados problemas, a tecnologia por si só "nunca pode ser toda a solução. [Tendo em vista que] os problemas sociais, como a insustentabilidade de nossos sistemas alimentares, têm sempre causas mais profundas, que nunca poderiam ser tratadas unicamente pela inovação tecnológica" (GLIESSMAN, 2009, p. 601).

Mesmo quando não considerada como uma mera solução técnica, a agroecologia não pode ser vista como uma panaceia capaz da redenção dos pequenos por conta de serem portadores de um conhecimento ancestral que se contrapõe às técnicas produtivas modernas (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). Um enfoque que acaba restringindo a agroecologia às pequenas escalas com um claro viés utópico – no sentido que tem o chamado socialismo

utópico com suas propostas localizadas de contraposição ao capital. Por conta do foco meramente econômico e nas pequenas escalas acabam justamente por favorecer ao agronegócio que produz extensivamente e destrutivamente colocando em risco a saúde dos mais pobres, ao mesmo tempo em que se constituem “nichos” de mercado de produtos saudáveis acessíveis a quem tem poder elevado poder aquisitivo (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Sobre a agroecologia, ressaltam Machado e Machado Filho: “é uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio em qualquer escala”, que, conforme os autores é insustentável porque

agride o meio ambiente, conspira contra a biodiversidade, despreza as externalidades ambientais, gera uma perversa concentração de renda e de terra e marginaliza o campo.. (...) Como os custos têm aumentado em uma proporção maior que os preços pagos aos produtores – há que aumentar a escala para compensar a redução constante dos ganhos unitário. (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 37).

Há que se constituir como luta política, como veremos a seguir. Além disso, frente a um modo de apropriação – o capitalista - cuja expansão mercantiliza o conjunto das relações socioambientais, disputar “eficiências”, ou qual modo de apropriação seria o mais eficiente em termos mercantis, não passa de limitar o embate às raias do metabolismo do capital. Certamente que a agroecologia apresenta vantagens produtivas em relação à produção agropecuária capitalista. Ela é mais barata por reduzir as dependências a insumos externos e maximizar o uso da energia solar ao invés de energias fósseis; é mais produtiva em relação ao agronegócio monocultor e utilizador de agrotóxicos entre 6% e 10% (PAT MOONEY, 2006 apud MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Ainda que a agroecologia se mostre capacitada a alimentar o mundo e demonstre sua eficiência frente ao capital, a luta não pode ser meramente econômica., mas necessita desenrolar-se politicamente como processo revolucionário (LESSA e TONET, 2012). Certamente que outros sujeitos participarão juntamente com o campesinato agroecológico desse processo, em especial aqueles que se contrapõe ao metabolismo do capital e são de alguma forma por ele vitimados. Notadamente o proletariado ocupará papel

fundamental nessa luta (LESSA e TONET, 2012), mas o campesinato agroecológico, além de lutar, apresenta sua contribuição no sentido do estabelecimento de um metabolismo socioambiental fundado na coevolução.

Nesse sentido, defende Marlene Ribeiro que os movimentos sociais do campo – e aqui enfatizamos o campesinato agroecológico – fazem parte “do sujeito histórico de transformação social, ainda em construção, e do qual fazem parte todas as categorias de trabalhadores”. Além disso, “superar a relação antagônica e, portanto, contraditória, entre capital e trabalho supões superar a separação entre cidade e campo, o que implica necessariamente, no envolvimento dos trabalhadores tanto urbanos quanto rurais (2010, 162-3). Ou seja, superar a falha metabólica e a alienação a ela articulada.

Daí que devemos partir da caracterização da agroecologia como aquela relação entre a sociedade, representada pelo campesinato, e a natureza fundada nos princípios da coevolução. Mas não somente coevolução sociedade e natureza como técnica - o que seria limitar a abordagem. Deve se, então, considerar a relação sociedade-natureza-sociedade, ou seja, a não separação entre relações técnicas e relações sociais conforme já defendemos ao discutir o desafio socioambiental (MONERAT, 2013). Dessa forma, a coevolução é vislumbrada no sentido que tanto a sociedade coevolui enquanto evolução de toda a humanidade em suas relações sociais cada vez menos alienadas e alienantes ao mesmo tempo em que coevolui com a natureza da qual faz parte.

Essa definição de agroecologia a partir da ideia de coevolução tem o mérito de não apartar sociedade e natureza e nem mesmo a sociedade de si mesma como o faz o pensamento moderno colonial (PORTO-GONÇALVES, 2004) e o trabalho alienado decorrente da propriedade privada dos meios de produção e de vida. Enquanto coloca o homem como parte da natureza capaz de estabelecer mediações no seu processo de troca metabólica com o meio natural, a agroecologia assim entendida abre a possibilidade para a dialética da coevolução sócio-natural. Nem uma natureza-objeto ou recurso, nem uma natureza intocada, mas sim a possibilidade de transformação tanto da natureza

quanto da sociedade em torno do equilíbrio dinâmico. E quando articulada à superação da propriedade capitalista dos meios de produção, a agroecologia franqueia ainda os continuados processos de emancipação humana. Ao conjugar a coevolução com a superação da alienação decorrente das relações mercantis e suas contradições abrem-se as possibilidades da efetiva sustentabilidade.

Conciliando sustentabilidade e emancipação, Carvalho afirma o potencial do campesinato:

- pela sua práxis produtiva altamente integrada com a natureza os camponeses têm sido - assim como os povos originários (indígenas), os extrativistas, os pescadores artesanais ao mesmo tempo agricultores e extrativistas, os quilombolas, entre outros - os guardiões da agrobiodiversidade num contexto histórico em que as classes dominantes e a privatização dos saberes impõem a artificialização da agricultura,
- e porque será na dinâmica reprodutiva da unidade de produção camponesa, seja ela individual, coletiva, comunitária ou outras formas que a imensa diversidade das experiências históricas dos povos camponeses em todo o mundo têm experimentado, que se poderá encontrar a maior parte das respostas para superar a unidade de produção capitalista no campo (CARVALHO, 2013, p. 1).

Essa postura camponesa se contrapõe às dinâmicas artificiais implantadas no campo pelo capital. Pela defesa que fazem da relação de coevolução sociedade e natureza, Carvalho chega a designar os camponeses como guardiões da biodiversidade:

Minha sugestão é de que os campesinatos se comportam como sujeitos plurais guardiões da agrobiodiversidade e apresentam posturas econômicas, políticas e ideológicas contrárias à artificialização da agricultura. É somente por pressão das empresas capitalistas relacionadas com o agronegócio, pressão essa reforçada pelas políticas públicas, que os camponeses tendem a se comportarem tal qual uma pequena burguesia agrária, quando então estabelecem uma relação homem-natureza de caráter espoliativa (CARVALHO, 2013, p. 2).

Respeitando os tempos da natureza aprendidos através de uma sabedoria ancestral, o camponês é capaz de contrapor aos ritmos artificiais da agricultura capitalista, o convívio entre sociedade e natureza no sentido de sua evolução mútua:

E não os apressem nem lhes reiterem que o imediato é a solução. Os camponeses, as famílias camponesas, as comunidades camponesas sabem bem que os tempos da natureza necessitam ser respeitados. Isso não quer dizer fetichizados. O jeito de ser e de fazer camponês acompanha e

contribui para ganhar tempos no seu convívio com a natureza, na melhoria da sua eficiência e eficácia produtiva. Mas, isso se faz pela compreensão a cada dia mais aguçada de como deve acontecer esse convívio homem-natureza. E, sem dúvida, como melhorá-lo constantemente.

Os camponeses são afeitos à inovação tecnológica que é produto da agroecologia e da prática da agrobiodiversidade, da sabedoria que ela lhes proporciona e da experiência histórica criticamente acumulada por eles próprios (CARVALHO, 2013, p. 6).

Além disso, a agroecologia articula a dimensão material e imaterial do trabalho que verificamos ao analisar a possibilidade de diferentes formas de modos de apropriação que se materializam no território.

Com efeito, a agroecologia articula uma dimensão técnico-produtiva a uma dimensão sociocultural e econômica. É o que resalta Sevilla Gúzman:

La especificidad del enfoque técnico productivo de la Agroecología se fundamenta en una epistemología crítica que encuentra sus raíces en las formas de conocimiento campesino. A partir del reconocimiento de los límites del enfoque científico convencional para la comprensión de la realidad agroalimentaria, la Agroecología construye una mirada analítica alternativa. (...)

Junto a la apropiación correcta de la naturaleza, la Agroecología persigue mejorar la calidad de vida dentro de los sistemas socioculturales autóctonos logrando además, una mayor equidad. Aparece, de esta forma, la dimensión sociocultural y económica de la Agroecología como estrategia para obtener un mayor grado de bienestar de la población a través de estructuras participativas tomando como referente sociocultural el campesinado (s/d, p. 197 e 199).

Estamos diante de uma compreensão da agroecologia como identidade de projeto, portanto, como uma dimensão simbólica que aponta para a efetiva materialidade de metabolismo socioambiental, portanto, trabalho não mais alienado. Como defendem Gahur e Toná:

Nesse sentido, está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza (2012, p. 63).

Uma relação conflituosa que aponta para um projeto emancipatório: na “a agroecologia insere-se, dessa maneira, busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida” (GAHUR

e TONÁ, 2012, p. 64). Uma identidade de projeto que se apresenta como contribuição efetiva para a superação da contraditória insustentabilidade do capital não somente para os camponeses, mas para toda a sociedade, posto que não se restringe às pseudo-soluções produtivistas implementadas durante a vigência do stalinismo. O capitalismo-estatal pretendia apresentar-se como superação do capitalismo, mas não foi capaz de representar a superação do metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002) nem sequer o pensamento moderno colonial para quem a natureza deve ser fragmentada, apartada da humanidade e consumida.

A superação da contradição, como já afirmamos, não se resume à disputa no campo econômico. A identidade de projeto aponta para a extinção das relações alienantes e, por isso, exige uma postura que não se limite à conciliação, mas sim a radicalidade da mudança estrutural. Retomando nosso esquema relativo às hierarquias dos territórios (figura 5), não estamos diante da proposta de convivência do território “A”-capitalista com um território “B”-agroecológico conciliados ou disputando a eficiência econômica. Lembrando que a expansão continuada do capital coloca sob ameaça até mesmo a existência do campesinato quando não o faz de forma subordinada, é preciso enfatizar que a superação do metabolismo do capital é ato político em que participam tanto o território “B”, quanto aquelas classes que, fazendo parte da dinâmica reprodutiva dentro da territorialidade “A”, têm seu trabalho explorado e se encontram em condição alienada.

Não desconhecemos o contexto em que o conflito territorial se dá, o que nos levaria a um posicionamento utópico de acreditar que o camponês, ao assumir uma identidade de projeto, deveria romper suas relações com o capital. Tal contexto cujo risco é enfatizado por Gliessman:

Um problema básico da economia de mercado é que ele cria um contexto no qual a visão de curto prazo eclipsa completamente a de longo prazo. Mesmo quando existe uma concordância de que as necessidades a longo prazo são importantes, as realidades econômicas acabam fazendo com que as metas de curto prazo – o lucro desse ano, as quotas de produção de próximo ano – sejam priorizadas (GLIESSMAN, 2009, p.599).

Ora, por vivermos em um mundo cuja sociabilidade é regida pelas relações mercantis, tal postura colocaria sob risco, no seu limite, a própria existência camponesa. Inviabilizada a condição camponesa e premidos pela sobrevivência na ordem mercantil, ao invés de lutar, o camponês seria levado a incorporar-se passivamente em uma identidade legitimadora. Portanto, é preciso estar atento às dinâmicas presentes e futuras, a vida sob a hegemonia do capital e para além dele. É o que nos alerta Carvalho:

os camponeses deverão enfrentar, no curto e médio prazo, enquanto permanecer na formação social brasileira a dominação do modo de produção capitalista oligopolista de caráter mundial, hoje hegemônico, a exigência de ampliarem seus esforços produtivos e de gestão da unidade de produção camponesa para obterem mais dinheiro nas trocas comerciais para, com ele, darem conta de parcela cada vez mais crescente dos consumos familiar e produtivo de mercadorias e serviços que lhes são intrinsecamente necessários ao seu padrão reprodutivo, este de maneira crescente, cada vez mais determinado pela inovação e propaganda capitalista (2007, p. 1; grifo nosso).

Ao que ele acrescenta:

E, além dessa dimensão microeconômica e social, caso a unidade de produção camponesa contemporânea seja concebida também como a negação da empresa capitalista nas lutas sociais para a implantação de uma nova concepção de mundo e, portanto, portadora de um novo paradigma para um outro modelo de desenvolvimento rural (CARVALHO, 2007, p. 1).

A emancipação se mostra como tarefa radical: “a condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de toda classe” (MARX, 2001, P. 218). Assim é que

essa libertação – aqui tomada no sentido de emancipação – consiste na apropriação da totalidade das forças produtivas, o que permitirá aos homens e mulheres desenvolverem, também, a totalidade de suas capacidades de trabalho como expressão e criação. Assim, essa conquista pressupõe a supressão de toda espécie de classe (RIBEIRO, 2012).

Como a luta emancipatória aponta para o fim das classes sociais e como também a disputa territorial entre campesinato e capitalismo conjuga luta espacial e luta de classes, podemos afirmar que também essa disputa territorial será finalizada com o fim do modo de produção capitalista em sua dinâmica territorial. Nessa luta, a construção de uma identidade de projeto acaba por passar por projetos educativos emancipatórios. É esse o sentido da educação

popular de base libertadora que Paulo Freire classifica como “educação para a autonomia” (FREIRE, 2010).

Esse processo pedagógico se dá em um contexto certamente adverso em que o capital conta com uma força destrutiva avassaladora, o que poderia levar-nos ao desânimo diante das possibilidades efetivas de transformação estrutural. Há inclusive quem considere essa perspectiva revolucionária como utópica. Eu – e aqui reforço a primeira pessoa -, particularmente, acredito ser utópica a crença em que o capitalismo pode se desenvolver sem colocar em risco as condições de vida de grande parte da humanidade, ainda que o faça com perspectivas de lucro. Porém, o que fortalece a crença em uma possibilidade de mudança estrutural em favor dos oprimidos é justamente a necessidade sempre reposta aos opressores de justificarem ideologicamente a opressão. Contraditoriamente, diante de toda a dominação capitalista emergem forças contra-hegemônicas, como é o caso da “Internacional” camponesa organizada na Via Campesina e em uma enorme quantidade de movimentos sociais ligados ao campo. Como no recorda Ribeiro,

o intercâmbio entre populações pobres e dominadas desvela a existência de enorme massa de seres humanos destituída da propriedade, deixando claras as origens das desigualdades sociais, da miséria e da pobreza. E esses homens e mulheres despossuídos, ao serem colocados em contato uns com os outros, começam a desenhar, embora nem sempre com caracteres nítidos, um projeto de revolução como alternativa para a emancipação da humanidade (2012, p. 303).

As contradições sociais se afirmam como motor da transformação histórica ainda que estabelecendo limites, mas fundamentalmente abrindo possibilidades. Enquanto processo pedagógico, há que se considerar a hegemonia do modelo científico moderno-colonial que nos últimos tempos se afirma como discurso único da lógica neoliberal. Articulados a uma prática destrutiva, o discurso e a racionalidade a ele vinculada são responsáveis pela destruição também daqueles saberes que durante gerações possibilitaram o processo de coevolução entre comunidades camponesas tradicionais e povos originários e a natureza. Ou seja, além de destruírem fisicamente diversas comunidades tradicionais e originárias, o capital promoveu o descredenciamento de seus saberes. Com relação à afirmação dos saberes

tradicionais, “o passo inicial é a desconstrução do saber da agricultura convencional”¹ (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 32), por ser portador do discurso moderno colonial. A pedagogia que se articula à construção da identidade agroecológica, por sua vez, deve se fundar em uma educação dialógica.

Nessa dinâmica dialógica, o sujeito do processo educativo-identitário é o camponês, conforme as práticas estabelecidas em Cuba pelo Movimento de Camponês a Camponês (SOSA et. al., 2012). Mas esse sujeito tem sua condição problematizada pelos educadores a partir de uma ciência comprometida com a potencialidade da coevolução e não mais com a colonialidade. Do diálogo entre saberes tradicionais e científicos abre-se a possibilidade efetiva de elaboração de um conhecimento que se constitui como uma nova síntese.

Ressaltamos a importância da horizontalidade na construção do conhecimento agroecológico. Posto que o imediatismo alimenta boa parte da extensão rural e se articula com lideranças camponesas comprometidas com o paradigma do capitalismo agrário. Carvalho salienta que

nem sempre essa perspectiva estratégica é incorporada no que-fazer dos dirigentes dos movimentos e organizações sociais populares e sindicais no campo. Menos ainda na maioria dos técnicos que atuam na assistência técnica. Isso se dá, entre outros fatores, porque dirigentes e técnicos que atuam diretamente no campo estão envolvidos pelo que-fazer imediatista e, na maior parte das vezes percebem apenas, e no limite, que a nova matriz tecnológica apoiada nos princípios gerais da agroecologia é uma alternativa paralela àquela dominante (CARVALHO, 2007, p.5).

Ao que o Movimento Camponês a Camponês:

A questão era, precisamente, enfrentar o problema com metodologias convencionais de extensionismo verticalista. Métodos nos quais o técnico (que geralmente conhece pouco a realidade local) é o dono da verdade, com pacotes já prontos dos insumos que recomenda. Esses métodos impedem o processo inovador e criativo das famílias camponesas, que são – e deveriam ser em todo momento – as verdadeiras conhecedoras e artífices de sua própria realidade. Esse problema foi superado, em Cuba, graças à metodologia de Camponês a Camponês (SOSA, 2012, p. 147).

Como diálogo de saberes fundado no sujeito do camponês-educando, a agroecologia enfrenta a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual característica do capitalismo. Sabemos que, além da questão da propriedade

privada dos meios de produção e a ela articulada, a separação entre quem pensa o processo de trabalho e quem o executa é constituinte da condição alienada do trabalhador. Portanto, ao valorizar positivamente - ainda que problematizando - o saber tradicional camponês e sua prática, a agroecologia rompe com a separação entre pensar e fazer, tornando o camponês um fazedor-experimentador, o que, juntamente com outras condições, contribui para a superação da condição alienada. Como afirma Paulino, ao se referir ao trabalho e saber camponês:

vimos materializada a possibilidade de articulação de saberes: o saber científico e o saber camponês, erigido no fazer cotidiano, e que tem um componente que buscamos reproduzir na academia: a experimentação submetida ao crivo da avaliação (2008, 209).

O resgate da possibilidade de um trabalho entendido como mediação entre sociedade e natureza e articulando necessidade-teleologia-objetivação-causalidade-novas necessidades (LESSA e TONET, 2004) também se efetiva no camponês agroecológico que conjuga pensar e fazer:

la de transformación social constituye la fase más avanzada del proceso; supone dotar a las “dimensiones productiva y, socioeconómica y cultural” de un contenido sociopolítico. Se refiere a la realización de actividades conjuntas investigadoragricultor para el diseño participativo de acciones productivas y de cambio social que mejoren su nivel de vida. Ahora, no sólo se trata de dar la voz a “lo investigado” (al reconocer la lógica de sus prácticas productivas), sino de aceptar que éste adquiera el papel de “investigador” (tomando la responsabilidad e iniciativa de las acciones), como conductor del curso dinámico de sus prácticas económicas, sociales y políticas (SEVILLA-GUZMÁN (a), s/d).

A educação emancipatória já é vivenciada em movimentos sociais que articulam a construção de uma identidade de projeto. São processos não meramente teóricos, mas vinculados à luta

nas práticas dos movimentos sociais populares, dos quais destacamos aqueles que lutam com terra para realizar o seu trabalho e viver com dignidade, a emancipação de todos os trabalhadores e trabalhadoras inclui a emancipação da totalidade da humanidade (RIBEIRO, 2012, 306).

A urgência dessa luta se dá tendo em vista a

ambição insaciável característica dos processos relacionados ao movimento do capital [que] na busca cega de lucro, colocam hoje a emancipação como imprescindível, não somente para se superar a desumanização que daí decorre, mas também para garantir as condições essenciais à manutenção da vida no planeta (RIBEIRO, 2012, 306).

Enfim, definindo-se não somente como desastre ambiental ou apenas como processo de desumanização, o desafio socioambiental se coloca para a humanidade como possibilidades de “devolver a autoria do mundo e da produção para aqueles que efetivamente produzem, com suas mãos e suas mentes, os bens, os conhecimentos, as artes e os serviços dos quais todos e todas necessitamos para uma vida digna” (RIBEIRO, 2012, 306).

5- ARTICULANDO OS ELEMENTOS DO DEBATE

Com o objetivo de possibilitar uma compreensão sistematizada do debate que aqui apresentemos, vamos retomar de forma articulada os temas desenvolvidos para, então, ter uma visão global da discussão teórica que construímos. Buscamos realizar a elaboração de uma abordagem teórica que fosse capaz de explicar a sociedade em que vivemos. Por conta do objeto de nossa pesquisa o método dialético se mostrou o mais adequado a essa construção teórica por ser justamente aquele capaz de articular permanências e mudanças em um processo marcado pela contradição. E a categoria por nós focalizada para entender essa dinâmica contraditória foi a categoria trabalho (TONET, 2012).

Para isso, fomos buscar entendê-la enquanto uma abstração (o que não deve nos levar, nesse momento, a confundir trabalho enquanto abstração de trabalho abstrato produtor de valor). Assim, a categoria trabalho acabou saturada de definições que a aproximavam do concreto: metabolismo, metabolismo socioambiental, modo de apropriação, modo de produção. Dialeticamente, sem deixar de ser trabalho, a categoria trabalho se materializava no concreto real de múltiplas formas, inclusive naquelas que lhe negam o estatuto ontológico humanizador que compreende o ser humano enquanto permanente projeto (FREIRE, 1987).

Nem por isso devemos ser levados a identificar que haveria um trabalho ideal ou mesmo um típico que se manifesta no concreto de diferentes maneiras. O trabalho, enquanto fundamento do ser humano, porém, não é uma categoria absoluta, mas tem sua essência historicamente constituída nas multiplicidades de relação metabólica entre humanidade e natureza. Por mais alienado e alienante que seja a relação de trabalho estabelecida, é em sua concretude que podemos verificar a humanidade sendo negada e afirmada simultaneamente (LESSA; TONET, 2004). Tal entendimento, por ser processual, acaba por ser portador de uma capacidade de entendimento do

real que não objetiva congelá-lo em estruturas imutáveis, mas sim percebê-lo como fluxo, como devir para nele se inserir enquanto práxis.

Logo ao princípio discutimos a separação entre produtores e meios de produção realizada pelo modo de produção capitalista. Após um longo processo, na Europa e, em especial na Inglaterra, os camponeses foram expulsos da terra, seu principal meio de produção (FALCON e MOURA, 1989). Enquanto a terra passava a ter preço, ainda que, por não ser resultado do trabalho humano não pudesse ser considerada mercadoria, e também justamente por isso, aos camponeses restou somente a possibilidade de venderem suas respectivas forças de trabalho ao capital manufatureiro e industrial nascente. Ou seja, em uma sociedade em que paulatinamente a sociabilidade passava a se articular a partir de trocas mercantis, a única forma de o proletário subsistir era através da venda de sua única mercadoria: a força de trabalho.

Juntamente com a separação dos trabalhadores e dos meios de produção, o capital, através da exploração colônia americana, do tráfico e da escravidão de negros africanos e até mesmo da pirataria, pôde realizar sua acumulação primitiva na Europa (MARX, 1996). Ao processo de acumulação de capital se articulou o desenvolvimento tecnológico – seja no desenvolvimento de máquinas-ferramentas, seja no uso de fontes de energia não-humana ou animal - que permitirá a progressiva expansão produtiva e, conseqüentemente, a reprodução ampliada do capital (OHLWEILER, 1987).

Ao longo do tempo, essa relação entre capital e trabalho foi possibilitando ao capital ampliar cada vez mais o controle sobre a força de trabalho. Assim, além do controle dos meios de produção, o capitalista promoveu a progressiva separação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, onde alguns planejam e outros executam. Juntamente com esse processo o capital promoveu a ampliação da divisão do trabalho dentro das próprias unidades produtivas de forma a constituir o trabalhador fragmentado: além de não planejar o que executa, o trabalhador não domina todo o processo produtivo (NETTO e BRAZ, 2009). Tudo isso combinado ao crescente uso de energia não-humana sob

diferentes formas – hídrica, a vapor, elétrica, petróleo etc. – e sua articulação com a produção fragmentada em linhas de montagem aprofundou ainda mais o controle do capital sobre a força de trabalho.

O processo metabólico que permite a reprodução ampliada do capital, porém, se dá entre capitalistas e operários como uma troca de equivalentes, onde a mercadoria força de trabalho recebe seu devido valor, que se manifesta no preço dos salários (SINGER, 1975). Nem por isso ele deixa de se fundar na exploração dessa mesma força de trabalho que, trabalhando além daquilo que custa para se reproduzir, corporifica uma mais-valia que é expropriada pelo capital. Estamos diante de um processo de trabalho social em que a propriedade privada dos meios de produção garante a apropriação também privada do excedente. As relações mercantis passam a fundar de tal maneira a sociabilidade que os seres humanos não mais se relacionam entre si, mas através das mercadorias, o que revela a articulação entre trabalho alienado e fetichismo da mercadoria (COGGIOLA, 1996).

Certamente o metabolismo do capital é um processo contraditório, posto que a relação que funda essa dinâmica é essencialmente contraditória ao colocar de um lado o capital e o do outro o trabalho alienado. Essa contradição, por sua vez, desdobra-se em outras, sendo que uma das mais marcantes é aquela que se realiza na concorrência entre os capitalistas (SINGER, 1975). Na verdade, os capitalistas estão, nessa contradição intraclasses, disputando ou concorrendo para verificar qual capital individual será capaz de realizar sua valorização de forma mais ampliada que os demais justamente por conta da maior acumulação do excedente socialmente produzido. Ou seja, estamos diante de uma contradição que é desdobramento daquela fundante entre capital e trabalho (CARCANHOLO, 2011).

Essa disputa intracapitalista pela mais-valia social, por sua vez se manifesta no desenvolvimento das forças produtivas, já que é justamente seu desenvolvimento que possibilitará a cada capital extrair a maior parcela do excedente social e, conseqüentemente gerar a possibilidade, de acumular-se após a realização da venda da mercadoria. Nesse processo dois elementos

merecem destaque: o desenvolvimento das forças produtivas se dá no sentido de ampliar o controle do trabalhador e do processo do trabalho, sendo, por isso, passível de ser socialmente destrutivo das possibilidades de emancipação humana do fardo do trabalho, pois isso contrariaria a própria existência do capital (MONERAT, 2013). Outro ponto é que não há garantia que a mercadoria produzida realizará, através da venda, o excedente nela contido. Afinal, a anarquia da produção e a dinâmica dos preços podem inviabilizar a realização do valor contido no capital em sua forma mercadoria, já ela pode acabar não sendo vendida ou ser vendida abaixo de seu valor, o que inviabilizaria a reprodução daquele capital (CARCANHOLO, 2011). Dessa forma, essas contradições se colocam como ameaça ao metabolismo do capital.

A generalização desse processo de múltiplas contradições, por sua vez, é recortada por situações em que a reprodução ampliada do capital encontrará limites para continuar se efetivando. Não são, porém, limites externos à dinâmica produtiva capitalista, mas limites colocados justamente por conta do sucesso do capital em acumular-se (MARX, 1996). Esses limites representam a saturação à possibilidade do capital continuar a expandir-se de forma continuada justamente porque a produção e realização de valor esbarram no uso pleno dos potenciais produtivos daquela sociedade. Ou seja, dentro de um quadro social e tecnológico determinado o capital atingiu o pleno emprego dos fatores produtivos de forma que qualquer inversão ou ampliação dos meios de produção não gerará uma correspondente valorização do capital aplicado. Por conta disso, e diferentemente dos modos de produção precedentes, as crises capitalistas configuram-se como crises de superprodução de capital (CARCANHOLO, 2011). Sendo uma dinâmica cíclica, o capitalismo constitui-se como uma forma de metabolismo social caracterizado por crises permanentes, o que é diferente de se afirmar que ele se desenvolve em um quadro de crise permanente (MARTINS, 2005).

Diante desses impasses a sua reprodução, o capitalismo elabora mecanismos para a superação das crises. Principalmente o mecanismo utilizado para

superar a impossibilidade de valorização é justamente o fortalecimento das dinâmicas expansivas do capital (HARVEY, 2011). Assim, o capital expande-se através da progressiva mercantilização da natureza e das relações sociais. Exemplos desses processos em andamento na atualidade são a mercantilização progressiva da água em escala planetária (MALVEZZI, 2012), bem como o fortalecimento do mercado de cuidado social, dentre os quais se inclui os serviços relacionados à saúde humana, cada vez mais mercantilizados. Além disso, o capital se expande geograficamente para áreas ainda não inseridas em sua dinâmica reprodutiva. Isso se efetiva na forma de imperialismo, quando sociedades subalternas de países da periferia do sistema passam a ter sua natureza e sua força de trabalho exploradas através de uma associação perversa entre capitais nacionais de seus países e capitais transnacionais dos países imperialistas (KATZ e COGGIOLA, 1996). Na atualidade isso se desenvolve sob a denominação de globalização.

Além dessas dinâmicas expansivas – e extremamente articuladas à expansão imperialista – o capital é capaz ainda de fazer uso de processos destrutivos que possam desencadear novas condições de reprodução ampliada. Isso se dá não somente através do desenvolvimento de técnicas produtivas portadoras de destruição como as sementes terminator e dos agrotóxicos, mas fundamentalmente através da guerra. Investindo não mais em meios de produção, mas sim em meios de destruição, o capital pode retomar seu ciclo expansivo enquanto, em muitos casos, ainda garante, através da articulação entre guerra e imperialismo, o domínio de áreas coloniais subalternizadas. Daí que a guerra tenha sido utilizada como elemento de regulação do ciclo de reprodução do ampliada do capital (MARTINS, 2005).

Atravessando toda essa dinâmica está o aprofundamento de uma visão colonial da natureza que passa a ser caracterizada como recurso, ou seja, como potencial mercantil a ser valorizado. A mercantilização da natureza em curso não só impede o acesso de parte da população a riquezas e relações outrora não-mercantis, mas também articula dinâmicas materiais à processos imateriais de forma insustentável. Tendo em vista que a economia deixa de ser

o cuidado da casa/oikos e passa a se referir à possibilidade de reprodução ilimitada do capital, estamos diante de um desafio que é simultaneamente social e ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004). Ou seja, o capital promove e potencializa através de seu próprio metabolismo a ruptura do metabolismo sociedade e natureza que se dá através do trabalho desde os primórdios da humanidade. Por conta dessa falha metabólica engendrada pelo capital, estamos diante de um gigantesco desafio socioambiental.

Conjugando todas essas dinâmicas sociais e naturais relacionadas ao metabolismo do capital, dentre as quais destacamos a contradição capital e trabalho, a alienação, a mercantilização, o imperialismo e as guerras, a falha metabólica, estamos na condição de afirmar a insustentabilidade do mundo sob o modo de produção capitalista. Diante disso é que recordamos que a condição contraditória do metabolismo do capital é o fundamento dos processos que apontam para a superação dessa forma insustentável de relacionamento da sociedade consigo mesma e com a natureza, da qual faz parte. Isso não nos pode levar ao entendimento dos processos históricos em que forças teleológicas desencadeariam necessariamente as dinâmicas responsáveis pela construção de uma sociedade emancipada. Pelo contrário, são as forças sociais em ação através das classes que definem concretamente as sociabilidades, de forma que o metabolismo do capital pode continuar a se efetivar, ainda que sob o risco de ameaça permanente e destruição das condições da possibilidade de vida para todos os humanos, ou vir a ser superado em direção a uma sociabilidade emancipada. A luta de classes é o motor desse processo (LESSA e TONET, 2012).

Como processualidade fundada em contradições, o capitalismo não se desenvolve de maneira linear. Tempos acelerados convivem com tempos lentos ainda que articulados ao processo de valorização, de forma que o desenvolvimento capitalista acontece de modo desigual e combinado. Por conta disso é que condições sociais não-capitalistas convivem com os processos de valorização do capital, seja por conta de suas capacidades de resistência ou mesmo devido sua recriação ao/pelo capital. Nessa condição se

encontra o campesinato como classe *sui generis* por manter a condição de propriedade do seu principal meio de produção: a terra (PAULINO, 2007).

Contrariando análises que previam sua extinção, o campesinato continua a resistir ao avanço do capital, configurando um modo de vida próprio que confronta a sociabilidade mercantil capitalista. Desenvolvendo-se não a partir da dinâmica do lucro capitalista decorrente da produção de mercadorias na consagrada fórmula D-M-D', o campesinato reproduz-se na produção de valores de uso que se consubstancia na expressão M-D-M, que não se fundamenta em um processo expansivo (PLOEG, 2009). Por conta dessa condição o campesinato é capaz de desenvolver relações com o ambiente natural de formas contrárias à insustentável expansão capitalista, pois, funda seu metabolismo socioambiental no sentido da coevolução sociedade e natureza (SILVA, 2007). Propusemo-nos a verificar a articulação entre capitalismo e campesinato no Brasil.

O Brasil começa a fazer parte da dinâmica capitalista no papel de colônia de uma metrópole europeia para onde fornecia produtos primários e também na condição de comprador de escravos africanos em processos que contribuirão efetivamente para a acumulação primitiva de capital (PRADO JR., 2006). Para articular-se aos processos produtivos globais, no Brasil desenvolve-se a produção agrícola embasada no latifúndio monocultor exportador cujo excedente era obtido a partir da exploração da mão de obra escrava negra, cujo tráfico atlântico também era fonte de lucro mercantil para europeus. Interessa-nos salientar que a exploração do trabalho escravo se constituía na principal dinâmica social contraditória, opondo senhores proprietários da terra e dos escravos e estes como peças humanas produtoras de excedente comercializável via exportação (PRADO JR., 2006).

Sem desconsiderar o caráter fundante da relação senhor-escravo, verificou-se em diferentes tempos e espaços coloniais a existência de um (proto)campesinato nas brechas da produção monocultora-exportadora (CARDOSO, 2009). A assim chamada brecha camponesa permitia a escravos o cultivo de subsistência (e até comercializáveis em algumas situações) em

lotes cedidos pelos senhores, durante dias específicos. Se por um lado essa brecha camponesa no escravismo se constituía em elemento de positividade na condição escrava, por outro ela representava uma possibilidade para os senhores enfrentarem a insegurança alimentar que ameaçava a colônia portuguesa na América. Juntamente com a atenuação do conflito social decorrente da contradição básica do sistema escravista, a brecha camponesa se mostrava eficiente mecanismo de reprodução da relação exploratória. Além disso, a brecha camponesa se via periodicamente ameaçada por uma conjuntura externa que ditava a expansão das lavouras monocultoras, que poderia ocupar áreas destinadas aos camponeses-escravos.

Com o fim da condição colonial e só muito posteriormente com a extinção do trabalho escravo também um campesinato se constituirá a partir da imigração de mão de obra europeia relacionado ao cultivo de café para a exportação. Em diversas situações, esse campesinato representava elemento fundamental para a formação do cafezal, ou seja, contribuía efetivamente para uma acumulação prévia de capital nas mãos do latifundiário exportador (GORENDER, 2013). No desenrolar da relação de trabalho, porém, as contradições relacionadas à apropriação do excedente fundamentavam uma relação conflitiva em que subalternizava o trabalhador-camponês.

A expansão do capitalismo no campo brasileiro se desenvolverá de forma mais acentuada em meados do século XX, quando um acentuado processo de modernização conservadora expulsa trabalhadores do campo para a cidade (WELCH, 2012). A necessidade de formação de um proletariado/exército urbano de reserva de força de trabalho combinado com mudanças na base técnica e articuladas à manutenção do latifúndio desencadeiam um acentuado êxodo rural que será responsável pela mudança no padrão social: de sociedade agrária, o Brasil se torna em termos populacionais majoritariamente urbano. Mas também aqui se verificam processos de desenvolvimento desigual e combinando relacionados ao avanço capitalista no campo.

O debate sobre a condição camponesa nesse contexto passa a se dar no Brasil a partir de uma leitura local dos textos clássicos que faziam tal discussão

em situações europeias. Constituem-se basicamente duas leituras sobre o campesinato: em uma delas o camponês era visto em seu processo de extinção que poderia se dar de duas formas: uma pela perda da terra e outra por conta de sua metamorfose em empresário capitalista (GIRARDI, 2008). Ambas as situações decorreriam da capacidade (ou não) do camponês em se adaptar ao contexto de reprodução capitalista, de forma que aqueles que fossem bem sucedidos nesse processo passariam à condição de capitalistas rurais e os que não o fizessem estariam fadados à proletarização. Essa interpretação se configurou como o paradigma do capitalismo agrário (PCA) (GIRARDI, 2008).

A outra interpretação da condição camponesa reconhece a possibilidade efetiva de metamorfose do camponês em capitalista ou proletário, mas o faz articulando com o metabolismo social dominante, ou seja, com a valorização do capital. Assim, essa visão identificada como paradigma da questão agrária (PQA) explicita a contradição entre campesinato e capitalismo de forma a apontar que a condição camponesa autônoma só é viável em um quadro de superação do modo de produção capitalista no campo (GIRARDI, 2008). Diferentemente do PCA que postula uma adequação do camponês à lógica produtiva de mercadorias e, portanto, substituição da fórmula M-D-M pela D-M-D', o PQA defende que o avanço do capital representa uma ameaça permanente ao campesinato que só pode ser evitada pelo bloqueio desse avanço. Daí a defesa que o PQA faz das políticas de reforma agrária que contrapõe a unidade camponesa ao latifúndio capitalista em sua forma contemporânea de agronegócio.

As diferentes interpretações da condição camponesa acabam tendo papel ideológico importante ao fundamentarem discursos. Verifica-se tal situação no Brasil em especial a partir da década de 1990, quando o avanço das políticas neoliberais consolidou o discurso único do capitalismo globalizado (CARVALHO, 2012). O fortalecimento da hegemonia da sociabilidade mercantil capitalista desenvolve-se como discurso único do capital, considerando que todos são portadores de algum capital, até mesmo aqueles que, na condição

de proletários, seriam portadores de um capital humano. Fortalece uma cultura do empreendedorismo em que todos seriam capitalistas potenciais. No campo, tal discurso também se articulará na forma preconizada pelo PCA, quando entende que o camponês, identificado com formas “arcaicas de produção e sociabilidade”, deve ser suplantado pelo “agricultor familiar” modernizado e adaptado ao contexto do capitalismo (CARVALHO, 2012).

Tal cenário torna mais complexas as condições de explicitação e ocultação da relação entre capital e campesinato e, conseqüentemente, da luta camponesa com a progressiva perda de relevância do debate sobre reforma agrária para o crescimento da importância da discussão das políticas públicas de financiamento da chamada agricultura familiar. Nesse processo, sindicatos e organizações camponesas são cooptados e inseridos na lógica produtiva capitalista, ainda que de maneira subalterna, já que o metabolismo do capital no campo se hegemoniza e se consolida de duas formas (CARVALHO, 2011).

Os processos de expansão do capitalismo no campo se dão basicamente de duas maneiras: territorialização do capital no campo e monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2007). A territorialização do capital no campo acontece pela inversão de capital em atividades agrícolas na forma de capital fixo para a exploração de trabalho assalariado conforme se dá na produção capitalista industrial. Estamos diante da contradição capital-trabalho em que a força de trabalho é remunerada por um salário e o excedente assume a forma de mais-valia. Por seu turno, a monopolização da terra pelo capital ocorre através das diversas formas de relação mercantil estabelecidas pelo capital comprador de matérias-primas produzidas pelo camponês (PAULINO, 2007). Este recebe uma renda produto decorrente da venda daquelas matérias-primas que serão posteriormente processadas ou revendidas pelo capitalista.

Diferentemente da relação de assalariamento em que ocorre uma troca de equivalentes (ainda que oculte uma relação de exploração), na relação entre camponeses e capitalistas acontecem os mecanismos de expropriação da renda da terra camponesa pelo capital. Por se tratar de uma troca de não-equivalentes é possível ao camponês auferir um rendimento suplementar ao

vender suas mercadorias por um valor superior ao de sua produção, mas, por encontrar-se em uma condição em que a reprodução familiar se sobrepõe à valorização e diante do controle exercido pelo capital na economia rural, é mais comum que o camponês venda em condições desvantajosas, configurando uma situação de expropriação da renda da terra pelo capital (PAULINO, 2007).

Através da monopolização do território pelo capital no campo verificam-se não os processos de reprodução ou valorização do capital tal como ocorrem na produção capitalista industrial ou na territorialização do capital no campo, mas sim a atualização de formas de acumulação de capital. Tal situação revela o desenvolvimento desigual e combinado do capital que utiliza para sua reprodução global formas não tipicamente capitalistas de exploração de mais-valia (OLIVEIRA, 2007). A essa dinâmica se articulam tanto a recriação do campesinato pelo capital quanto as formas que este desenvolve de resistência ao avanço capitalista, mostrando a complexidade e as contradições do capitalismo no campo.

Tais dinâmicas podem ser sintetizadas em duas contradições: uma fundamental e outra secundária. A contradição fundamental entre capital e campesinato se dá pela permanente ameaça à propriedade da terra representada pelos processos de territorialização do capital. Tal ameaça mostra que a principal luta do camponês é contra a possibilidade de vir a se proletarizar pela perda de seu principal meio de produção para o capital (CARVALHO, 2010; ALENTEJANO, 2012). É essa contradição que informa o PQA no sentido de afirmar que não há possibilidade de “convivência” entre capital e campesinato, apontando, a partir do ponto de vista camponês, para a superação da relação conflituosa através da supressão do capitalismo no campo.

A contradição secundária é representada pela relação conflituosa pela apropriação do excedente na forma de renda da terra entre camponeses e capitalistas (CARVALHO, 2010). Pelo lado do capital são desenvolvidas formas de subalternizar o campesinato, dentre as quais verificamos a produção integrada, onde o camponês produz sob condições determinadas por uma

empresa capitalista. Há modalidades mais complexas, dentre as quais aquelas que discriminam o saber camponês e impõem pacotes tecnológicos que incluem sementes, agrotóxicos e até mecanização no sentido de ampliar a dependência camponesa ao circuito de venda mercantil e, conseqüentemente, sua inserção na acumulação de capital.

A tecnificação e artificialização da agricultura tanto cumprem esse papel de tornar o camponês dependente quanto buscam reduzir o ciclo investimento-retorno de capital. Assim são elementos que, ao acentuarem o ciclo crematístico de valorização do capital, submetem o campesinato e a natureza e seus respectivos ciclos reprodutivos. Ou seja, demonstram a inadequação entre capital e o sentido de sustentabilidade fundado nos princípios de coevolução sociedade e natureza representados pelo campesinato (SILVA, 2007).

A relação conflituosa entre capitalismo e campesinato constitui-se, enfim, como um conflito espacial ao confrontar a propriedade da terra – contradição fundamental – e também um conflito de classes, já que há uma relação de expropriação da renda da terra – a contradição secundária (CARVALHO, 2010). Por se relacionarem a diferentes formas de apropriação da natureza, as contradições entre capital e campesinato configuram-se como um conflito territorial.

Por território estamos identificando uma forma específica de apropriação das condições de vida. É importante considerar que o termo apropriação não deve ser considerado negativamente como controle ou mesmo a partir da dicotomia entre humanidade e natureza. Pelo contrário, apropriar-se é tornar próprio para tal finalidade. Daí que a apropriação os remeta à categoria trabalho da forma que foi entendida por Marx como troca metabólica entre seres humanos e natureza voltada à satisfação de necessidades que serão objetivadas através de mediações técnicas e sociais (MARX, 1996; LESSA e TONET, 2004). Assim é que podemos estar diante de formas de apropriação que se fundem na coevolução sociedade e natureza – no caso do campesinato e formas ancestrais dessa relação – bem como frente a modalidades em que a

natureza é violentamente submetida a processos econômicos que se fundam na insustentabilidade socioambiental – caso do capitalismo.

Como metabolismo, o processo de trabalho/apropriação se desenvolve em condições materiais específicas de forma que sua dinâmica tanto transforma a natureza quanto modifica a condição humana. Através de uma prévia ideação os seres humanos “manipulam” na consciência, ou seja, teoricamente as mediações necessárias à satisfação de necessidades materiais (LESSA e TONET, 2004). Mas ao fazê-lo teoricamente, os seres humanos são levados a uma elaboração simbólica tanto das condições materiais e do próprio processo de trabalho a ser desenvolvido, o que mostra que o trabalho articula-se material e simbolicamente ao mesmo tempo. Somente a objetivação material decorrente do processo de trabalho tornará possível a satisfação da necessidade que o engendrou, porém, a dinâmica simbólica, ao trabalhar com códigos e símbolos mostra-se fundamentalmente social, posto que a codificação linguística só faz sentido se for socialmente elaborada.

Entender o território como apropriação implica em identificar suas condições material e imaterial. Materialmente o território se relaciona à apropriação dos meios de produção e de vida, sem os quais a reprodução humana se torna impossível. Nesse sentido são fundamentais as relações sociais decorrentes da propriedade de tais meios de produção que, nos seres humanos, pode se dá de forma a privar uma parte da sociedade de seu acesso com o objetivo de extrair-lhe o excedente. Imaterialmente, ou simbolicamente, o território se articula como identidade territorial, ou seja, com a forma que tal modo de apropriação se representa a si mesma e frente às demais formas de apropriação. Assim é que o território estabelece uma comunicação com os demais, sendo o conteúdo dessa comunicação a sua própria identidade (SAQUET, 2011).

Essa identidade territorial se desenvolve no fluxo temporal em que o seu passado se constitui como trajetória que a levou a ser tal como é no presente, enquanto o tempo futuro representa as potencialidades de vir a ser daquele território. No tempo presente, por sua vez, o território relaciona-se com demais

territórios no chamado espaço das coexistências, onde cada um comunica ao outro sua respectiva identidade, bem como é pelo outro comunicado, gerando uma rede de mútuas comunicações e influências (SAQUET, 2011). Como permanente processo inconcluso no tempo e no espaço, o território deve ser entendido como permanente territorialização.

As diferentes formas de apropriação, porém, acabam, em muitas circunstâncias não somente se encontrado, mas se confrontado, o que demonstra que elas não são carregadas de diferentes poderes e, portanto, sujeitas a relações de dominação de uma forma de territorialização sobre outra. Como não há separação entre a imaterialidade identitária da territorialização e sua respectiva materialidade é preciso não desconsiderar também aqui a importância das formas de propriedade dos meios de produção e de vida na determinação dos diferentes poderes territoriais (LANGE, 1976).

Feitas essas considerações sobre o território é que podemos verificar que o capitalismo se territorializa na indústria ou no campo através da propriedade privada dos meios de produção que lhe permite explorar a mais-valia da força de trabalho assalariada. Verificamos que a contradição fundamental dessa forma de apropriação engendra formas de trabalho alienado que, por sua vez, está na raiz das crises de superprodução que são expansivamente solucionadas às custas de mais exploração da força de trabalho e do imperialismo, incluindo formas de mercantilização da natureza e relações sociais. *Articulando uma condição social alienada à subordinação da natureza ao ciclo expansivo do capital verificamos o caráter insustentável da dinâmica da territorialização do capital.*

Da articulação de processos desiguais e combinados o território capitalista, porém, se desenvolve hegemонizando territórios não capitalistas. Exemplo dessa relação é a que verificamos na monopolização da terra pelo capital, onde a renda da terra camponesa é por esse expropriada. Assim, o território camponês enquanto uma forma específica da apropriação acaba se subordinando a uma lógica produtiva que lhe é estranha. Diante da expansão da sociabilidade mercantil, o campesinato se vê sob a pressão para se

incorporar cada vez mais àquela lógica, dentre as quais apontamos a progressiva artificialização da produção que atende ao ciclo de reprodução ampliada do capital. *Também aqui, por conta da dinâmica expansiva do capital, verificamos prevalecer dinâmicas insustentáveis: perda da autonomia camponesa através da expropriação da renda da terra e diferentes formas de monopólio do território além da permanente ameaça da propriedade camponesa.*

Diante do conflito territorial os sujeitos em confronto podem assumir diferentes identidades, ainda que isso possa contrariar sua posição territorial estrutural. Essas identidades podem se articular como legitimadoras, de resistência ou de projeto (CASTELLS, 1999). Por identidade legitimadora estamos identificando aquelas identidades que objetivam a manutenção de determinada situação social. No caso que estudamos da relação entre campesinato e capitalismo, essa identidade legitimadora pode ser verificada nos discursos relacionados à agricultura familiar que objetivam inserir os camponeses na lógica expansiva do capital, ainda que de forma subordinada.

Já a identidade de resistência é aquela que se contrapõe de forma parcial à sociabilidade hegemônica, considerando a possibilidade de elaboração de arranjos em que sua forma de apropriação territorial seja preservada, mesmo diante das pressões da territorialidade dominadora. Supõe a possibilidade de uma agricultura camponesa mesmo sob o capitalismo através da negação da monopolização do território pelo capital e da defesa da autonomia dos camponeses. A identidade de resistência acaba por se contentar apenas em enfrentar a contradição secundária da relação entre capital e campesinato.

A identidade de projeto é aquela que, por sua vez, aponta em direção à superação da sociabilidade em vigor através de mudanças estruturais (RIBEIRO, 2012). Na relação capital-campesinato, a identidade de projeto não acredita que ambas possam coexistir, devendo-se construir uma situação social em que o capitalismo seja superado. Assim é que ela não se contenta em solucionar apenas a contradição secundária da relação camponês-capital, mas fundamentalmente centra suas ações na direção da superação da

contradição principal: a ameaça à propriedade da terra camponesa por conta da expansão capitalista. A identidade de projeto é portadora de um horizonte emancipatório centrado na defesa da reforma agrária como maneira de não permitir a territorialização do capital no campo, nem tampouco a monopolização territorial por ele exercida (RIBEIRO, 2012).

Assumir uma ou outra identidade não é uma simples tomada de posição conscientemente assumida, mas sim determinada por condições materiais específicas, incluído a luta ideológica que pode levar à cooptação de lideranças com potenciais contra-hegemônicos e as conjunturas econômicas que podem ora pesar objetivamente para a luta camponesa e ora para a dominação/expansão capitalista.

Tendo em vista a questão da insustentabilidade que a hegemonia do capital suscita, é que setores camponeses têm desenvolvido uma identidade de projeto identificada com a agroecologia (GAHUR e TONÁ, 2012). Uma definição básica agroecologia é a que articula saberes camponeses tradicionais fundados na coevolução sociedade-natureza com os conhecimentos científicos contemporâneos capazes de garantir a viabilidade econômica, a justiça social e o manejo ambiental equilibrado da produção agrícola. Por ser uma definição sintética tem certamente limitações, mas é capaz de se referenciar aos diferentes entendimentos sobre a agroecologia em vigor.

Com isso reconhecemos que, conforme o conceito de campesinato, a ideia de agroecologia também é passível de interpretações variadas, incluído aquelas que não se configuram como identidade de projeto. Haveria, assim, uma identidade agroecológica que aponta no sentido da construção de “nichos” de mercado agroecológico e/ou solidário mesmo em uma totalidade hegemônica pelo capital. Dentre os que defendem essa “convivência” há aqueles que vislumbram uma longa disputa econômica entre capitalismo e produção agroecológica em que essa lentamente se mostraria superior, acabando por superá-lo economicamente, o que aparentemente se apresenta como identidade de projeto de cunho reformista. Ambas as situações não assumem uma posição de confronto aberto entre territorialidades, mas sim

posturas que transitam entre a legitimação e a resistência – no primeiro caso – e posicionamentos reformistas – no caso da superação gradual do capitalismo no campo.

Politicamente essas agroecologias se comportam muitas vezes tal quais aqueles vinculados ao conceito de agricultura familiar defendendo políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agroecologia e colocando em plano secundário questões relacionadas à reforma agrária. Ou seja, se contentam em atuar nos limites da contradição secundária do capitalismo no campo.

Além dessas visões agroecológicas, porém, há aquela que se configura claramente como projeto territorial contra-hegemônico e aponta na direção de superação do capitalismo. Certamente essa territorialidade não se considera a portadora exclusiva do projeto de superação do capital, mas articula-se com outros sujeitos também subalternizados pelo metabolismo do capital. Além disso, uma identidade de projeto não implica em uma simples negação da sociabilidade capitalista, afinal, tendo em vista sua hegemonia e necessidade efetiva de sobrevivência dos camponeses, é preciso combinar táticas de avanço político que não percam o horizonte estratégico de confrontar a contradição fundamental do capitalismo no campo: a propriedade da terra.

Assumindo abertamente o confronto, a identidade de projeto de que é portador o campesinato agroecológico parte do reconhecimento de que a apropriação territorial não se restringe à dimensão simbólica, mas sim abrange a totalidade material das possibilidades efetivas de coevolução sociedade e natureza que é incompatível com o incontrolável metabolismo do capital. Por isso ela orienta suas ações no sentido de superação do desafio socioambiental representado pelo capital na forma de agronegócio latifundiário e sua territorialidade insustentável (GAHUR e TONÁ, 2012). Nessa identidade camponesa agroecológica se verifica a permanência e relevância das lutas pela reforma agrária.

Além disso, enquanto relação conflituosa ideologicamente vivenciada, há toda uma deslegitimação do saber camponês por parte de uma mentalidade

moderno-colonial articulada à hegemonia capitalista. Por conta disso as organizações camponesas agroecológicas precisam adotar um modelo pedagógico capaz de engendrar e fortalecer a identidade de projeto. Isso se dará através de metodologias que favoreçam a autonomia do educando ao invés de uma educação de cunho bancário que, de forma semelhante às extensões rurais pautadas em pacotes tecnológicos, consideram o camponês como mero receptáculo de conhecimentos. Exemplos de práticas pedagógicas nesse sentido são aquelas desenvolvidas a partir do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire (2010), bem como aquelas colocadas em prática pelo *Movimento de Camponês a Camponês em Cuba* (SOSA, 2012). Ou seja, conhecimentos horizontalmente elaborados por sujeitos sociais.

Ao mesmo tempo em que coloca em prática uma pedagogia emancipatória, a territorialidade agroecológica antecipa - ainda que dentro dos limites materiais possíveis e que deverão ser futuramente superados - a condição de trabalho não-alienado, tendo em vista que o camponês agroecológico deve ser um produtor-experimentador (GAHUR e TONÁ, 2012). Ou seja, aquela condição do trabalho, enquanto troca metabólica entre humanidade e natureza em que ambas dialeticamente se transformam, é resgatada pelo camponês agroecológico. Sem dúvida que somente na sociedade emancipada é que tal possibilidade de superação das condições alienantes será efetivamente posta, mas o campesinato agroecológico é portador dessa semente repleta do sentido de coevolução socioambiental.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nosso estudo podemos afirmar que o capitalismo enquanto forma particular de metabolismo socioambiental e, portanto, de trabalho é insustentável não somente pelas ameaças ambientais que desencadeia, mas justamente por fundar-se na contradição que nega ao trabalho a condição de fundar a humanidade emancipada. O limite da sociabilidade no capitalismo é a mercadoria. Como tal, estamos todos fadados a nos relacionarmos como coisas no processo marcado pelo fetichismo da mercadoria em que acabamos por estabelecer relações não com a humanidade genérica, mas com os fantasmas por elas produzidos dentro de uma dada relação sociometabólica.

Nessa realidade alienante e alienada, o campesinato agroecológico pode vir a contribuir com o potencial emancipatório do trabalho na medida em que resgata o sentido da coevolução entre sociedade e natureza. Para tanto é necessário que os camponeses agroecológicos construam sua identidade de projeto na relação de conflito territorial com o capital. Só assim a condição subalterna a que estão submetidos na totalidade produtora de mercadorias engendrada pelo capital pode se converter na força transformadora de que o trabalho camponês é portador. Pois é justamente esse trabalho que se materializa em uma relação metabólica em que sociedade e natureza partilham de um processo de coevolução. Nessa identidade de projeto camponesa não poderá faltar uma postura destruidora das formas capitalistas de propriedade que privam parte da humanidade do acesso aos necessários meios de produção e de vida. Esta é a chave capaz de congrega aqueles que lutam pela emancipação humana e atualizam a convocação: trabalhadores – do campo e da cidade – uni-vos e perderão seus grilhões!

BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, Paulo. **Estrutura fundiária**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. In: ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. In: Revista NERA Presidente Prudente Ano 13, nº. 16 pp. 22-32 Jan-jun./2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARCARI, Valério. **As esquinas perigosas da História**. São Paulo: Xamã, 2004.

BARTRA-VERGÉS, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de educação do Campo e desenvolvimento Rural, 2011.

BRUNO, Regina. **Agronegócio e novos modos de conflituosidade**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAPORAL, Francisco. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. Francisco. **Agroecologia**. In: EMATER. Inovar, 2005.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência – volume 1**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: WELCH, Clifford Andrew (et. al.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. (mimeo.) Curitiba, 31 de julho de 2007.

_____. **Na sombra da imaginação (1) - Reflexão a favor dos camponeses.** Curitiba, abril de 2010. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/na-sombra-da-imagina%C3%A7%C3%A3o-1-recamponesa%C3%A7%C3%A3o-no-brasil_. Acesso: 04/05/2014.

_____. **Na sombra da imaginação (3) - Reflexão a favor dos camponeses.** Curitiba, abril de 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/na-sombra-da-imagina%C3%A7%C3%A3o-3-o-campon%C3%AAs-esupera%C3%A7%C3%A3o-de-um-%E2%80%98destino-med%C3%ADocre%E2%80%99>. Acesso: 04/05/2014.

_____. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social.** In: Boletim DATALUTA – Artigo do mês: maio de 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2012.pdf. Acesso: 04/05/2014.

_____. **O campesinato, guardião da biodiversidade.** Curitiba, 2013. Disponível em:

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – volume II.** São Paulo: paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Matuzalém e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº. 13 pp. 16-25 Jul.-dez./2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a História.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. e MARTINS, José. **Dinâmica da globalização: mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005).** UFSC, 2006.

COSTA, F. de A.; CARVALHO, H. M. **Campesinato.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

DELGADO, Guilherme. **Capital.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx: um comentario a lós Grundrisse.** México: Siglo Vintiuno Editores, 1991.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: Trabalho Necessário, ano 4, número 4, 2006. Disponível em: [file:///C:/Documents and Settings/Administrador/Meus documentos/Minhas Webs/NED](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Minhas%20Webs/NED). Acesso: 20/04/2012.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas (SP): Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

_____. **O capitalismo e a crise ambiental**. In: Revista Outubro, número 5. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_08.pdf. Acesso: 02/03/2014.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRANCO JR., Hilário e PAN CHACON. **História Econômica Geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.

_____. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GAHUR, Dominique e TONÁ, Nilciney. **Agroecologia**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária**. Tese de doutorado: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2008.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990 (Questão Agrária, vol. 6). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARPER, Jéssica Lane. **Buscando sustentabilidade no desenvolvimento industrial: a mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, MG**. In: Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAWKING, Stephen. **O universo numa casca de noz**. São Paulo: ARX, 2001.

IANNI, Octavio. **A utopia camponesa**. In: IANNI, Octavio. Dialética e capitalismo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

KATZ, Cláudio. & COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

LANGE, Oskar. **Modo de produção e formações sociais: a concepção materialista da história.** Coimbra (Portugal): Centelha, 1976.

LARRAIN, Jorge. **Ideologia.** In: BOTTOMORE, Tom (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental.** In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. **Agronegócio.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____; _____. **Proletariado e sujeito revolucionário.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIBÂNIO, João batista. **Formação da consciência crítica (vol. 1): Subsídios filosóficos-culturais.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: CRB, 1986.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A questão da agricultura de subsistência.** In: WELCH, Clifford Andrew (et. al.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates.** In: LOUREIRO, Carlos Frederico (Org.). A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro e FILHO MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Política agrícola. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola>. Acesso: 20/06/2014.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Pronaf 2014-15.** Disponível em : <http://www.mda.gov.br/sitemda/pronaf>. Acesso: 20/06/2014.

MALVEZZI, Roberto. **Hidronegócio.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

MARTINS, José. **Império do terror – Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **O capital – crítica da economia política. Volume 1, tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **A libertação da classe oprimida**. In: Fernandes, F. (Org.). Marx, Engels - história. São Paulo: Ática, 2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MESZÁROS, I. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2002.

MONERAT, Julio. **Capitalismo, crise e desafio socioambiental**. In: Revista de Geografia - v. 3, nº 1 (2013). Universidade Federal de Juiz de Fora.

_____. **Cidadania ou emancipação? Elementos para um pensamento transformador**. In: XI Seminário de Qualidade de Vida e Meio Ambiente – CEFET-MG (Campus Leopoldina); IF SUDESTE MG (Campi Barbacena e Muriaé); UFV; UEMG. Palestra em 07/06/2014.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

NETTO, José P. e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NEVES, Delma. **Agricultura familiar**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

OHLWEILER, Otto A. **Humanidade e lutas sociais: advento do capitalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: ROSS, Jurandir (Org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **O campo brasileiro no final dos anos 1980.** In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990 (Questão Agrária, vol. 6). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Geografia agrária e questão agrária.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano et. al. (Orgs.) Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Território e campesinato: da teoria à práxis.** In: Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (1): 199-211, jul./dez., 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: PETERSEN, Paulo (Org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004).

PRADO JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Emancipação versus cidadania.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

ROTHMAN, Franklin Daniel. **A Comissão dos Atingidos pela Mineração e a Luta de Resistência à Expansão da Mineração de Bauxita (e a Favor da Agricultura Familiar) na Zona da Mata de Minas Gerais.** In: II Seminário Nacional "Movimentos Sociais, participação e democracia", 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, SC.

_____. **A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata – Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar.** In: ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Theotonio dos. **Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório.** Petrópolis: Vozes, 1991.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma nova concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria**. In: Patrimônio cultural en la nueva ruralidad andaluza - PH CUADERNOS, [s/d].

_____. (a) **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Córdoba, Espanha: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, [s.d.]. Disponível em: http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la_agroecologia_como.pdf. Acesso: 10/09/2013.

_____. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Eduardo Mazzetto Silva. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. Revista Geografias Vol. 3, N°1. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2007, p. 46 a 63.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

SOSA, Braulio et. al. **Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

STACCONE, Giuseppe. **Gramsci: 100 anos, revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SWEEZY, Paul. **A teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TERRITÓRIO Rural Serra do Brigadeiro. **Diferentes visões de desenvolvimento sustentável no entorno da Serra do Brigadeiro** – carta aos participantes do Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável (comunicado 02/2011). Miradouro, setembro de 2011.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. **Sobre “Mudar o mundo sem tomar o poder” de John Holloway**. [s/d.] Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Sobre_MUDAR_O_MUNDO_SEM_TOMAR_O_PODER_de_John_Holloway.pdf. Acesso: 01/04/2014.

WELCH, Clifford. **Conflitos no campo**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSLI, Klemens. **Desenvolvimento de conflitos ambientais – um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, Andréa & LASCHEFSLI, Klemens. Desenvolvimento de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____ & OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço- colonialidade, modernidade e processos de territorialização**. In: ZHOURI, Andréa & LASCHEFSLI, Klemens. Desenvolvimento de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.